

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
MESTRADO**

**O COLÉGIO MARISTA NO CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO DE
CASCAVEL (1962-1989)**

Volume 1

FRANCIELLE APARECIDA GARUTI DE ANDRADE

**MARINGÁ
2016**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
MESTRADO**

**O COLÉGIO MARISTA NO CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO DE CASCAVEL
(1962-1989)**

Dissertação apresentada por FRANCIELLE APARECIDA GARUTI DE ANDRADE, ao programa de Pós-Graduação em Educação: Mestrado, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador:

Prof. Dr. CÉZAR DE ALENCAR ARNAUT DE TOLEDO.

Co-orientador:

Prof. Dr. ALESSANDRO SANTOS DA ROCHA

**MARINGÁ
2016**

FRANCIELLE APARECIDA GARUTI DE ANDRADE

**O COLÉGIO MARISTA NO CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO DE CASCAVEL
(1962-1989)**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo (Orientador)
– UEM – Maringá

Prof. Dr. João Carlos da Silva – UNIOESTE – Cascavel

Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado –UEM –
Maringá

Maringá, 10 de Março de 2016

O educador Marcelino Champagnat

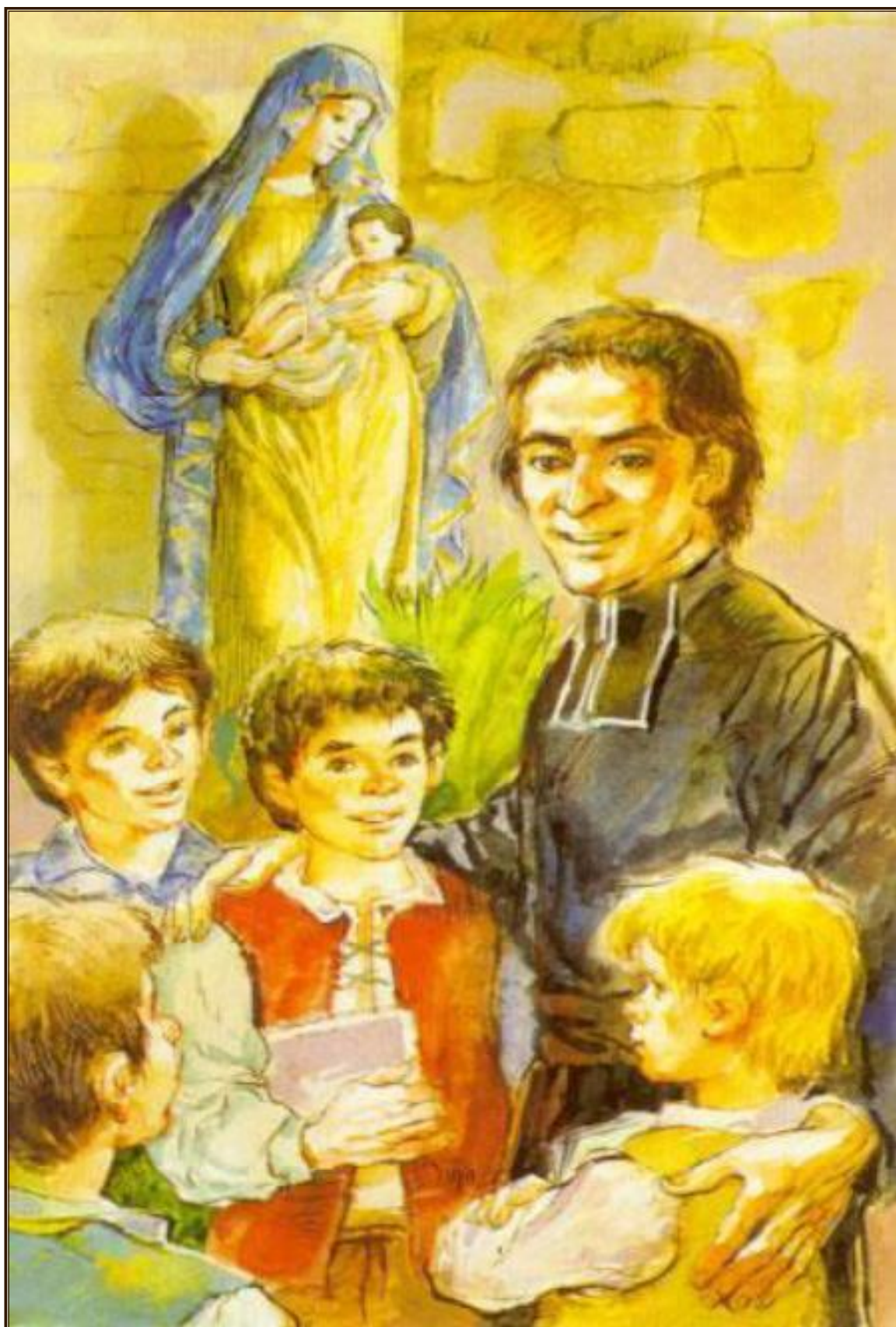


Imagem de Gregorio Domínguez (Goyo). **Fonte:** Casa Geral Marista – Roma, IT.

Dedico este trabalho ao meu querido esposo, companheiro e amigo, Rodrigo, que me acompanhou no processo de construção deste trabalho, sempre me fortalecendo e incentivando.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor e orientador Dr. Cézar de Alencar Arnaut de Toledo, minha sincera gratidão por suas orientações precisas, que me proporcionaram conhecer a seriedade das pesquisas acadêmicas na área da História da Educação e ampliar o minha visão sobre o conceito de educação e da prática pedagógica.

Ao co-orientador Prof. Dr. Alessandro Santos da Rocha pelas contribuições, incentivo, apoio e amizade.

Aos professores, Dr. João Carlos da Silva – UNIOESTE, Dra. Maria Cristina Gomes Machado – UEM, Dr. Célio Juvenal Costa, pelas pertinentes sugestões e contribuições à pesquisa.

À minha família, em especial, aos meus pais, Antonio Garuti Filho e Maria Madalena Garuti, pelo apoio.

À Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, Hugo e Márcia, por sempre serem solícitos.

Ao Colégio Marista de Cascavel, representado pelo Irmão Carlos Wielganczuk, por ter possibilitado o acesso às fontes relacionadas ao tema.

Ao Instituto Marista, em especial, a Casa Geral dos Maristas em Roma, pela abertura de seus arquivos históricos e pela possibilidade de reprodução da documentação.

À Câmara Municipal de Cascavel e ao Museu da Imagem e do Som de Cascavel, por disponibilizarem informações e documentos necessários à pesquisa.

À CAPES pela concessão da bolsa de estudos.

GARUTI DE ANDRADE, Francielle Aparecida. **O COLÉGIO MARISTA NO CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO DE CASCAVEL (1962-1989)**. 2016. 386 f. (2 vol.). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Cézar de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2016.

RESUMO

A presente pesquisa situa-se no campo da História e Historiografia das Instituições Educacionais e tem como objetivo reconstituir a história e a memória da implantação do Colégio Marista de Cascavel, fundado no ano de 1962, no contexto da migração para o oeste paranaense e da urbanização do município de Cascavel. Trata-se de uma pesquisa histórica e documental, sua realização se deu por meio da análise de documentos que descrevem a trajetória da instituição, bem como suas atividades e sua relevância no cenário educacional de Cascavel. As atividades educacionais do Colégio Marista de Cascavel tiveram início em 24 de março de 1962, com a chegada dos Irmãos Carlos Leone, Hermenegildo Alzola e Norberto José. Em seus primeiros anos a escola funcionou num prédio construído em madeiras, com o nome de Ginásio Rio Branco e Escola Técnica de Comércio, ambas conexas. O marco temporal da pesquisa contempla o período do início das atividades pedagógicas da instituição (1962), até o período em que o ensino técnico-profissional cessou suas atividades, no contexto pós-ditadura civil militar (1989). A reconstituição da história e da memória do Colégio Marista de Cascavel contribui para explicitar as características da educação escolar ofertada na década de 1960, bem como traz à tona as políticas educacionais brasileiras do período e as particularidades da modalidade de ensino técnico-profissional. O Colégio Comercial Marista de Cascavel, associado ao Ginásio, oferecia a modalidade de ensino profissionalizante antes mesmo de haver no Brasil uma legislação específica para esse tipo de ensino. A pesquisa permitiu constatar que a educação oferecida pela instituição contribui para a formação e manutenção da elite pioneira local. Para a efetivação da investigação, foram utilizadas fontes como: Anais do Colégio Marista de Cascavel (1962-1986); Atas das atividades pedagógicas e administrativas da instituição; Atas da Câmara Municipal de Cascavel; Escritura pública de doação e permuta de terreno; Documentos da Secretaria Estadual de Educação para a autorização e funcionamento dos cursos diversos; Documentos de aprovação do projeto de implantação da escola; Documentos sobre a filosofia educacional e a pedagogia Marista; Cartas de Marcelino Champagnat sobre a questão educacional; da Congregação dos Irmãos Maristas; Autorização da Província Marista Centro-Sul para a abertura do Colégio; Fotos históricas; Recortes de Jornal da época da implantação da instituição, entre outras. As fontes para pesquisa foram coletadas em diferentes locais e instituições, a saber: acervo do Colégio Marista de Cascavel; arquivo da Casa Geral dos Maristas de Roma; Museu da Imagem e do Som de Cascavel; Casa Geral da Província Centro-Sul em Curitiba; acervos da Câmara Municipal de Cascavel; Biblioteca Municipal de Cascavel; Leis municipais de Cascavel. Os dados revelados pelas fontes foram analisados à luz da literatura sobre instituições escolares e relacionados às condições sociais do contexto político/econômico em que foram produzidos.

Palavras-chave: Educação. História da Educação. Instituições Educacionais. Colégio Marista de Cascavel.

GARUTI DE ANDRADE, Francielle Aparecida. **O COLÉGIO MARISTA NO CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO DE CASCAVEL (1962-1989)**. 2016. 386 f. (2 vol.). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2016.

ABSTRACT

This research is in the field of History and Historiography of Educational Institutions, and aims to reconstruct the history and memory of the implantation of the Marist School from Cascavel, founded in 1962 in the context of migration to the west of Paraná and urbanization of Cascavel City. This is a historic and documentary research. Its realization was through the analysis of documents that describe the trajectory of the institution, as well its activities and its relevance in the educational scenario of Cascavel City. The educational activities of the Marist School from Cascavel began on March 24th, 1962, with the arrival of the Brothers Carlos Leone, Hermenegildo Alzola and Norberto José. In its early years the school operates in a building built in the woods, with the name of Rio Branco Gym and Trade Technical School, both related. The time of this survey covers the period from the beginning of the educational activities of the institution (1962) to the period in which the professional technical education ceased its activities, in the context of civil military post dictatorship (1989). The reconstitution of the history and memory of Marist School from Cascavel helps to explain the characteristics of the education offered in the 1960s, and brings out the Brazilian educational policies of the period and the characteristics of professional technical education mode. The Trade Technical School associated to the Gym offers the type of profession education mode before even there was a specific legislation in Brazil for this type of education. The research allowed to find that the education offered by the institution contributed to the formation and maintenance of local pioneer elite. For the realization of the research were used sources such as: Annals from Marist School in Cascavel (1962-1986); Minutes of pedagogical and administrative activities of the institution; Minutes of the Municipal Assembly from Cascavel city; Public deed of donation and exchange of land; Documents of the State Department of Education for the authorization and operation of various courses; Documents of approval of the school implantation project; Documents about educational philosophy and the Marist pedagogy; Marcellin Champagnat letters about the educational issue of the Marist Brothers Congregation; Authorization of the South Center Province for the opening of the College; historical photos; Newspaper clippings from the time of establishment of the institution, among others. The sources for the research were collected in different places and institutions: Marist School's collection in Cascavel; file of the General House of the Marist Brothers in Rome; Museum of Image and Sound in Cascavel city; General House of the South-Central Province in Curitiba; collections of the Municipal Assembly from Cascavel city; Municipal Library from Cascavel city; municipal laws from Cascavel city. The data revealed by the sources were analyzed on the light of literature about educational institutions and related to the social conditions of the political-economic context in which they were produced.

Keywords: Education. History of Education. Educational Institutions. Marist School from Cascavel.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Primeiro prédio do Colégio Marista de Cascavel (1962).....	67
Figura 2 - Processo de “cancheamento” da erva-mate: trituração e peneiramento [1907?].	72
Figura 3 - Atuação dos jagunços no processo de exploração e ocupação de Cascavel.....	78
Figura 4 - Família de pioneiros (1949).....	79
Figura 5 - Primeiros colonos poloneses (1950).	80
Figura 6 - Transporte de migrantes (1953).	80
Figura 7 - Processo de formação do município (1959).....	82
Figura 8 - Planta do terreno denominado Cascavel.	85
Figura 9 - Dados das indústrias de Cascavel nos anos posteriores a década de 1960.	86
Figura 10 - Cascavel, importante centro urbano - 1950,1960 e 1970.....	92
Figura 11 - Primeiro prédio do grupo escolar de Cascavel, 1947.....	96
Figura 12 – Primeiro grupo de Irmãos do Colégio Marista (da esquerda para a direita) Irmão Antonio Esmanhotto; Irmão Norberto José; Irmão Hermenegildo Alzola, Secretário e Vice-Diretor; Irmão Carlos Leone, Diretor, 1962.	105
Figura 13 – Lei Nº 292/64 de 14 de setembro de 1964.	107
Figura 14 – Ata de doação de terreno. (ABEC), 1961.	109
Figura 15 – Ata da transferência e transformação, 1962.....	110
Figura 16 – Cerimônia de entrega das chaves em 20 de janeiro de 1962.	111
Figura 17 – Visita canônica do Irmão Conselheiro Geral e do Irmão Provincial. (Da esquerda para a direita) Irmão Egidio Luiz Setti (Provincial), Irmão Roque Maria (Conselheiro Geral) e Irmão Carlos Leone em visita ao Colégio no dia 16 de junho de 1963.	112
Figura 18 – Primeira turma de 4º ano Ginásial, 1963.....	114
Figura 19 – Anúncio no jornal Diário do Oeste, para oferta de Curso Primário, 1963.	115
Figura 20 – Primeira turma do Curso Primário, 1965.	115

Figura 21 – Desfile cívico do dia Independência – Década de 1960.....	119
Figura 22 – Primeiros Irmãos e professores civis do Colégio Marista de Cascavel (da esquerda para a direita) Irmão Antonio Esmanhotto; Irmão Hermenegildo Alzola; professor Arlindo Bruscatto; professor Antonio Reis e Irmão Norberto José.	127
Figura 23 – Aprovação do primeiro Regimento Interno, 1966.	129
Figura 24 – Primeiros Irmãos Diretores do Colégio Marista de Cascavel.	131
Figura 25 – Momentos lazer e integração dos alunos jogando vôlei e na cantina do Colégio Marista de Cascavel, 1962.	140
Figura 26 – Desfile da Banda Marcial no dia Independência – Década de 1960. ...	142
Figura 27 – Prática esportiva dos alunos aberta ao público – Década de 1970.	143
Figura 28 – Prática esportiva dos alunos no Ginásio Poliesportivo Champagnat, 2013.	143
Figura 29 – Autorização de funcionamento. Portaria nº 133 de 12 de mar. 1957, MEC.	149
Figura 30 – Ato nº 5 de 27 de fev. 1962 do MEC.	150
Figura 31 – Aprovação de projeto de implantação. Parecer 010/75; Processo nº 012/75 de 06 de fev. 1975, Conselho Estadual de Educação.	151
Figura 32 – Autorização de funcionamento. Resolução nº 305/82 de 17 de fev. 1982, Secretaria de Estado da Educação.	152

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Estado da Arte de Teses e Dissertações sobre Instituições Escolares entre os anos de 1990 – 2007.....	38
Quadro 02 - Trabalhos publicados em jornadas, seminários e congressos de História da Educação.	41
Quadro 03 - Dissertações de Mestrado sobre Instituições Escolares.	53
Quadro 04 - Teses de Doutorado sobre Instituições Escolares.....	54
Quadro 05 - Produções científicas de Teses e Dissertações sobre instituições escolares de 2008 a 2015.	55
Quadro 06 - Rede Escolar de Ensino Comercial nos anos de 1940 a 1964.....	66
Quadro 07 - Municípios pertencentes à mesorregião geográfica oeste (IBGE).	68
Quadro 08 – Crescimento populacional do município de Cascavel (1950 a1980). ..	90
Quadro 09 – Índice populacional do município de 1960 a 2000.....	90
Quadro 10 – Desenvolvimento do Colégio Marista entre os anos de 1962 a 1970.	116
Quadro 11 – Cursos ministrados pelo Colégio Marista desde sua fundação até a promulgação da LDB 5692/71.....	120
Quadro 12 – Histórico de nomenclaturas.	121
Quadro 13 - Carisma Marista.	125
Quadro 14 - Disciplinas do Colégio Marista de Cascavel- Escola Champagnat (1962).....	133
Quadro 16 - Disciplinas do Colégio Marista de Cascavel (1962).....	135
Quadro 15 - Disciplinas do Colégio Marista de Cascavel (1962).....	134
Quadro 17 - Disciplinas do Colégio Marista de Cascavel (1962).....	137

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Bacias hidrográficas do estado do Paraná.....	70
Mapa 02 – Microrregiões da mesorregião oeste do Paraná: Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo.	88
Mapa 03 - Presença Marista no Brasil.	104

LISTAS DE SIGLAS

ABEC	Associação Brasileira de Educação e cultura
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CAEC	Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial
CBHE	Congresso Brasileiro de História da Educação
CEE	Conselho Estadual de Educação
EUA	Estados Unidos da América
GOT	Ginásios Orientados para o Trabalho
HISTEDBR	Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PREMEN	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RBHE	Revista Brasileira de História da Educação
SBHE	Sociedade Brasileira de História da Educação
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UDN	União Democrática Nacional
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNISO	Universidade de Sorocaba

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. PESQUISA EM INSTITUIÇÕES ESCOLARES: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	23
2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: PESQUISAS SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES	23
2.2 A IMPORTÂNCIA DAS FONTES PARA A PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES	28
2.3 IMPLICAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES	34
2.4 ESTUDOS SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES: ESTADO DA ARTE.....	37
3. CONJUNTURA SÓCIO-HISTÓRICA DO OESTE PARANAENSE E O CONTEXTO DE URBANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL	60
3.1 O CONTEXTO POLÍTICO E EDUCACIONAL BRASILEIRO NOS ANOS DE 1945 A 1964.	60
3.2 A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL NO CONTEXTO DA OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO OESTE PARANAENSE.	68
3.2.1 A criação do Município de Cascavel: panorama histórico.	75
3.3 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO DE CASCAVEL.....	87
3.3.1 As primeiras iniciativas educacionais em Cascavel	93
4. COLÉGIO MARISTA DE CASCAVEL	97
4.1 VIDA RELIGIOSA E MÉTODO PEDAGÓGICO MARISTA.	97
4.2 A IMPLANTAÇÃO DO COLÉGIO MARISTA EM CASCAVEL (1962).	103
4.3 ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA MARISTA.....	123
4.3.1 Corpo docente/administrativo do Colégio Marista de Cascavel (1962 a 1973).....	125
4.3.2 Regimento Interno (1962).....	128
4.3.3 Currículo escolar	132
4.3.4 Prédio e espaço escolar	138

4.3.5 A Banda Marcial e a prática esportiva	141
4.4 CONJUNTURA HISTÓRICA DO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE NAS DÉCADAS DE 1960 A 1980	144
4.4.1 O Colégio Marista de Cascavel no contexto do golpe militar de 1964	146
4.4.2 O Colégio Comercial Marista de Cascavel	147
 5. CONCLUSÃO	 155
 REFERÊNCIAS	 158
 ANEXOS	 169

1. INTRODUÇÃO

O objeto desta pesquisa é o Colégio Marista de Cascavel, implantado em Cascavel, estado do Paraná, no ano de 1962, no contexto da migração para o oeste paranaense e da urbanização do município. A Instituição está situada à Rua Paraná, nº 2680, região central de cidade.

A análise se enquadra na linha de pesquisa História de Instituições Educativas do Grupo de Pesquisa sobre Política, Religião e Educação nos Tempos Modernos, liderado pelo professor Doutor César de Alencar Arnaut de Toledo, cadastrado no CNPq desde o ano 2000.

O objetivo desta pesquisa é reconstituir a história e a memória do Colégio Marista de Cascavel; o estudo contempla a particularidade da modalidade de ensino técnico-profissional ofertada pelo Colégio Comercial Marista, associado ao Ginásio, antes mesmo de haver no Brasil uma legislação específica para o ensino profissionalizante. A investigação foi realizada por meio de levantamento e análise de fontes e documentos, cuja finalidade foi contribuir para a preservação da memória da instituição e com o estudo da história das instituições escolares no oeste do Paraná.

A motivação para a realização do trabalho se deu pelo fato de o Colégio ter uma importante trajetória histórica, social e cultural em Cascavel e região e, desde a sua implantação, há mais de cinquenta anos, ter o propósito de especializar para o mercado de trabalho, a fim de ajudar a tornar a economia local mais sólida, em um município em vias de urbanização. A instituição se firmou no cenário educacional cascavelense com uma educação voltada a atender os interesses de uma nascente elite local.

Para a efetivação desta pesquisa, realizamos um estudo histórico e documental. A investigação teve como fontes primárias, documentos da constituição do Instituto dos Irmãos Maristas que explicitam os pressupostos educacionais que nortearam a atuação dessa Congregação Religiosa no período da implantação do Colégio em Cascavel; bem como as diretrizes educacionais expressas no *Guide des Écoles* (Guia das Escolas), primeiro documento oficial impresso, de 1853, que descreve os pressupostos da pedagogia Marista. Foram analisados os documentos educacionais emanados dos debates do Concílio Vaticano II (1962-1965),

especialmente a declaração *Gravissimum Educationis* (1965), que serviu de manual doutrinal e educacional para a atuação da Congregação dos Irmãos Maristas e para a promulgação das suas Constituições e Estatutos.

Trata-se de uma importante instituição escolar confessional católica, da rede privada de ensino, criada para atender uma nova demanda por escolas, que se deu na região na década de 1960. Suas atividades tiveram início em 24 de março de 1962, com a chegada dos Irmãos Carlos Leone, Hermenegildo Alzola e Norberto José, todos vinculados à Congregação Religiosa Irmãos dos Maristas. Inicialmente a escola funcionou num prédio construído em madeiras, onde era o Ginásio Rio Branco e a Escola Técnica de Comércio, por isso, quando dos Atos de transferência de estabelecimento, o Ginásio Rio Branco passou a ser Colégio Marista de Cascavel e a Escola Técnica de Comércio passou a ser o Colégio Comercial Marista de Cascavel, ambas conexas.

Quanto à delimitação temporal, optamos pelo recorte do ano de 1962, período em que tiveram início as atividades da instituição, até 1989, quando o ensino técnico-profissional cessou suas atividades no contexto pós-ditadura Civil Militar.

Para a realização do trabalho foi necessário o levantamento das fontes existentes no arquivo da própria instituição. No dia 11 de dezembro de 2013, houve um primeiro contato com o Colégio Marista de Cascavel e foi apresentada ao Diretor Educacional a proposta de pesquisar a história da implantação da instituição no município. Na ocasião, o professor Altevir Carneiro, que ocupava a função de Diretor Educacional, posicionou-se de maneira favorável à realização da pesquisa, porém, solicitou uma cópia do Projeto da Pesquisa, bem como um Documento emitido pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, com a anuência do Orientador, Professor Dr. Cézar de Alencar Arnaut de Toledo. Providenciados os documentos solicitados, o Diretor Educacional facilitou o acesso aos documentos que se encontravam no interior da escola e entendeu ser relevante pesquisar nessas fontes.

No dia 11 de março de 2014 foi realizada uma nova visita à instituição com intuito de conhecer suas instalações, seus arquivos, bem como a equipe pedagógica e secretárias. Na visita foi possível averiguar que o acervo da instituição oferecia importantes materiais para a execução da pesquisa. Tivemos contato com a então secretária do Colégio, a professora Jussara Lourdes Piaia, que agendou uma futura visita para mostrar os documentos da fundação da escola.

No dia 14 de agosto de 2014 tivemos contato com o Irmão Marista responsável pelo Colégio de Cascavel, Irmão Carlos Wielganczuk. Nessa mesma data visitamos o Museu da Imagem e do Som, localizado na cidade de Cascavel. O Museu possui um importante acervo fotográfico sobre a história da colonização e urbanização de Cascavel. Nessa visita foi possível recolher fotos históricas sobre a história da cidade.

A partir dos contatos previamente estabelecidos, foram localizados alguns documentos do período da implantação da escola guardados no arquivo da secretaria do Colégio Marista de Cascavel, referentes a livros-ata de fundação, Regimento Interno, diário dos Irmãos e algumas fotos históricas, recortes de jornais da época de fundação da instituição, ofícios, e outros, os quais serviram de subsídios à análise das especificidades dessa instituição educativa.

Em 29 de agosto de 2014 fizemos contato com a Casa Geral da Província Centro-Sul em Curitiba. Nos arquivos dessa instituição encontramos os documentos relacionados à chegada dos Irmãos ao Paraná, bem como os documentos que autorizaram a implantação do Colégio em Cascavel e suas primeiras atividades.

Entre setembro e outubro de 2014 visitamos os acervos da Câmara Municipal de Cascavel; Biblioteca Municipal de Cascavel; consultamos as Leis da Prefeitura de Cascavel; para encontrar fontes relativas à história da educação da região oeste do Paraná e da implantação do Colégio Marista em Cascavel.

No dia 25 de maio de 2015 visitamos o arquivo da Casa Geral dos Maristas em Roma. Em contato com Luiz da Rosa, *Direttore Ufficio Comunicazioni Fratelli Maristi*, conseguimos falar com o Ir. Colin Chalmers, arquivista responsável pelo Arquivo da Casa Geral do Instituto dos Irmãos Maristas em Roma. No acervo encontramos documentos da fundação do Instituto, suas Constituições, Boletins, Legislações, Projetos para Educação, Cartas do Irmão Marcelino José Bento Champagnat, entre outras fontes primárias.

Com a documentação em mãos, buscamos um fio condutor para iniciar as análises sobre a fundação do Instituto Marista e a implantação do Colégio em Cascavel.

A Congregação Marista foi fundada na França por Marcelino José Bento Champagnat (1789-1840), no dia 02 de janeiro de 1817. Champagnat nasceu em Marlihes, na França, era de uma família de lavradores. Em 1805, entrou para o seminário e foi ordenado Padre em 22 de julho de 1816 (FURET, 2000). No período

de estudos no seminário, Champagnat pensava em fundar uma sociedade dedicada à educação cristã dos jovens da zona rural e foi isso que ele fez, fundou o Instituto dos Pequenos Irmãos de Maria (MASSON, 2000). A primeira escola fundada foi em La Valla, pequena aldeia ao Sul da França, em pouco tempo seus ideais pedagógicos espalharam-se para todo o mundo (FURET, 2000).

O primeiro Instituto Marista começou suas atividades escolares no Brasil, em Congonhas do Campo no ano de 1897, no estado de Minas Gerais. Rapidamente, as atividades se espalharam por Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Paraná. Muitas solicitações de diversos bispos chegaram aos Superiores Maristas, solicitando a presença da Congregação, mas, devido a falta de recursos, não puderam atender a todas as solicitações.

Os Maristas chegaram ao estado do Paraná, na cidade de Curitiba, no ano de 1925, onde fundaram o Colégio Santa Maria. Em 1938, a Congregação assumiu também o internato do Ginásio Paranaense, atualmente chamado de Colégio Marista Paranaense. Na cidade de Londrina, o Colégio Marista foi inaugurado no ano de 1955; já, em Maringá, a inauguração ocorreu em 1958; e em Cascavel e Ponta Grossa, no ano de 1962. Em Cascavel, a instituição foi construída em uma área nobre da cidade para atender um público seletivo e contribuir para a formação e manutenção de uma nascente elite.

Para a realização deste estudo foi essencial o acesso que o Colégio nos proporcionou para acessar seus documentos históricos. Não obstante, foi necessário contextualizá-los historicamente e geograficamente, integrá-los ao seu contexto macro, ou seja, no sistema educativo que os gerou. Para tal, fez-se necessário o entendimento sobre a colonização e a escolarização do oeste paranaense e de Cascavel.

A escolarização do município de Cascavel está inserida no contexto da escolarização da região oeste do Paraná. A construção da primeira escola no município de Cascavel fez parte deste contexto. No ano de 1932, quando foi construída a primeira Igreja Católica, ao lado, foi feita a primeira escola onde seria construído o primeiro núcleo urbano de Cascavel. Em 1938, a Vila com nome de Cascavel, tornou-se, mediante Decreto nº 7.573/38, Distrito Administrativo de Foz do Iguaçu. No ano de 1951, o distrito de Cascavel teve emancipação política e administrativa do município de Foz do Iguaçu.

A emancipação de Cascavel se deu mediante a Lei Estadual nº 790/51, e a implantação do município aconteceu em 14 de dezembro de 1952. Após sua

emancipação política, o município de Cascavel passou por uma importante transformação no cenário econômico. A partir da segunda metade da década de 1950, a educação escolar em Cascavel foi ganhando amplitude e investimentos. Nesse contexto, novos estabelecimentos de ensino de fundamental importância para a cidade e para a região foram surgindo, como o Colégio Rio Branco que, em 1962 se tornou Colégio Marista de Cascavel.

A economia madeireira foi uma das principais responsáveis pelo impulso econômico de Cascavel durante as décadas de 1950 e 1960. As grandes serrarias passaram a realizar suas atividades na cidade, isso trouxe um grande contingente de migrantes de outras regiões para Cascavel. Os migrantes vinham para atender à necessidade de mão de obra que era uma realidade na região e buscavam oportunidades de trabalho.

A década de 1960 foi de muita importância para a constituição econômica e educacional da cidade. O contingente populacional aumentou significativamente, o censo do IBGE, de 1950, apontava a existência de 4.411 habitantes no município, em 1960, o censo computou 37.346 habitantes (BRASIL, 1960). Nesse contexto de amplo crescimento populacional, a procura por uma educação de qualidade foi se tornando uma realidade cada vez mais presente, conseqüentemente, foram exigidos mais investimentos do Poder Público.

A implantação do Colégio Marista de Cascavel se deu nesse contexto de ampliação da rede escolar da cidade. A instituição acompanhou o processo de crescimento do município. No decorrer dos anos, houve evolução em suas propostas de ensino e em sua infraestrutura. Além do ensino primário e ginásial, a instituição passou a atender ao ensino secundário, segundo ciclo. A proposta e a filosofia de ensino Marista foram relevantes para a consolidação da instituição no cenário educacional de Cascavel. Em 1974, a escola inaugurou suas novas instalações e passou a oferecer laboratórios de Biologia, Química e Física, biblioteca, parque infantil e área esportiva. Em 1990, foi construído um amplo ginásio poliesportivo, para abrigar salas para atividades culturais e aulas de educação artística (COLÉGIO MARISTA, 2013).

Na elaboração do trabalho, foi buscada a literatura sobre instituições escolares e sobre a História da Educação brasileira, que serviu como base teórica para historiar o processo de implantação do Colégio Marista de Cascavel. Tomamos como referencial para a análise das fontes e dos dados coletados, as obras dos

historiadores da educação Ester Buffa e Paolo Nosella; cujo método teórico é o materialismo histórico. Procuramos seguir o roteiro de análise por eles proposto e investigar a instituição escolar a partir de sua relação com a sociedade que a produziu e não como um fenômeno isolado.

Os resultados da pesquisa são apresentados em quatro seções, sendo a primeira seção, a introdução.

Na segunda seção, *Pesquisa em Instituições Escolares: pressupostos teóricos e metodológicos*, destacamos a importância da fundamentação teórica e metodológica para a pesquisa sobre instituições escolares. Trabalhamos o conceito de Instituições Escolares enquanto objeto de análise na área da História da Educação e da ampliação de fontes primárias e secundárias. Destacamos a importância da seleção e da análise das fontes, que apontam para a possibilidade de reconstituir o passado de uma instituição educativa mediante a análise dos registros do que se passou em seu entorno e em seu interior. Analisamos o estado da arte sobre as pesquisas em História da Educação com ênfase na análise sobre as Instituições Escolares no Brasil.

Na terceira seção, *Conjuntura sócio-histórica do oeste paranaense e o contexto de urbanização do município de Cascavel*, contextualizamos o desenvolvimento político e educacional do Brasil no período de 1945 a 1964, que deram a tônica a um cenário posterior de mudanças e revoluções que impulsionaram a colonização e a expansão do território oeste do Paraná e a criação da cidade de Cascavel. Apresentamos questões relacionadas ao projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro, a educação industrial e comercial advindas desse período político, a necessidade de ampliação do ensino e a emancipação e urbanização do município de Cascavel. Nas discussões, é dado destaque à implantação do Colégio Marista (1962), contextualizando-o na conjuntura sócio-histórica do oeste paranaense em meio ao processo de urbanização de Cascavel.

Na quarta seção, é feita a análise documental do objeto deste estudo, *História do Colégio Marista no contexto da urbanização de Cascavel (1962-1989)*. Apresentamos nesta parte do trabalho, a vida religiosa e o método pedagógico Marista, sua história e carisma, e a fundação do Colégio no município de Cascavel. Após a análise da implantação da instituição, apresentamos a organização pedagógica Marista. Dentre os diversos aspectos da sistemática organizacional escolar Marista, destacamos o corpo docente/administrativo, o primeiro Regimento

Interno, o currículo escolar, o prédio e o espaço escolar, a história da Banda Marcial e a prática esportiva. Analisamos o Colégio Marista de Cascavel no contexto da ditadura civil militar de 1964, a conjuntura histórica do ensino técnico profissionalizante nesse período. Diante de tal abordagem, apresentamos um panorama histórico da trajetória da instituição na cidade, quando era Ginásio Rio Branco e Escola Técnica de Comércio Rio Branco, até o ano de 1989, ano em o Colégio Comercial Marista cessou suas atividades.

2. PESQUISA EM INSTITUIÇÕES ESCOLARES: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Nesta seção é feita uma discussão sobre pesquisa a respeito da área temática: instituições escolares. É dado destaque a conceituação de Instituições Escolares enquanto objeto de análise na área da História da Educação, com a consequente ampliação do conceito de fontes primárias e secundárias. Será explicitado, além disso, o estado da arte sobre esse veio da pesquisa histórica. Questões teóricas, conceituais e metodológicas são discutidas para fundamentar a pesquisa sobre instituições educativas enquanto resultado da expansão das fontes para a escrita da História da Educação regional e brasileira.

2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: PESQUISAS SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES

O ser humano produz história, produz cultura. Mas é como ser social que todos os membros da sociedade podem partilhar seus saberes, historicamente produzidos. Cada grupo social tem um sistema de relações sociais que lhe é próprio. Sistema no qual se estrutura o processo de produção e de reprodução da vida material e social, destinado a perpetuar mecanismos de sociabilização, interação social, educação e autoeducação.

A educação, nesse sentido, é produto da ação humana, um fenômeno que lhe é próprio; fator decorrente do processo de trabalho que, ao transformar a natureza, produz cultura, portanto, “[...] ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o progresso de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho” (SAVIANI, 2005, p. 12). Com efeito, torna-se crucial para que o ser humano domine a natureza, a fim de sobreviver, e passe de uma geração a outra, todos os saberes sistematizados, isto é, cultura, crenças, forma de ser, agir e pensar. À vista disso, ela pode ser definida como um processo de apropriação e transmissão formal ou informal da produção cultural historicamente elaborada; assim, pode-se dizer que a educação é caracterizada pela síntese das determinações que promovem a

apropriação do real. José Claudinei Lombardi assinala que a educação não pode ser entendida como uma dimensão estanque e separada da vida social. Como qualquer outro aspecto e dimensão da sociedade, a educação está inserida no contexto em que surge e se desenvolve, também vivenciando e expressando os movimentos contraditórios que emergem do processo das lutas entre classes e frações de classe, pois a educação não é elemento alheio à sociedade, mas está inserida nas relações sociais e nas instituições (LOMBARDI, 2011).

A análise da educação formal, ou seja, escolar, é um meio pelo qual que se pode entender um determinado contexto e período histórico. A educação escolar é organizada para responder às necessidades da sociedade, muito embora, seja ela mesma objeto de contradições, de luta, de embate e de proposição da superação da ordem vigente, conforme discute Carlos Roberto Jamil Cury. É nisso que reside a contradição da educação, pois ela recebe influência do seu contexto, mas, ao mesmo tempo o influencia (CURY, 1985). A relação existente entre a instituição escolar e a sociedade é conflituosa, pois os grupos sociais opostos lutam em favor de escolas que atendam aos interesses que lhe são próprios.

A criação e o desenvolvimento de uma instituição escolar estão condicionados pela sociedade que, igualmente, é influenciada por ela. De acordo com Paolo Nosella e Ester Buffa, a conexão íntima entre a sociedade e a escola por ela criada, adquire tamanha envergadura que passa a interferir nas relações de produção, moldando-as conforme os interesses das classes sociais (NOSELLA; BUFFA, 2012). Assim, a educação institucionalizada cumpre função específica, está sempre ideologicamente influenciada e politicamente comprometida. José Carlos Souza Araujo adverte para o fato de que

Não é possível, portanto, afirmar as instituições escolares somente como expressões singulares, particulares, individualizadas ou ilhadas, mas, sim, como co-partícipes de projetos históricos, particularmente os vinculados às visões de mundo que se confrontam em uma dada conjuntura, fazendo valer uma dada concepção, que se põe – por exemplo, através das instituições escolares – como uma estratégia, como uma influência em vista do exercício de disputa e de hegemonia (ARAUJO, 2007, p. 96).

As instituições escolares possuem direta relação com o contexto político, social e econômico da sociedade. O conceito de instituição guarda a ideia comum de algo que não estava dado e que é criado, organizado, constituído pelo homem. A

instituição se apresenta como uma estrutura material e é constituída para atender as necessidades humanas. Pode-se dizer que uma instituição é criada para permanecer. As instituições são necessariamente sociais em sua origem, já que são determinadas pelas necessidades das relações entre os homens. O processo de criação de instituições coincide com o processo de institucionalização de atividades que antes eram exercidas de forma não institucionalizada, assistemática, informal e espontânea (SAVIANI, 2007).

As instituições educativas são constituídas por uma prática social e histórica cujas representações são interiorizadas ao processo educativo, trazendo à luz, em cada contexto e momento histórico, suas ações destinadas a atender os interesses da sociedade para a qual foram pensadas e organizadas. Os sistemas educacionais institucionalizados são esferas cuja condição histórica retrata dados que contribuem para a reconstituição da memória de uma determinada sociedade. E, nesse sentido, a importância de análises sobre a linha de pesquisa *Instituições Escolares*, na área de História da Educação é apresentada neste trabalho como meio para aclarar questões relativas à relação entre sociedade e educação, no movimento da história, numa análise de fora para dentro, ou seja, da sociedade para o interior da escola. O desafio de trazer luz ao sentido estabelecido da relação entre sociedade e escola corresponde aos movimentos contraditórios dessa relação, cujas determinações implicam na formação da identidade da instituição educativa. Segundo José Luís Sanfelice:

[...] não há instituição escolar ou educativa que não mereça ser objeto de pesquisa histórica. Não há instituição sem história e não há história sem sentido. O desafio é trazer à luz esse sentido [...] Cada instituição escolar ou educativa responde às suas múltiplas determinações de forma única (SANFELICE, 2007, p. 79).

Os estudos sobre a história de instituições escolares ou educativas se desenvolveram, sobretudo a partir dos anos de 1990 com a consolidação da pós-graduação em educação no Brasil, embora pesquisas relacionadas a essa temática tenham surgido, mesmo que esporadicamente, antes dessa data (NOSELLA; BUFFA, 2009). Os historiadores da educação Paolo Nosella e Ester Buffa caracterizam os estudos sobre instituições escolares em três distintos momentos, a saber:

No primeiro momento, situado nas décadas de 1950 e 1960, portanto, num período anterior à criação dos programas de pós-graduação, a produção historiográfica da educação brasileira, em particular paulista, desenvolveu-se na antiga Seção de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (FFCL/USP). [...] O segundo momento, marcado pela criação e expansão dos Programas de Pós-Graduação em Educação durante os governos militares, situa-se nas décadas de 1970 e 1980. Duas características fundamentais qualificam a pesquisa em educação nesse momento: a institucionalização da pós-graduação que acarretou a escolarização da produção da pesquisa e a reação aos militares que propiciou o desenvolvimento de um certo pensamento crítico em educação. [...] O terceiro momento, iniciado nos anos 1990, caracteriza-se pela consolidação da pós-graduação. É teoricamente marcado pela chamada crise dos paradigmas. Muitos historiadores criticavam os estudos sobre sociedade e educação por não conseguirem abarcar sua complexidade e diversidade e partiram para a proposta de um pluralismo epistemológico e temático, privilegiando o estudo de objetos singulares. (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 13, 15, 16).

As instituições se constituem como espaços de produção e de reprodução das questões educacionais de diferentes épocas. É na relação estabelecida entre a sociedade e as instituições escolares que situações não previstas podem surgir, como, por exemplo, alterações nos planos oficiais ou nas diretrizes de uma política educacional, ou ainda, serem traçados novos rumos educacionais para atender aos interesses hegemônicos da sociedade capitalista (SANFELICE, 2007). Por isso, reconstruir o sentido social das instituições educativas, tornou-se objetivo de muitos pesquisadores, no Brasil e no exterior. Na concepção de Carlos Monarcha,

Fenômenos tais como a retomada da democracia, a aceleração da urbanização e a industrialização contribuíram para que o tema da educação nacional e de sua reforma se tornasse central, no pensamento social modernizador configurado por uma inteligência socialmente engajada e sumamente empenhada na apreensão dos mecanismos que acelerassem a transição da sociedade patrimonial para a ordem aberta e competitiva (MONARCHA, 2007, p. 133).

As Instituições Escolares enquanto objeto de análise para pesquisas no campo da História da Educação possibilitam um aprofundamento das discussões sobre os aspectos culturais, políticos, econômicos e sociais que constituem a história da educação brasileira. Trata-se de uma proposta de pesquisa que visa a valorização das peculiaridades regionais sem desconsiderar as dimensões nacionais. A partir do processo de análise das características de uma determinada

instituição, espacial e geograficamente determinada surge a possibilidade de conhecer o contexto histórico/político e social que a criou (ARNAUT DE TOLEDO; ANDRADE, 2013). Segundo José Luís Sanfelice, o papel social da escola na sociedade as singulariza, torna-as ímpares.

Nenhuma instituição manifesta sua identidade plena apenas no interior dos seus muros, por isso é fundamental olhar para o seu entorno. Um entorno que se inicia bem junto a ela, mas que pode ser uma caminhada para uma dimensão cada vez mais macro. [...] Enfim, a dimensão da identidade de uma instituição somente estará bem delineada quando o pesquisador transitar de um profundo mergulho no micro e, com a mesma intensidade, no macro. As instituições não são recortes autônomos de uma realidade social, política, cultural, econômica e educacional. Por mais que se estude o interior de uma instituição, a explicação daquilo que se constata não está dada de forma imediata em si mesma. Mesmo admitindo que as instituições adquirem uma identidade, esta é fruto dos laços de determinações externas a elas e, [...] “acomodadas” dialeticamente no seu interior (SANFELICE, 2007, p. 78-79).

Pesquisar uma instituição escolar é uma das formas de se explicitar a filosofia e a história da educação brasileira, transcendendo suas especificidades, uma vez que as instituições são carregadas de valores e ideologias. As pesquisas sobre instituições escolares apresentam a vantagem de superar a dicotomia entre o particular e o universal, o específico e o geral, o concreto e o conceito, a história e a filosofia (BUFFA, 2002).

A análise da história das instituições escolares, nesse sentido, não se restringe apenas à descrição pormenorizada dos fatos que ocorreram em seu interior. Não se trata de relatos históricos lineares sobre o dia a dia da escola. De acordo com Paolo Nosella e Ester Buffa, nas pesquisas sobre instituições escolares, não se pode admitir que a descrição minuciosa de uma dada instituição deixe de levar o leitor à compreensão da totalidade histórica (NOSELLA; BUFFA, 2012). Para Justino Pereira de Magalhães,

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (MAGALHÃES, 1996, p. 2).

Historiar uma instituição educativa é investigar a sua materialidade, as relações conflituosas e pacíficas que ela mantém em cada período de sua história, sempre buscando relacionar o singular com a totalidade histórica. Deste modo, cada período, concretamente, produz a relação socioeducativa que lhe é própria; a escola, portanto, deve ser analisada à luz de seu contexto histórico, social e político (ALVES, 2007), pois toda instituição educativa acompanha o movimento da sociedade e sua produção histórica. A formação das instituições, portanto, está diretamente relacionada à formação da sociedade por uma rede de complexos que faz com que uma atue sobre a outra, dialeticamente.

2.2 A IMPORTÂNCIA DAS FONTES PARA A PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES

A linha de investigação sobre Instituições Escolares possui caráter histórico/documental e contempla o levantamento e a análise de documentos. A reconstituição histórica das instituições educacionais, como objeto de análise da história da educação, exige o uso de fontes, elas são a base sobre a qual se constrói uma pesquisa; é, portanto, a matéria prima do processo analítico; testemunham pensamentos e ações de pessoas com os mais diversos interesses (ARNAUT DE TOLEDO; ANDRADE, 2014). As fontes, segundo Saviani, são a base sobre as quais se apoia a construção historiográfica, que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado (SAVIANI, 2004); elas são requisitos básicos para a produção e a sistematização do conhecimento.

O uso das fontes pelos historiadores varia no tempo e no espaço conforme os seus interesses que estão relacionados diretamente com as circunstâncias de suas trajetórias pessoais e com suas identidades culturais. No tratar das fontes, ser historiador do passado ou do presente, sempre demandou e/ou demanda erudição e sensibilidade, pois delas depende a construção convincente de seu discurso (JANOTTI, 2011).

Em uma pesquisa histórica o trabalho de levantamento, catalogação, identificação, organização e interpretação das fontes, tornam-se elementos fundamentais e indispensáveis tanto para a produção de novos conhecimentos

quanto para a preservação da memória histórica, uma vez que são as fontes que oferecem os requisitos para a explicitação e análise do conhecimento acumulado historicamente. Para Dario Ragazzini, o papel do historiador é fundamental no tratar das fontes. A fonte é uma construção do pesquisador, é ele que atribui sentido a elas.

As fontes permitem encontrar e reconhecer: encontrar materialmente e reconhecer culturalmente a intencionalidade inerente ao seu processo de produção. Para encontrar é necessário procurar e estar disponível ao encontro: não basta olhar, é necessário ver. Para reconhecer é necessário atribuir significados, isto é, ler e indicar os signos e os vestígios como sinais (RAGAZZINI, 2001, p. 14).

Nos últimos anos do século XX, o conceito de fontes foi ampliado devido a vários estudos realizados no campo da História e da História da Educação. Durante muito tempo, na História da Educação, somente os documentos oficiais escritos, e as obras que os educadores ou pensadores mais importantes da época escreviam, eram consideradas fontes, por isso, a história só existia como expressão da classe dominante. Essa abertura e ampliação das fontes, técnicas e objetos significou um avanço porque propôs novas formas de relacionamento com as fontes e novas perspectivas de abordagens fazendo com que as pesquisas em História da Educação pudessem ser enriquecidas, pois o que antes se restringia apenas às fontes documentais escritas passou a ganhar amplitude e as fontes primárias passaram a variar. Essa renovação, ou ampliação, do que se pode utilizar como fonte passou a contemplar a possibilidade do estudo de instituições escolares como elementos importantes na escrita da História da Educação.

A ampliação da noção de fonte foi também acompanhada por uma guinada ótica do pesquisador, que passou a considerar documentos históricos dignos de conservação, transmissão e estudo [...]. Com Engels e Marx, e depois com Febvre e Bloch, aprendemos que a vida dos homens, todas as formas de relações, todos os agrupamentos e classes sociais constituem objetos que interessam ao investigador (LOMBARDI, 2004, p. 157).

Muito embora esse fator de ampliação do conceito e do trabalho com as fontes documentais para a pesquisa tenha sido enriquecedor, convém destacar que independentemente da característica das fontes, em toda e qualquer investigação

histórica é essencial que o pesquisador as analise criteriosamente. Detectar, utilizar e interpretar as fontes, sejam elas primárias ou secundárias, é um fator primordial e imprescindível para que a qualidade da pesquisa seja obtida. Arnaut de Toledo e Gimenez afirmam que “[...] uma pesquisa histórica terá, [...] como primeira tarefa, após a delimitação do assunto a ser pesquisado, eleger as fontes primárias, relacionar as fontes secundárias e a literatura de apoio para nelas sustentar sua interpretação” (ARNAUT DE TOLEDO; GIMENEZ, 2009, p. 111).

Todo o conjunto de documentos registrados em arquivos, museus, bibliotecas e ambientes de documentação e todo e qualquer documento a serviço da pesquisa histórica, quando inquiridas a partir de um problema de pesquisa formulado pelo pesquisador, podem se constituir fonte primária ou secundária (ARNAUT DE TOLEDO; ANDRADE, 2015). Na escrita da história da educação os documentos que provêm do Estado, da legislação, dos debates parlamentares, também aqueles que provêm da própria escola, podem se constituir num conjunto de fontes (RAGAZZINI, 2001).

César Alencar Arnaut de Toledo e José Carlos Gimenez definem o conceito de fontes primárias e secundárias, apresentando as distinções existentes entre elas.

Podemos chamar de fontes primárias aquelas que foram produzidas numa relação direta com o tema estudado. São também fontes primárias os documentos produzidos no período pesquisado e que possuem relação direta com a pesquisa feita, sejam eles originais depositados em arquivos ou digitalizados (ou copiados). Desse modo as fontes primárias remetem diretamente à própria problematização da pesquisa. Chamamos de fontes secundárias aqueles documentos que nos transmitem os fatos de maneira indireta. São relatos feitos por pessoas que não vivenciaram diretamente os episódios relatados e que se baseiam em outras fontes orais ou documentais (ARNAUT DE TOLEDO; GIMENEZ, 2009, p. 111).

Deve ser destacado que não há nas fontes verdade absoluta, pois elas carregam em si marcas humanas que são passíveis de distintas realidades, determinações e interpretações; assim, as pistas, as marcas, os documentos, são fragmentos que não possuem uma verdade inerente, pronta a ser desvelada pelo pesquisador, mas, depende dos questionamentos que o investigador faz e carece de interpretação (STEPHANOU; BASTOS, 2009). Para que o pesquisador tenha uma melhor compreensão das informações contidas nas fontes, é necessário que elas sejam analisadas em um contexto mais amplo, “[...] pois a compreensão da história

das instituições escolares guarda uma profunda inter-relação com a história do contexto no qual tais instituições se situam” (MIGUEL, 2007, p.38).

As fontes testemunham pensamentos e ações de pessoas com os mais diversos interesses e representam um vínculo simultâneo entre o passado, o presente e o futuro, na medida em que, quando são produzidas em determinado período histórico, revelam no presente as marcas de seu registro e assim, ao serem interrogadas pelos sujeitos na atualidade, propiciam diferentes interpretações sobre o conhecimento que apresentam, e desse modo reconstroem-se a partir da análise realizada por quem se esforça em entendê-las nas suas múltiplas faces (SILVA, 2011). Elas não falam por si mesmas, faz-se necessário que o pesquisador faça perguntas adequadas, na expectativa de que elas evidenciem os interesses dos indivíduos e grupos que as construíram e as deixaram como registro de suas ações. Todavia, a fonte documental não tem sentido quando interpretada fora do seu contexto histórico, é preciso, periodizá-las, compreendê-las dentro do contexto histórico em que foram produzidas (CASTANHA, 2013). As fontes são, de acordo com Ragazzini:

[...] o único contato possível com o passado que permite formas de verificação. Está inscrita em uma operação teórica produzida no presente, relacionada a projetos interpretativos que visam confirmar, contestar ou aprofundar o conhecimento histórico acumulado. A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada. A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados sobre o passado (RAGAZZINI, 2001, p. 14).

O acesso às fontes representa o contato com objetos que revelam uma forma de vida e de organização social. Construir um registro sobre o passado é como “[...] falar dos que participaram de uma certa ordem de interesses e de visão de mundo, no momento particular do tempo que se deseja evocar” (HOLANDA, 1976, p. 9). Desse modo, pesquisar, levantar, catalogar e preservar fontes representa preservar a história do homem em seu processo de transformação ao longo do tempo. Ao se lançar no campo investigativo histórico e educacional, o pesquisador se depara com a tarefa de analisar documentos históricos que se constituem como fontes que oferecem importantes subsídios para a História da Educação. Nem sempre essas

fontes estão à disposição do pesquisador de forma organizada, como afirma Maria Elisabeth Blanck Miguel:

O estudo das instituições escolares por meio da documentação que registra suas histórias nem sempre está à disposição do pesquisador de forma organizada e em arquivos. Raramente a encontramos disponível para consultas. Na maior parte das vezes, a coleta, a seleção, recuperação e, finalmente, a organização das fontes demandam tempo; no entanto, constituem também uma das etapas do trabalho (MIGUEL, 2007, p. 31).

Cabe ao historiador desvendar os locais onde pode localizar os documentos que servirão de fontes para seu objeto de pesquisa. Além do trabalho de procura, coleta, seleção e recuperação das fontes, por diversas vezes o pesquisador vai se deparar com obstáculos burocráticos e a falta de informação organizada, mesmo em se tratando de arquivos públicos. O trato das fontes se configura numa atividade desafiadora e que exige empenho do pesquisador na superação de todo tipo de obstáculos que possa vir a encontrar.

Outro fator fundamental para o processo de pesquisa em instituições escolares é o domínio dos métodos e das técnicas de investigação. O embasamento em um referencial teórico e a construção de procedimentos metodológicos devidos podem garantir os subsídios necessários na análise das fontes e para a compreensão do objeto como “[...] um conjunto sistemático e sistematizador de conhecimentos e procedimentos que são necessários ao domínio do saber sobre um objeto ou sobre objetos previamente estabelecidos” (ARNAUT DE TOLEDO; GIMENEZ, 2009, 111).

No percurso investigativo, a qualidade da pesquisa depende, em grande medida, do referencial teórico que o pesquisador adota. Ele precisa estar munido de um aporte teórico-metodológico que o habilite confrontar o objeto, negar sua aparência, conhecer as condições de sua constituição e interpretar devidamente as informações, sócio-históricas e histórico-educativas, contidas nas fontes. José Claudinei Lombardi destaca:

[...] com relação às fontes, é preciso destacar que o historiador elege, organiza e interpreta suas fontes em conformidade com suas opções metodológicas e teóricas. Nesse aspecto, creio que tanto ontem como hoje o privilegiamento de um único tipo de fonte não seja o caminho metodológico mais adequado no fazer científico do historiador. Em outras palavras, não se deve a princípio excluir nenhum tipo de fonte, pois a diversificação pode revelar aspectos e características diferenciadas das relações com o homem, quer sejam com outros homens ou com o meio em que vive (LOMBARDI, 2004, p. 158).

No trato das fontes, o pesquisador deve notar que elas possuem informações de diversas esferas sociais, cujos conteúdos podem ser tanto de cunho social quanto político ou histórico e oferecem subsídios necessários e valiosos para a discussão do objeto em sua totalidade. O historiador deve estar provido de olhar crítico em relação ao objeto de estudo e ao contexto histórico; ele deve buscar investigar e interpretar os dados com a finalidade de apreender seu significado real, histórico e material. Uma leitura equivocada das fontes pode levar o pesquisador a uma simples sistematização de dados coletados, a uma reprodução literal das informações contidas nas fontes, sem considerar as suas múltiplas determinações. Por esse motivo, a teoria é importante na condução do pesquisador no trabalho de selecionar corretamente as fontes e interpretá-las (BUFFA, 2002).

A perspectiva adotada neste trabalho possui caráter analítico e considera, no tratamento das fontes, os elementos históricos, sociais, políticos e educacionais que as compõem, pois elas “[...] são a expressão do passado e, como tais, estão carregados de sentidos que evidenciam características da sociedade que os produziu” (CASTANHA, 2013, p. 83). Com efeito, entendemos que a análise das fontes de uma instituição escolar carrega em si a compreensão de todo um sistema societário, bem como as ideologias que influenciaram a criação, o desenvolvimento e a consolidação de uma educação organizada para cumprir a função de manutenção do *status quo*. Embora tenha ganhado no decorrer da história políticas que modificaram sua estrutura, a educação formal continua seguindo a mesma direção “elitista”, o que é um fator histórico.

2.3 IMPLICAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Neste estudo sobre o Colégio Marista de Cascavel propomos uma análise que relacione a instituição com a sociedade, partindo de um contexto mais amplo para um mais específico, ocupando-nos em apresentar as peculiaridades dentro da totalidade histórica, uma vez que o singular (escola) não existe por si, pois está contido no universal e, o universal, por sua vez, não está separado das contraditórias relações das múltiplas singularidades (SANFELICE, 2009).

A estrutura escolar apresenta uma internalidade complexa e identitária, associada a uma influência determinante da realidade. Tanto a sua formação como o seu desenvolvimento, estão relacionados a um processo evolutivo totalizante. Na análise sobre instituições escolares, o pesquisador deve partir do concreto-dado. O concreto, levado a efeito, é a totalidade. Na visão de Karl Marx, a melhor forma de iniciar a análise de um objeto é a partir do real e do concreto, que são a condição prévia e efetiva (MARX, 1983) para, depois de reflexões mais aprimoradas, de abstrações complexas, atingir o concreto real. O percurso de análise passa, então, de um todo *não desenvolvido* para um todo *mais desenvolvido*.

É também lícito dizer que a categoria mais simples pode exprimir relações dominantes de um todo não desenvolvido ou relações subordinadas de um todo mais desenvolvido que já existiam historicamente antes de esse todo se desenvolver por esse lado expresso numa categoria mais concreta. Em tal medida, a marcha do pensamento abstrato, ao se elevar do mais simples ao complexo, corresponderia ao processo histórico efetivamente real (MARX, 1996, p. 13).

No entanto, faz-se necessário distinguir o concreto-dado do concreto-pensado. Na perspectiva de Marx, é resultado da faculdade de abstrair, do processo de análise com base em categorias. O processo de pesquisa deve iniciar a partir da abstração de categorias mais simples, e por abstrações contínuas e progressivas, cada vez mais complexas, chegar-se ao concreto-pensado, no resultado, que é a síntese de múltiplas determinações.

O método analítico é produto de uma elaboração teórico-científica sincrética e substancial, elaborada em um processo de sucessivas e complexas aproximações do objeto de análise. Para Marx, o sentido de abstração se dá mediante a

capacidade intelectual de extrair de um determinado contexto, um elemento, isolá-lo, examiná-lo. No percurso analítico, a abstração retira do elemento abstraído a sua realidade mais concreta, tornando-o abstrato, porém, carregado de determinações múltiplas e por isto, “unidade do diverso” que é própria de toda totalidade (MARX, 1983). O conhecimento teórico é um constructo da realidade, “cientificamente exato” e que se consubstancia em um concreto-pensado, produzido e reproduzido de modo dialético, numa “viagem de modo inverso”, isto é, um retorno ao concreto-dado. Com efeito, o método consiste em elevar-se do concreto-dado ao concreto-pensado, da abstração à síntese, meio este pelo qual o homem enquanto ser social se apropria do mundo (NETTO, 2009).

Com isso, entendemos que na investigação da história e da historiografia das instituições educacionais, o pesquisador deve seguir um plano de pesquisa analítico que parta da sociedade para a escola, das múltiplas determinações que influenciaram a sua constituição, para que, então, possamos traçar uma leitura da instituição com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para a sociedade. De posse dos conceitos fundamentais do método de análise, o pesquisador pode estabelecer uma conexão coerente entre escola e sociedade. Essa relação dialética entre escola e sociedade será entendida a partir do levantamento e da análise de qualquer dado empírico da Instituição Escolar como, documentos, fotografias, plantas, cadernos ou livros didáticos.

Paolo Nosella e Ester Buffa propuseram algumas categorias que podem servir de parâmetro para os pesquisadores na realização das pesquisas sobre instituições escolares, como o contexto histórico da criação e da instalação da escola; seu processo evolutivo: origens, apogeu e situação atual; o cotidiano escolar; o prédio e infraestrutura escolar: organização do espaço, estilo, acabamento, implantação, reformas e eventuais descaracterizações; corpo discente: origem social, destino profissional e suas organizações; corpo docente e equipe pedagógica: origem, formação, atuação e organização; organização pedagógica: currículo, disciplinas, livros didáticos, métodos e instrumentos de ensino; práticas disciplinares: regimentos, organização do poder, burocracia, prêmios e castigos; eventos: festas, exposições, desfiles (NOSELLA; BUFFA, 2009).

Ao considerar os tópicos de análise propostos por Nosella e Buffa, devemos atentar para o fato de que nas pesquisas sobre instituições educativas, não há

neutralidade, logo, que os sujeitos atuam com determinadas intenções e finalidades. O pesquisador está comprometido com o objeto, é seu dever refletir o objeto com sensatez (BITTAR; FERREIRA Jr. 2009).

Cada instituição, escolar ou não, faz parte do todo social, de uma complexa rede de relações sociais concretas, cujas determinações formam um sistema societário integral e em constante transformação, sendo produzida pelo movimento histórico formado com base na luta entre elementos societários contraditórios; todavia, ela possui elementos internos que a difere de outras instituições, fazendo-a única e que são revelados por meio da singularidade (BITTAR; FERREIRA Jr, 2009). Por esse motivo, toda pesquisa precisa ir além da aparência do objeto, deve revelar não apenas o movimento presente dos fenômenos, mas também, como estes se reproduzem e se transformam. Na medida em que a pesquisa avança e o processo de ampliação do conhecimento se inicia, passa-se, então, a revelar o que há de universal no particular (GOHN, 2005).

Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (NETTO, 2009, p. 674).

Na relação entre o geral e o singular, o pesquisador constata que um não existe antes e nem fora do outro. A universalidade das características singulares de cada instituição reflete a semelhança e a disparidade existente entre elas, refletindo uma unidade de contrários entre o geral e o singular, o público e o privado.

A categoria do particular desempenha o papel de um elo de ligação (mediação) entre o singular e o geral. Em relação ao singular (instituição), o particular pode ser um elemento do geral (uma determinada lei infraconstitucional), mas em relação a uma generalidade ainda maior (Estado), o particular pode se transformar em uma categoria singular (BITTAR; FERREIRA Jr., 2009, p. 502).

Bittar e Ferreira Jr. destacam a importância de pesquisas na linha de Instituições Escolares para explicar a totalidade do objeto, o que deve livrar de descrições minuciosas e pontuais, nas quais o pesquisador fixa na análise somente

os fatos observáveis buscando certa neutralidade no tratar do objeto, uma vez que o sujeito está autoimplicado nele, portanto, cabe ao sujeito reproduzir racionalmente o objeto, restituindo-lhe as determinações de sua conjuntura histórica (BITTAR; FERREIRA Jr. 2009).

Pesquisar a história e a historiografia de uma instituição escolar possibilita ao pesquisador, e à própria comunidade escolar, analisar os enlaces que cercaram e/ou cercam tal instituição para desvendar, desta forma, o seu papel na sociedade, além de traçar a memória histórica daqueles que tentaram superar os reveses de seu tempo e que acabaram por influir no presente, por meio de um processo de rupturas, continuidades e descontinuidades (ROSAR, 2013).

O fator de investigação e recuperação da memória de uma instituição escolar expõe a urgente necessidade de construção de fundos documentais para que os arquivos de qualquer natureza e, em especial os escolares, possam servir como fontes para estudo e preservação da memória. Sobre essa questão, André Paulo Castanha afirma que “[...] um povo sem memória é um povo sem História. E um povo sem História é um povo sem identidade” (CASTANHA, 2006, p.14).

A questão dos procedimentos sobre a preservação e catalogação de fontes para o estudo das instituições escolares, bem como a organização de acervos para concentrar fontes destinadas a pesquisas em História da Educação sob um prisma regional e brasileiro, apresenta-se como tarefa importante.

2.4 ESTUDOS SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES: ESTADO DA ARTE

É possível observar que nos últimos anos o campo de pesquisa que discute a história e a historiografia das instituições educativas tem atraído um considerável número de pesquisadores, vinculados, em sua maioria, a área da História da Educação (ARNAUT DE TOLEDO; ANDRADE, 2013), em especial, nos Programas de Pós-graduação em Educação das universidades brasileiras.

Conforme levantamento feito por Paolo Nosella e Ester Buffa, pode ser constatado que, a partir de 1990, as pesquisas sobre o tema instituições escolares tiveram um aumento notável. Esses pesquisadores analisaram a produção dos Programas de Pós-graduação em Educação das principais instituições do país que

tratam sobre o tema instituições escolares. Após o levantamento de 171 títulos de Dissertações e Teses que analisaram instituições educativas, os pesquisadores concluíram que as instituições mais pesquisadas foram aquelas com maior prestígio social, como as de ensino superior, as escolas normais, as confessionais etc. As instituições que visavam à formação para o trabalho e aquelas destinadas à população carente tiveram pouca representatividade nas produções científicas mapeadas (NOSELLA; BUFFA, 2009). Como resultado da análise, os historiadores elaboraram o seguinte quadro:

Quadro 01 - Estado da Arte de Teses e Dissertações sobre Instituições Escolares entre os anos de 1990 – 2007.

Modalidade de Ensino que a Instituição trabalha	Caracterização da Instituição	Número de Trabalhos
Ensino Básico	Privadas: laicas e confessionais	48
Ensino Superior	Públicas e Privadas	29
Ensino Profissional	Médio e Superior	27
Escolas Normais	Públicas e Privadas	21
Instituições de Referência	Exemplo: Colégio Caraça, Colégio Pedro II, antigos Colégios Jesuítas	01
Institutos de Pesquisa	Ex: Agrônomo, Butantã.	11
Ensino básico público		09
Grupos Escolares		05
Estudos gerais sobre a temática instituições escolares		05
Ensino Profissionalizante	SENAI/SENAC	02
Outras Instituições de Educação não Escolares	SEE, MEC	02
Educação Especial	APAE	01

Fonte - Nosella e Buffa (2006).

O estado da arte do estudo em teses e dissertações sobre instituições escolares levantadas pelos pesquisadores Nosella e Buffa constatou, no que se refere ao foco das pesquisas, que grande parte delas prioriza estudar a história da instituição, sua criação, implantação e evolução. Embora haja estudos que privilegiem aspectos da instituição, como a formação dos professores, o desenvolvimento do currículo, experiências pedagógicas inovadoras, a origem social da clientela escolar, a trajetória dos ex-alunos, valores professados, organização do espaço escolar, entre outros aspectos (NOSELLA; BUFFA, 2009).

O estudo realizado por Nosella e Buffa, abrange os anos de 1990 a 2007. Na expectativa de contribuir para o avanço das pesquisas na área da História da Educação, especialmente sobre a história e a historiografia das instituições educativas, propomos inventariar os estudos sobre essa temática que compreendem

os anos de 2008 a 2015. Ao considerar que os estudos de instituições escolares representam, hoje, um tema de pesquisa significativo que se multiplica gradativamente nos Programas de Pós-graduação em Educação, entendemos ser necessário realizar um levantamento de tais pesquisas no estado do Paraná. Dermeval Saviani apresenta quatro tipos de balanço na Historiografia da Educação brasileira que podem servir de parâmetro no mapeamento do estado da arte:

1) o balanço como um levantamento da situação em que se encontra a produção historiográfica, uma espécie de 'estado da arte', realizado em função de objetos específicos de pesquisa que se pretende investigar; 2) o balanço como um registro sequencial do conjunto da produção da área, visando evidenciar a progressiva constituição, desenvolvimento e consolidação do campo da história da educação no Brasil; 3) o balanço como uma sistematização da produção disponível na área, tendo em vista sua incorporação ao ensino da disciplina história da educação nos cursos de pedagogia e de mestrado e doutorado em educação; 4) o balanço como um levantamento, mais ou menos exaustivo, dos estudos e pesquisas produzidos, tendo em vista compor um registro global que, colocado à disposição dos estudiosos da área, será utilizado de acordo com os seus interesses específicos (SAVIANI, 2007, p. 150).

O mapeamento e questionamento da produção, no seu todo ou em parcelas temáticas, é uma atividade fundamental para avaliar a qualidade e o sentido do trabalho que vai sendo realizado e para delinear os percursos futuros da pesquisa. Os balanços da produção têm, ainda, outro significado que remete para a questão da identidade do campo de pesquisa (PINTASSILGO; BEATO, 2014).

No caso das pesquisas sobre instituições escolares, vale ressaltar que a consolidação da temática no âmbito da Pós-Graduação no Brasil, se deu, dentre outros motivos, pelas jornadas organizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR). No ano de 2005, o HISTEDBR realizou duas jornadas, a V Jornada, realizada entre os dias 9 e 12 de maio na Universidade de Sorocaba (UNISO), que teve como tema geral "Instituições Escolares Brasileiras: História, Historiografia e Práticas", e a VI Jornada, realizada na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que teve como tema "Reconstrução Histórica das Instituições Escolares no Brasil", no período de 7 a 9 de novembro de 2005.

Os eventos organizados pelo HISTEDBR após as jornadas de 2005 continuaram a receber significativa quantidade de trabalhos sobre o tema, por isso, vêm ao longo dos anos, contribuindo para consolidação da Linha de Pesquisa na Pós-graduação em Educação no Brasil. Esses eventos foram importantes espaços para que pesquisadores da História da Educação pudessem discutir o tema. Segundo Saviani (2007), se a quinta jornada teve uma proposta de abordar as instituições escolares do ponto de vista de sua história, historiografia e práticas, a sexta jornada a complementou, ao propor sua reconstrução histórica.

Nessa esteira que elevou a pesquisa sobre instituições escolares para um lugar de proeminência no campo da História da Educação, exerceu importante papel, além do HISTEDBR, a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), principal entidade da área. Nesse processo, destacam-se importantes eventos internacionais da área, sobretudo, os Congressos Ibero-Americanos de Educação e os Congressos Luso-Brasileiros de História da Educação (SAVIANI; *et al.*, 2011).

A Sociedade Brasileira de História da Educação organiza bienalmente o Congresso Brasileiro de História da Educação e publica a Revista Brasileira de História da Educação (RBHE). Dos oito congressos organizados até 2015, o eixo temático que analisa a história das instituições escolares contou da quarta edição, realizado no ano de 2006, em Goiânia. Nos congressos de 2011, 2013 e 2015, sediados respectivamente em Vitória, Cuiabá e Maringá, o eixo intitulado história das instituições e práticas educativas teve um grande número de trabalhos apresentados por diversos pesquisadores de várias regiões e instituições do país. Ao analisar o aumento de interesse da comunidade científica pela temática, Flávio Massami Martins Ruckstadter e Vanessa Campos Mariano Ruckstadter destacam que:

Em 2011, o eixo temático “História das instituições escolares e práticas educativas” registrou, novamente, o maior número de trabalhos apresentados (248) em um total de 961 propostas. Em 2013, foram apresentados 201 trabalhos no eixo temático “História das instituições escolares e práticas educativas”, representando, mais uma vez, um dos eixos de maior procura no evento (RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2015, p. 112).

O Congresso de 2015, realizado em Maringá, nos dias 29 de junho e 02 de julho, teve 823 trabalhos aprovados para 10 eixos temáticos, dos quais, 218 foram para o eixo história das instituições e práticas educativas, sendo o que mais teve propostas

aprovadas, seguido do eixo Impressos, intelectuais e história da educação, com 170 trabalhos aprovados.

No propósito de inventariar os estudos sobre a temática das instituições educativas, consultamos os trabalhos publicados nas Jornadas e Seminários realizados pelo Grupo de Pesquisas HISTEDBR (GT da Região Oeste do Paraná – HISTEDOPR; GT do Maranhão - HISTEDBR-MA), que apresentaram o tema relacionado às instituições escolares nos últimos dois anos (2013; 2014) e, as comunicações inscritas nos congressos: X Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado na Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Cidade Curitiba/PR, em 2014; 36ª Reunião Nacional da ANPEd, realizado Campus Samambaia/UFG Goiânia/GO, em 2013; X ANPEd Sul – Reunião Científica da ANPEd, realizado no campus da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis/SC, em 2014; 37ª Reunião Científica da ANPEd, realizado em Florianópolis/SC no ano de 2015. Foram ainda computados os trabalhos apresentados no VII Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE), realizado na Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/MT, em 2013; VIII Congresso Brasileiro de História da Educação, realizado na Universidade de Maringá-PR, no período de 29 de Junho a 02 de Julho de 2015; XIII Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação e o I Seminário Interinstitucional de Pesquisa em Educação da Região Sul realizado na Universidade de Maringá-PR, nos períodos de 02 a 04 de Dezembro de 2015. A seguir, apresentamos o quadro com a relação de tais trabalhos, bem como: título, autor, evento e ano em que foram apresentados:

TRABALHOS PUBLICADOS EM JORNADAS, SEMINÁRIOS E CONGRESSOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Quadro 02 - Trabalhos publicados em jornadas, seminários e congressos de História da Educação.

Evento/Ano	Título	Autor(es)
XI Jornada do HISTEDBR (HISTEDOPR) 2013	A educação de imigrantes na província do Paraná.	Vera Lucia Martiniak
	A escola rural mato-grossense segundo Gervásio Leite.	Marineide de Oliveira da Silva
	A organização da Companhia de Jesus na colônia e a hierarquia quanto à ocupação de cargos nas instituições escolares.	Rachel Silveira Wrege

	A organização do trabalho didático na Escola Família Agrícola Rosalvo da Rocha Rodrigues: dados preliminares.	Maria Angélica Cardoso Sandino Hoff
	A organização do trabalho didático nas escolas isoladas paulistas: vestígios do ensino mútuo?	Maria Angélica Cardoso Mara Regina Martins Jacomeli
	A pedagogia da alternância nas casas familiares rurais: alguns apontamentos e indagações.	Fabiana Sinhoratti
	A prática pedagógica no Jardim de Infância Cristo Rei em Tubarão/SC (1960-1970).	Marlise de Medeiros Nunes de Pieri
	A práxis de ensino nos objetivos e concepção de educação nos projetos políticos pedagógicos de colégios do município de Toledo/PR	Jorge Henrique Dias Fuentes
	Contexto histórico de criação e instalação das escolas técnicas no Paraná (1900-1950)	Maria Joselia Zanlorense
	Educação e jornada escolar ampliada na história do CAIC Nossa Senhora dos Prazeres de Lages (SC) (1992-2012)	Rosiane de Fátima Pereira Dutra Maria de Lourdes Pinto de Almeida
	Educação em tempo integral na rede municipal do município de Francisco Beltrão/Paraná: apontamentos para a pesquisa.	Kathiane Ficanha José Luiz Zanella
XI Jornada do HISTEDBR (HISTEDOPR) 2013	Escola Mixta da Fazenda Imperial de Santa Cruz: estrutura e organização de um modelo de ensino profissional no final do século XIX.	Adriana Valentim Beaklini
	Escola reunida, uma inovação na educação em Mato Grosso?	Elton Castro Rodrigues dos Santos
	Escolarização e escravidão no recôncavo da Guanabara no século XIX- contribuições para estudos na atualidade.	Jordania Guedes
	História das instituições escolares: implicações teórico-metodológicas	Luciana Belissimo de Carvalho André Luiz da Motta Silva
	História e memória das escolas rurais que foram desativadas no sudoeste de Goiás (1969-2011).	Roberta de Moraes Jesus de Souza Stefane Barbosa
	Instituição educacional: memória e esquecimento.	Talita Maria Soares da Silva

	O contexto de expansão do ensino secundário e a história do Ginásio Brigadeiro Newton Braga.	Jussara Cassiano Nascimento Dayse Martins Hora
	O Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT, como instituição educacional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil.	Eraldo Leme Batista
	Primeira turma do curso técnico em agropecuária do Colégio Agrícola de Uberlândia (1969-1972).	Daniele da Costa Garcia
	Reconstituindo a educação paraense: retratos de professoras do grupo escolar padre Luiz Gonzaga, dos anos 1960, do século XX.	Maria José Aviz do Rosário Fernanda Di Paula do Rosário Luz.
	Reconstrução histórica do instituto das artes práticas e a influência de John Dewey.	Eliza Ribas Gracino Vera Lucia Martiniak
	Relato de experiência na penitenciária estadual de Cascavel: reflexões sobre a educação de jovens e adultos em unidade penal.	Ana Paula de Souza Formighieri Delir Freitas Rogowski
	Escolas reunidas Caetano Dias em Mato Grosso (1927 - 1950).	Elton Castro Rodrigues dos Santos
	A expansão das escolas isoladas no estado de Mato Grosso (1910-1930).	Marineide de Oliveira da Silva
	"Nente tûti a studiar": um estudo sobre o antigo grupo escolar rural de Santana e Santa Olímpia, SP.	Rhaysa Moraes de Lima Maria Cristina dos Santos Bezerra
XII Jornada do HISTEDBR (HISTEDBR-MA) 2014	O ideário que matizou as políticas e concepções educacionais que permeavam a organização e a dinâmica de funcionamento dos grupos escolares no contexto histórico brasileiro	Brianna Souza Barreto Paulo Sérgio de Almeida Corrêa
	Educação superior agrícola, modernização capitalista e interferência estrangeira. O caso da ESALQ-USP, 1960 a 1980	Rodrigo Sarruge Molina
	O controle das instituições escolares primárias através dos inspetores de ensino no período republicano	Roseli B. Klein
	Primeiro grupo escolar do município de Gado Bravo/PB: desbravando a sua história	Ana Maria Henrique de Souza Niédja Maria Ferreira de Lima
	O instituto de organização racional do trabalho - IDORT, como instituição educacional nas décadas de 1930 e 1940	Eraldo Leme Batista

	no Brasil	
	Primeiras instituições escolares do município de Casserengue/PB: recortes de suas histórias	Katiana Galdino de Macêdo Niédja Maria Ferreira de Lima
	Uma historia do grupo escolar João Lisboa em Caxias-MA (1919-1971)	Carolina Rodrigues Pereira Roldão Ribeiro Barbosa
	As escolas agrícolas do sul de Minas Gerais: a criação da Escola agrícola de Muzambinho-MG na década de 1950.	Lívia Carolina Vieira
	A implantação do segundo colégio de ensino secundário Público da Paraíba (1948-1953).	Vívia de Melo Silva
	Percursos das relações igreja e estado na educação escolar brasileira: o caso do grupo escolar Arcipreste Paiva em Curitiba/SC no contexto do governo provisório de Getúlio Vargas.	Maria de Fátima Rodrigues Pereira
	História das instituições escolares: considerações Teórico-metodológicas.	Luis Fernando Lopes
	O grupo escolar "Gomes de Sousa": um lugar de referência na educação de Itapecuru-Mirim (Maranhão).	Alda Margarete Silva Farias Santiago Jarina Serra Santos
	Tempos e espaços no ginásio agrícola "Gustavo Dutra", localizado no município de Santo Antônio de Leverger, estado do Mato Grosso, Brasil – 1969 A 1974: memórias e história.	Abimael Antunes Marques
	Colégio Agrícola de Rio Verde - criação e consolidação (1967 - 1979).	Jeanne Mesquita De Paula Leão
	Colégio Lins de Vasconcellos: a evolução pela educação (1963 – 1998).	Silvete Aparecida Crippa De Araujo
	Colégio Militar De Brasília (CMB): uma referência educacional da rede de ensino público do Distrito Federal.	Gabriela Menezes De Souza
	Colégio Santa Luzia: práticas pedagógicas e relação com a comunidade de Morungava/RS (1968 a 2007).	Ariane dos Reis Duarte
X Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação - 2014	Ensino técnico-profissional no Brasil: Escola Técnica de Comércio Santo Antônio Guarabira – Paraíba/Brasil (1952-1974).	José Jassuipe Da Silva Moraes Rayane De Lima Silva
	Escolarização e urbanização: articulações entre a criação de escolas e o crescimento das cidades (São Sebastião do Caí e Erechim – Rio Grande do Sul).	Carine Ivone Popiolek Taís Pereira Flôres

Eixo temático 1: História das políticas e instituições educacionais		
	Escolas católicas nas colônias italianas de Curitiba: a contribuição das Suore Apostole Missionarie del Sacro Cuore di Gesu (1900 A 1930).	Elaine Cátia Falcade Maschio
	Escolas confessionais fundadas por missionários estrangeiros: católicos e protestantes em Belo Horizonte/MG, Brasil (1900-1950).	Hercules Pimenta Dos Santos
	Escolas de aprendizes marinheiros: uma estratégia Educacional da Marinha no século XIX.	Régis Fernando Ferreira Prates
	Grupo escolar Dr. Thomas Mindello, núcleo irradiador de novas práticas pedagógicas: ações das instituições auxiliares do ensino na difusão do escolanovismo.	Rosângela Chrystina Fontes De Lima
	Grupo escolar Pedro Américo: o ensino primário e os novos referenciais educacionais na cidade de Cabedelo - PB (1942 –1971).	Evelyanne Nathaly Cavalcanti De Araújo Silva
	Grupo escolar Visconde De São Leopoldo: arquitetura e memória institucional (1946-1966).	Jauri Dos Santos Sá Flávia Obino Corrêa Werle
	Grupos escolares e escolas reunidas em Mato Grosso: uma difícil definição.	Elton Castro Rodrigues Dos Santos
	Grupos escolares Padre Freitas e Cassiana Rocha: contando história e refazendo memórias, um reflexo da consolidação do ensino primário público em Piripiri-PI.	Beatriz De Sousa Alves Dainha Pereira Da Silva Maria Do Perpetuo Socorro Castelo Branco Santana
Eixo temático 1: História das políticas e instituições educacionais	História da Escola Graduada no Rio Grande Do Norte.	Francinaide De Lima Silva Maria Arisnete Câmara De Moraes
	História da Faculdade de Direito em Caxias do Sul/RS (1959-1967).	Michelle Luisa Grezzana Santarem
	Historia das instituições escolares: Centro de Ensino Jacira de Oliveira e Silva em Timon-Ma de 1981 a 2010.	Francisco Alex Da Silva Matos
	Historia das instituições escolares: uma análise do Instituto São João Batista Vianeí (1970-2006).	Valeria Pereira Cembranel
	História das instituições: Internato Feminino	Tissianny Katiuche

	no Educandário Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento, na Cidade de Senhor do Bonfim, Bahia, no período de 1949 a 1960.	Lima Nascimento
	Institucionalização das escolas primárias em Sergipe no período de 1930-1945: entre mensagens e números	Maria Oliveira De Souza Ane Luise Silva Mecenas Santos
	Instituição do ensino privado na província do Maranhão (século XIX): expressão da liberdade de ensino?	Joseilma Lima Coelho Ademir Valdir Dos Santos
	Instituições educacionais Batistas: 1928 – 1973.	Jocyleia Santana Dos Santos
	Instrução confessional feminina em Sergipe: o Colégio Patrocínio de São José: (1940-1967)	Dilson Gonzaga Sampaio Cristiano De Jesus Ferronato
	O colégio americano de Taubaté (SP) e o conflito entre católicos e protestantes (1890-1894)	Christiane Grace Guimarães Da Silva
	O Colégio Nossa Senhora de Lourdes - o Cajuru - e a formação das filhas da elite curitibana: 1907 A 1970	Heloísa Helena Daldin Pereira
	O ensino secundário público paranaense: o Ginásio Regente Feijó, Ponta Grossa (1927-1961).	Maísa Milène Zarur Remer
Eixo temático 1: História das políticas e instituições educacionais	O Grupo Escolar Conselheiro Mafra em Joinville/SC: representações sociais nas comemorações do seu centenário.	Cibele Dalina Piva Ferrari Celso João Carminati
	O Grupo Escolar Minas Gerais versus Batalhão da Força Pública: concordâncias e acordos políticos nas origens de uma instituição escolar mineira (1930 a 1944).	Marilsa Aparecida Alberto Assis Souza Betânia De Oliveira Laterza Ribeiro Elizabeth Farias Da Silva
	O Grupo Escolar Visconde de Porto Seguro: uma análise sócio-histórica.	Vania Regina Boschetti Valdelice Borghi Ferreira
	Os Ginásios Vocacionais do Estado de São Paulo: escolas públicas que deixaram marcas	Angela Rabello Maciel De Barros Tamberlini
	Os primeiros anos da Escola Normal Carmela Dutra na memória de sua primeira turma (1947-1949).	Fábio Souza Correa Lima
	Os primórdios da Escola de Música e Belas Artes do Paraná e o ensino superior de música em Curitiba.	Wilson Lemos Júnior Maria Elisabeth Blanck Miguel
	Os seminários seráficos na legislação de	Edson Claiton Guedes

	Frei Bernardo de Andermatt (1884-1908) e sua implantação na província dos capuchinhos do Paraná e Santa Catarina	
	Trajetórias entrelaçadas de instituições educativas: Escola Normal Oficial de Diamantina, Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda (1928-2012)	Flávio César Freitas Vieira Gabriela Marques De Sousa
Eixo temático 5: Historiografia, métodos e fontes	O ensino secundário em Minas Gerais em perspectiva comparada: o Ginásio Triângulo Mineiro de Uberaba e o Ginásio Mineiro de Uberlândia (1930-1960)	Giseli Cristina do Vale Gatti
	As instituições escolares polonesas no Paraná: análise historiográfica	Luciana Kubaski Vera Lucia Martiniak
	Dos acervos públicos e arquivos escolares: fontes para o estudo da história das instituições educativas urbanas e rurais do sul de Mato Grosso (1940- 1977)	Alessandra Cristina Furtado Clóvis Irala Inês Velter Marques
	Fontes para o estudo da educação militar: os regulamentos da Escola de Estado-Maior e a formação da elite militar do exército. (1905-1955)	Marcus Fernandes Marcusso
	Fontes para pesquisa sobre instituições escolares na região oeste do Paraná: o caso da Escola de Porto Britânia (1938)	Francielle Aparecida Garuti de Andrade Rodrigo Pinto de Andrade
Eixo temático 5: Historiografia, métodos e fontes	Fontes para uma história das instituições de formação de professores no Brasil: contribuições da pesquisa sobre a história da didática (1827-2011), como disciplina e campo de conhecimento.	Cristina Miranda Duenha Garcia Carrasco Elieuzza Aparecida de Lima Rosane Michelli de Castro
	Grupos escolares no sul de Mato Grosso: as escolas distritais e o ideário de educação no município de Dourados no período de 1963 a 1974.	Maria do Carmo Brazil Wilker Solidade da Silva
	Historiografia, métodos e fontes para a história da Escola Normal no Brasil (1990-2010)	Margarita Victoria Rodriguez Silvia Helena Andrade de Brito
	Os estudos sobre as Escolas Secundárias Renovadas de São Paulo na década de 1960 e a criação de uma memória educacional.	Natália Frizzo de Almeida
	A criação da biblioteca Manoelito de Ornellas e seus leitores: representação das práticas de leitura no Colégio Farroupilha (Porto Alegre/RS, décadas de 1970 e 1980).	Roberta Barbosa Dos Santos
	Ação de preservação da memória histórica escolar: o arquivo do Colégio Estadual	Silvânia Santana Costa José Carlos Santos

Eixo temático 9: Patrimônio Educativo, museus e arquivos escolares.	Murilo Braga.	
	Arquivos escolares: moradas vivas da história? (Campinas, Escola Isolada Modelo – 1937-1940; Vargem do Cedro, Escola Estadual Mista Desdobrada Vargem do Cedro, 1933-1943).	Carolina Cechella Philippi
	As ideias do professor Carlos da Silveira sobre educação, pedagogia e psicologia na revista da Escola Normal de São Carlos – SP (1916 – 1923).	Camila Maria Chiari, Michele Varotto
	Escolas públicas em Londrina (1940 a 1960): arquivos e fontes	Fernanda Silva Camargo Maria Luiza M Abbud
	Indícios de um colégio dos anos 1930 no arquivo das escolas extintas de Campina Grande: o Diocesano Pio XI e a instrução confessional na Paraíba do Norte	Larrissa Dantas Xavier Da Silva Mariana Magna Correia Ramos
	Movimentos que caracterizaram a passagem de meninos e meninas pelo 1º Grupo Escolar de Campinas “Francisco Glicério” entre 1928 a 1935: abandonos, repetências, persistências e sucessos.	Silvia Regina Cason
	Museu do Colégio Municipal Pelotense: um espaço de salvaguarda da memória da educação em Pelotas/RS	Jezuina Kohls Schwanz
	Os arquivos escolares das Escolas Agrícolas: o processo de organização, disponibilização e pesquisa do acervo do IFSULDEMINAS - Câmpus Muzambinho.	Lívia Carolina Vieira, Marcus Fernandes Marcusso, Nildo Batista
36ª Reunião Nacional da ANPED – 2013	Escolas reunidas e grupos escolares: similaridades e diferenças na instrução primária em Mato Grosso	Elton Castro Rodrigues dos Santos
GT 02 – História da Educação	Formar bem para servir sempre: a Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina (1889-1937)	Gisele Terezinha Machado
X ANPED Sul – 2014	Apresentações orfeônicas nas escolas secundárias públicas de Curitiba (1930 a 1950)	Wilson Lemos Júnior
	O processo identitário do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1956 – 1972): marcas da religiosidade e da etnicidade nas práticas educativas	Julia Tomedi Poletto
	O estado do conhecimento sobre os Colégios de Aplicação do Brasil de 1987-2013 na história da educação	Rosiane Machado Da Silva
	Itinerários das escolas italianas em terras brasileiras: uma história contada pelos materiais didáticos (1875 – 1945)	Terciane Angela Luchese
	História e memória da Escola Bratislava de Cambé (1936-1948): entre a educação e a fé.	Isabel Francisco De Oliveira Barion
Eixo 01 –	Nacionalização do Ensino e o processo	Adriano Malikoski;

VII Congresso Brasileiro de História da Educação (SBHE) – 2013 GT 03 - Fontes e Métodos em História da Educação	Acervo da Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda, Diamantina, MG: fontes para história da educação.	Gabriela Marquesi Sousa Flávio César Freitas Vieira
	A criação da Escola Complementar do Comércio de Sete Lagoas: uma instituição educativa criada para a formação do Trabalhador do comércio	Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves Fábio Vasconcelos Lima Pereira
	A <i>Deutsche Schule</i> de Curitiba de 1867 a 1889: do evangelho à germanidade	Ariclê Vechia
	A Educação da Juventude no Colégio Atheneu de Natal (Rio Grande do Norte, 1835-1889)	Marta Maria de Araújo
	A Escola Azevedo Sodré no contexto dos anos 1920: tempos e espaços educativos na modernização da capital	Pedro Paulo Hausmann Tavares
	A Escola Complementar Paulista (1890-1911)	Tony Honorato
	A Escola de Agronomia e Veterinária Eliseu Maciel em imagens: aspectos da história de uma instituição de ensino superior	Maria Augusta Martiarena de Oliveira
	A Escola Industrial de Natal e a constituição do seu quadro docente (1942-1968)	Maria da Guia de Sousa Silva
	A Escola Normal da Província do Grão-Pará no Império	Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França
	A implantação da Escola Confessional Presbiteriana em Chapada dos Guimarães (1923-1948).	Lucas Paulo de Freitas Elizabeth Figueiredo de Sá
GT 07 - História das Instituições e Práticas Educativas	A Implantação dos Grupos Escolares No Estado do Pará	Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França
	A implantação e expansão da Escola Normal no Sul do Mato Grosso (1930-1970)	Margarita Victória Rodriguez Sílvia Helena Andrade de Brito Caroline Hardoim Simões Lucina Barbosa

		Belíssimo
	A organização do trabalho escolar da Escola Estadual Nilza de Oliveira Pipino na década de 1970	Josiane Brolo Rohden Elizabeth Figueiredo de Sá
	A presença dos ideais educacionais de John Dewey na antiga Escola Normal Secundária de São Carlos - SP	Michele Varotto Alessandra Arce
	A socialização religiosa de um Colégio Católico no Rio de Janeiro dos anos 1950: as razões da distinção	Miriam Waidenfeld Chaves
	Alimentação Escolar e Educação Física num Colégio Interno Masculino na Década de 40: um remédio universal capaz de eliminar muitos males	Roseli B. Klein
	Análise histórica das práticas educativas da Escola Rivadávia Corrêa de 1913 a década de 1950	Angela Maria Souza Martins
	As escolas primárias rurais da Colônia Hansa: Santa Catarina (1897-1930)	Ademir Valdir dos Santos
	As órfãs sociais dos Colégios das Irmãs: as escolas gratuitas nos colégios confessionais católicos no século XX	Samara Mendes Araújo Silva
	As práticas educativas no Colégio Cajuru em Curitiba (1957- 1972): a Revista Família Cristã como instrumento de inculcação do ideário ultramontano Francês	Heloísa Helena Daldin Pereira
GT 07 - História das Instituições e Práticas Educativas	Colégio Estadual da Polícia Militar da Bahia: formando brasileiros e soldados (1957-1972)	Andréa Reis de Jesus
	Colégio Metodista Izabela Hendrix (1904-1935): resgate e organização dos documentos históricos	Reginaldo Leandro Plácido Wesley Jesus dos Santos
	Colégio Regina Coeli: de escola confessional à escola comunitária	Marina Matiello
	Colégio Salesiano e Escola Estadual Santa Teresa em Corumbá: o convênio celebrado entre os Salesianos e o estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1972-1987).	Celeida Maria Costa de Souza e Silva
	Educação na Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus: um resgate histórico das instituições Teresianas na região do Cariri	Ivaneide Severo Goiana Zuleide Fernandes de Queiroz
	Escolas Isoladas Rurais Londrinenses (PR): primeiras reflexões.	Thais Bento Faria
	Grupo Escolar Modelo Augusto Severo (Natal/RN, 1908-1920): história e práticas.	Francinaide de Lima Silva Maria Arisnete Câmara de Moraes
	Novas práticas educativas da Escola Rosa da Fonseca (1938).	José Carlos X. Bonfim
	Tempo e história: o curso normal do	Karin Sewald Vieira

	Instituto Estadual de Educação/SC - década de 1960	
	Uma escola para meninas órfãs e desvalidas em São Cristóvão no início do século XX	Josineide Siqueira de Santana
37ª Reunião Científica da ANPED - 2015 GT02 – História da Educação	A produção social da excelência no ensino secundário: Colégio Estadual de Minas Gerais (1956 – 1964).	Aleluia Heringer Lisboa Teixeira
VIII Congresso Brasileiro de História da Educação – 2015 Eixo temático 07: História das Instituições e Práticas Educativas	O ensino de História na Escola Normal de Diamantina, MG (1879-1906).	Ana Cristina Pereira Lage.
	As mulheres professoras de Arte na Escola Técnica Federal do Maranhão (1975-1989).	Alexandra Naima Machado Rudakoff; Iran De Maria Leitão Nunes.
	Escola Lar São José: um diálogo entre a história das instituições educacionais e a política de educação integral no Brasil contemporâneo.	Paulo Sérgio Cantanheide Ferreira.
	O uso das fontes para a história de instituições escolares confessionais: o Lar Da Imaculada Conceição e a Instituição Espírita Casa do Pequenino.	Josineide Siqueira De Santana Rosemeire Siqueira De Santana; Ane Rose De Jesus Santos Maciel.
	Instituições de formação docente na região dos Inconfidentes no contexto da primeira república: as Escolas Normais de Ouro Preto e Mariana (1905-1929).	Jumara Seraphim Pedruzzi; José Rubens L. Jardimino.
	Fontes documentais para o estudo das instituições educativas: o caso da escola rural Geraldino Neves Corrêa em Dourados-MS (1942-1974).	Clovis Irala.
	A criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro em Uberaba - MG: de instituição privada à instituição isolada de ensino superior por meio do processo de federalização (1953-1960).	Sonia Maria Gomes Lopes; Sauloéber Tarsio De Souza.
	Um estudo sobre a história das instituições educativas especializadas em Mato Grosso do Sul: o caso da APAE/CEDEG de Campo Grande.	Giovani Bezerra Bezerra; Giovani Ferreira.
XIII Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação.	Percurso Histórico do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1953 a 1975).	Viviane de Oliveira Berloff Caraçato; Maria Angélica Olivo Francisco Lucas; Maria Cristina Gomes Machado.

I Seminário Interinstitucional de Pesquisa em Educação da Região Sul - 2015	História das instituições escolares públicas do oeste do Paraná: a constituição histórica do Colégio Eleodoro Ébano Pereira (1932-1980).	Iris Cristina Barbosa Cherubini; João Carlos da Silva
--	--	--

A análise desses eventos da área traz à tona, a notável proporção que os estudos sobre a história das instituições escolares têm ganhado em nível nacional. Todavia, quando pensado em nível estadual, Paraná, e, sobretudo regional, no nosso caso o oeste paranaense, o número de investigações sobre instituições não é compatível com o que se vê no cenário nacional. Realizamos um levantamento da produção de Teses e Dissertações que discutem a temática das instituições educativas no estado do Paraná, para tal, verificados os acervos digitais das principais universidades do Estado, que possuem Programa de Pós-Graduação em Educação.

As Dissertações e Teses foram analisadas no período de oito anos, entre 2008 e 2015. As Dissertações de Mestrado foram consultadas nos acervos das universidades paranaenses: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL). A escolha dessas instituições deveu-se, primeiramente por possuírem Programa de Pós-Graduação em Educação e também, por terem a linhas de pesquisas sobre história da educação e sobre instituições educativas.

DISSERTAÇÕES DE MESTRADO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO QUE ANALISAM A TEMÁTICA:

Quadro 03 - Dissertações de Mestrado sobre Instituições Escolares.

ANO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
UFPR	00	00	00	02	00	00	00	00	02
UEPG	00	00	01	00	00	01	01	00	03
UEL	00	01	00	00	01	00	00	00	02
PUC	04	01	00	00	01	00	00	00	06
UNIOESTE	00	00	00	00	01	03	00	00	04
UEM	00	01	02	02	02	00	02	00	09
P ¹	04	03	03	04	05	04	03	00	26

P¹ - Produções de Dissertações das seguintes Universidades: PUC-PR; UFPR; UEPG; UEL; UEM; UNIOESTE.

Ao longo de oito anos foram defendidas vinte e seis Dissertações nas seis Universidades analisadas, sendo que a instituição que mais teve trabalhos defendidos foi a Universidade Estadual de Maringá e foi a que teve mais regularidade de trabalhos defendidos, ou seja, em todos os anos analisados, exceto em 2008 e 2013 não tiveram trabalhos, nos demais anos, sempre houve Dissertações apresentadas. O ano que mais teve Dissertações defendidas foi 2012, cinco ao todo.

No caso das Teses de Doutorado, foram consultados os acervos das seguintes universidades paranaenses: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual de Maringá (UEM). Todas que oferecem Doutorado em Educação e que têm a Linha que contempla o estudo da história das instituições escolares.

A seguir, quadro com as Teses que discutem a temática das instituições escolares, o ano e a instituição em que foram defendidas:

Quadro 04 - Teses de Doutorado sobre Instituições Escolares.

ANO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
UFPR	01	02	00	00	00	01	00	00	04
UEPG	00	00	00	00	00	00	01	00	01
UEM	00	00	00	00	00	00	00	00	00
PUC	00	00	00	00	00	01	00	00	01
P ²	01	02	00	00	00	02	01	00	06

P² - Produções de Teses das seguintes Universidades: PUC-PR; UFPR; UEPG; UEM.

No período de oito anos, foram produzidas seis Teses sobre a temática em análise nas quatro universidades pesquisadas, sendo que a maior incidência de trabalhos foi na Universidade Federal do Paraná, com o total de quatro trabalhos e a que menos teve foi a Universidade Estadual de Maringá, que não teve nenhuma Tese sobre o tema no período analisado.

Podemos dizer que os dados analisados revelam que a despeito da profusão de pesquisas sobre o tema das instituições educativas em âmbito nacional, no estado do Paraná, nomeadamente nas universidades paranaenses, as pesquisas não são tão comuns. A escassez reside, sobretudo, na elaboração de Teses de doutoramento que discutem a temática. Nos últimos oito anos, apenas seis Teses foram apresentadas, ou seja, menos de uma ao ano.

A seguir apresentamos um quadro com dados detalhados das Dissertações e Teses defendidas nas universidades anteriormente nomeadas, que discutem a temática das instituições educativas:

**TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES NOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ**

Quadro 05 - Produções científicas de Teses e Dissertações sobre instituições escolares de 2008 a 2015.

Ano	Título	Autor	Instituição	Categoria
2008	Saberes docentes dos professores de teologia das instituições teológicas da igreja evangélica de confissão luterana no Brasil.	Rachel de Moraes Borges Perobelli	PUC-PR	Dissertação
2008	Políticas públicas de avaliação institucional do ensino superior: caso da Faculdade de Pato Branco.	Graciela Olivo Alba	PUC-PR	Dissertação
2008	Ensino de matemática do secundário de uma escola confessional do estado do Paraná entre 1940 e 1947.	Lauro Igor Metz	PUC-PR	Dissertação
2008	Formação de professores no Paraná: a Escola Normal Colegial Estadual Nossa Senhora Aparecida, Piraquara-PR.	Ana Elizabete Mazon de Souza Tesserolli	PUC-PR	Dissertação
2008	Arte na Educação: O Projeto de Implantação de Escolinhas de Arte nas Escolas Primárias Paranaenses (Décadas de 1960 – 1970)	Ricardo Carneiro Antonio	UFPR	Tese
2008	Não consta	Não consta	UNIOESTE	Não consta
2008	Não consta	Não consta	UEPG	Não consta
2008	Não consta	Não consta	UEM	Não consta
2008	Não consta	Não consta	UEL	Não consta
2009	Colégio Martinus: formação de professores na segunda metade do século XX.	Fabiane Lopes de Oliveira	PUC-PR	Dissertação
2009	São José, o Colégio de Castro 1904-1994.	Ronie Cardoso Filho	UFPR	Tese
2009	Lar Escola Dr. Leocádio José Correia: História de uma proposta de formação na perspectiva educacional espírita (1963-2003)	Cleusa Maria Fuckner	UFPR	Tese

2009	Não consta	Não consta	UNIOESTE	Não consta
2009	Não consta	Não consta	UEPG	Não consta
2009	Da escola isolada ao Grupo Escolar Marechal Rondon de Campo Mourão, PR – 1947 a 1971.	Cibele Introvini Ritt	UEM	Dissertação
2009	História da Escola Itinerante Caminhos do Saber –Ortigueira – PR – 2005-2008.	Paulo Roberto Urbinatti Urquiza	UEL	Dissertação
2010	Não consta	Não consta	PUC-PR	Não consta
2010	Não consta	Não consta	UFPR	Não consta
2010	Não consta	Não consta	UNIOESTE	Não consta
2010	Ideário Republicano nos Campos Gerais: a criação do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes (1907).	Lucia Mara de Lima Padilha	UEPG	Dissertação
2010	Da escola isolada ao grupo escolar: O processo de escolarização primária em Sarandi- PR (1953-1981).	Vitorina Cândida Corrêa Bertonha	UEM	Dissertação
2010	Em traços de modernidade: A história e a memória do grupo escolar “Hugo Simas” (Londrina-PR, 1937- 1972).	Thais Bento Faria	UEM	Dissertação
2010	Não consta	Não consta	UEL	Não consta
2011	Não consta	Não consta	PUC-PR	Não consta
2011	Entre ofícios e prendas domésticas: a escola profissional feminina de Curitiba (1917 – 1974).	Danielle Gross de Freitas	UFPR	Dissertação
2011	Educação árabe em Curitiba: a escola islâmica do Paraná (1969 – 1972).	Wanessa Margotti Ramos Storti	UFPR	Dissertação
2011	Não consta	Não consta	UNIOESTE	Não consta
2011	Não consta	Não consta	UEPG	Não consta
2011	História e Historiografia da escola Luterana Concórdia de Marechal Cândido Rondon (1955-1969).	Rodrigo Pinto de Andrade	UEM	Dissertação
2011	Ginásio Maringá (1952-1963): História da Implantação de uma Instituição Escolar.	Aldivina Américo de Lima	UEM	Dissertação
2011	Não consta	Não consta	UEL	Não consta
2012	A primeira escola de formação de professores em Pato Branco e o desenvolvimento econômico, social e educacional da Região Sudoeste do Paraná: 1960 – 1986.	Cassiane Gemi	PUC-PR	Dissertação

2012	Não consta	Não consta	UFPR	Não consta
2012	A expansão da escola publica primária na região oeste do Paraná (1970-1980).	Maria Valdeny Ferreira Gomes	UNIOESTE	Dissertação
2012	Não consta	Não consta	UEPG	Não consta
2012	O processo de escolarização no município de Mandaguari-PR (1949-1988).	Silvana Rodrigues Malheiro Huss	UEM	Dissertação
2012	Colégio Regina Mundi: A construção de uma identidade (1967-1970).	Carla Adriane Arrieira Santos	UEM	Dissertação
2012	Marcos Possíveis para Reconstituir a História da Instituição Escolar Julia De Ouza Wanderley: A Primeira Escola de Formação de Professores de Cornélio Procópio-PR (1953-1967).	Adálcia Canedo da Silva Nogueira	UEL	Dissertação
2013	O ensino secundário público paranaense: o Ginásio Regente Feijó, Ponta Grossa (1927-1961).	Maisa Milènne Zarur Remer	PUC-PR	Tese
2013	"Palácios da instrução" - história da educação e arquitetura das escolas normais no estado do Paraná (1904 a 1927).	Ana Paula Pupo Correia	UFPR	Tese
2013	A primeira escola secundária pública de Cascavel: Ginásio Wilson Joffre (1960-1980) – Interfaces entre o passado e o presente.	Valdecir Antonio Nath	UNIOESTE	Dissertação
2013	História da formação de professores em Cascavel entre 1951 e 1971: a trajetória das escolas normais Carola Moreira e Irene Rickli.	Jehnnny Zélia Kalb Facch	UNIOESTE	Dissertação
2013	A politica da Educação Profissional articulada ao Ensino Médio na forma integrada no Paraná: uma análise da implementação no Colégio Estadual João Manoel Mondrone no Municipio de Medianeira – Paraná (2003-2010).	Janice Rosangela Cardoso Griebeler	UNIOESTE	Dissertação
2013	Educação para o Trabalho: a criação das Escolas Técnicas no Paraná (1900-1950).	Maria Josélia Zanlorense	UEPG	Dissertação
2013	Não consta	Não consta	UEM	Não consta

2013	Não consta	Não consta	UEL	Não consta
2014	Não consta	Não consta	PUC-PR	Não consta
2014	Não consta	Não consta	UFPR	Não consta
2014	Não consta	Não consta	UNIOESTE	Não consta
2014	Reconstrução histórica do Primeiro Grupo Escolar dos Campos Gerais: Vicente Machado (1904).	Aline Cristina Schram	UEPG	Dissertação
2014	A constituição e a implantação dos Institutos Federais no contexto da expansão do Ensino Superior no Brasil: o caso do IFC – Campus Rio do Sul.	Moacir Gubert Tavares	UEPG	Tese
2014	Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1953-1975): uma História no ensino maringaense.	Viviane De Oliveira Berloff	UEM	Dissertação
2014	Educação em Cambé: Historiografia da Escola Bratislava (1936-1948).	Isabel Francisco De Oliveira Barion	UEM	Dissertação
2014	Não consta	Não consta	UEL	Não consta
2015	Não consta	Não consta	PUC-PR	Não consta
2015	Não consta	Não consta	UFPR	Não consta
2015	Não consta	Não consta	UNIOESTE	Não consta
2015	Não consta	Não consta	UEPG	Não consta
2015	Não consta	Não consta	UEM	Não consta
2015	Não consta	Não consta	UEL	Não consta

Após a realização desse levantamento da produção, constatamos que o tema da história das instituições escolares tem sido recorrente no campo da História da Educação no Brasil, porém, no estado do Paraná, a temática carece de mais atenção e se apresenta como um desafio aos investigadores que desejam se envolver com essa tarefa. Em âmbito regional - no caso do oeste paranaense, embora já existam importantes iniciativas, sobretudo por parte da HISTEDOPR, GT-Cascavel, Grupo de pesquisa vinculado ao HISTEDBR/UNICAMP, em desenvolvimento desde 2003. O Grupo de pesquisa se propõe a levantar, organizar e catalogar fontes primárias e secundárias para a História da Educação no oeste do Paraná e propiciar meios que facilitem as pesquisas sobre instituições escolares na região, mediante atividades de estudos e pesquisas desenvolvidas no Mestrado em Educação da UNIOESTE e na pós-graduação *latu-sensu*. Entretanto, há que destacar que ainda tem muito para ser feito, existem ainda, muitas instituições

educativas regionais que podem ser objetos de investigação acadêmica; instituições que ao serem historiadas poderão contribuir para a escrita da história da educação regional e brasileira.

3. CONJUNTURA SÓCIO-HISTÓRICA DO OESTE PARANAENSE E O CONTEXTO DE URBANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL

Nesta parte apresentamos o contexto político e educacional do Brasil no período de 1945 a 1964, que serviram de base para o cenário posterior de mudanças e revoluções no país e impulsionaram a colonização e a expansão do território oeste do Paraná e mesmo a criação da cidade de Cascavel. Nas discussões vem à tona questões relacionadas ao projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro, a educação industrial e comercial advindas desse período político, a necessidade de ampliação do ensino e a emancipação e urbanização do município de Cascavel. Damos destaque à implantação do Colégio Marista (1962), inserindo-o na conjuntura sócio-histórica do oeste paranaense e no processo de urbanização de Cascavel.

3.1 O CONTEXTO POLÍTICO E EDUCACIONAL BRASILEIRO NOS ANOS DE 1945 A 1964.

Os anos posteriores à década de 1930 foram marcados por profundas mudanças na estrutura social e econômica do Brasil. Houve um efetivo avanço na industrialização e no desenvolvimento urbano. A urbanização favoreceu o crescimento da burguesia industrial, da classe média e do proletariado.

O fortalecimento dessas novas forças sociais trouxe mudanças no aparelho estatal, como a criação de partidos políticos que pudessem atender aos interesses de seus grupos, como por exemplo, a União Democrática Nacional (UDN), fundada em 1945. Esse partido foi organizado em meio aos debates que reivindicavam a redemocratização do país no período final do Estado Novo de Getúlio Vargas (1882-1954), aglutinando setores de oposição ao governo. Com propostas de cunho liberal, o partido representava os setores rurais e a camada burguesa da sociedade. O Partido Social Democrático (PSD) também foi criado em 1945, por iniciativa de Vargas e liderado por Eurico Gaspar Dutra (1883-1974). Esse Partido possuía bases agrárias, e defendia o *status quo*, porém, tinha característica mais conciliadora.

Após o suicídio de Vargas, o PSD elegeu Juscelino Kubitschek (1902-1976), Presidente da República com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); fundado em 1945, esse Partido tinha características mais alinhadas à esquerda, defendia a intervenção do Estado na economia e na política social. O PTB, fundado com o intuito de comandar o proletariado urbano passou a ganhar, paulatinamente, mais representatividade nos meios políticos com o movimento do operariado e das forças de esquerda, por meio do populismo. Com a criação do partido, o governo tinha a intenção de “[...] atrair os operários evitando que se encaminhassem para o PCB, que vinha crescendo rapidamente com a retomada do processo democrático” (SAVIANI, 2007, p.279).

A partir do momento em que Juscelino Kubitschek assumiu a presidência da República, em 1956, o país passou a ser direcionado por uma política que priorizava o desenvolvimento. A política econômica de Kubitschek foi delineada por um Plano e/ou Programa de Metas que tinha como lema “cinquenta anos de progresso em cinco de governo”. A aplicação do Plano de Metas resultou na expansão e na consolidação do capitalismo no Brasil. O processo de industrialização brasileiro ocorreu a partir da atuação de empresas estrangeiras (as multinacionais), que passaram a controlar importantes setores da economia nacional como o fornecimento de maquinaria pesada, alumínio, setor automobilístico, construção naval, o que ocasionou na sua desnacionalização. Para a efetivação dos objetivos do Programa de Metas do governo JK foram criados alguns órgãos como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e, foi dada maior importância a outros, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que em tese funcionou como órgão de assessoria e de apoio ao Programa de Metas (FAUSTO, 1995).

A ideologia do governo de JK era baseada em um projeto nacional desenvolvimentista consubstanciado pela produção teórico-ideológica do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). O ISEB foi criado pelo Decreto nº. 37.608, de 14 de julho de 1955, pelo então governo provisório do presidente Café Filho (1899-1970) e subordinado ao Ministério da Educação. Sua meta, quando de sua criação, era garantir uma linha de produção teórica que veiculasse os ideários de industrialização e do nacionalismo, em outras palavras, foi criado para ser um centro permanente de estudos políticos e sociais de nível avançado, cuja finalidade era a elaboração de instrumentos teóricos que favorecessem o incentivo ao

desenvolvimento nacional. O decreto de criação do Instituto nº 37.608, de 1955, Artigo 2º registra que:

O ISEB tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, [...] especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional (BRASIL, 1955, p. 232).

Com a abertura ao capital estrangeiro realizada pelo governo JK, a política econômica de cunho nacionalista aplicada por Vargas cedeu espaço ao nacional desenvolvimentismo de Kubitschek. A política econômica protecionista defendida pelas correntes varguistas foi invertida, passando a conceder vantagens ao capital estrangeiro e provocar a aceleração do processo de criação de indústrias. A mudança da expressão que representa o período (nacionalismo por nacional desenvolvimentismo) é discutida por Boris Fausto. Segundo o autor:

A expressão nacional-desenvolvimentismo, em vez de nacionalismo, sintetiza, pois uma política econômica que tratava de combinar o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização. Sob esse aspecto, o governo JK renunciou os rumos da política econômica realizada, em outro contexto, pelos governos militares após 1964 (FAUSTO, 1995, p. 427).

Nesse contexto de industrialização ocorria o debate acerca das diretrizes e bases da educação nacional. Para tal, um conjunto de educadores trabalhou na formulação de um projeto que contemplasse uma educação pública que estivesse em acordo com as aspirações de modernização do país, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Os debates sobre o projeto de Lei da LDB duraram cerca de quatorze (14) anos, desde a instalação da comissão em 1947, até a aprovação da Lei em 1961. Nesse ínterim, o projeto educacional passou por diversas fases, alterações e muitos conflitos de cunho ideológico que acarretaram no arquivamento do projeto em 1949; reabertura das discussões em 1957; entrada do substitutivo Lacerda em 1958 que, com o apoio da Igreja Católica, alterava a letra da Lei a fim de contemplar os interesses dos donos das escolas privadas e/ou confessionais; na Campanha em defesa da Escola Pública em 1959, que resultou no Manifesto dos Pioneiros da

Educação de 59. O “Manifesto de 59” invocava os mesmos ideais do escolanovismo do “Manifesto de 32”, porém, foi favorável à existência de duas redes de ensino, pública e particular, contudo, as verbas públicas deveriam ser destinadas somente à rede pública; e, enfim os debates culminaram na aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961. A Lei nº 4.024/61 garantiu tratamento igualitário às escolas públicas e particulares, inclusive no destino das verbas públicas, contrapondo aos ideais do Manifesto dos pioneiros da Educação de 59 (PASQUINI, 2009).

Ao considerar o contexto econômico do país no processo de normatização da educação com a Lei nº 4.024/61 podemos entender que até o início dos anos de 1950, a educação escolar era entendida como um bem de consumo burguês. A partir dos avanços no crescimento econômico e da expansão urbana que emergiram nos anos entre 1945 e 1964, o papel da educação como produtora de operários para trabalharem nas então crescentes indústrias, tornou-se evidente. Para Sérgio Castanho, este fator nada mais era que uma forma de controle social.

[...] a classe dominante, no Estado e fora dele, tinha todo o interesse numa educação profissional que, além de sua finalidade ostensiva, a preparação para o trabalho nas novas condições de urbanização e industrialização, também concorresse para a contenção das “ideias exóticas” que punham em risco a necessária harmonia entre o capital e o trabalho. Por isso o Estado se empenhou tanto na educação profissional a partir do surto republicano (CASTANHO, 2007, p. 53).

No início da década de 1950, a população urbana já contava com um número populacional expressivo e o país começou a contar com uma indústria diferenciada, mais avançada e produtiva. Esse fator contribuiu para que o contingente de jovens que necessitavam trabalhar aumentasse em grande medida, levando-os a buscar cursos profissionalizantes que os capacitassem ao trabalho industrial. Deveu-se a esse fator o surgimento de criação de Escolas Técnicas e Ginásios Industriais, como também a criação e depois a reorganização do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) como escola-indústria que tinha por objetivo formar mão de obra qualificada para o trabalho. Para tal, foram criadas Leis Orgânicas do Ensino Industrial dirigidas ao preparo, em nível secundário, de profissionais trabalhadores da indústria, do transporte, das comunicações e da pesca. Na percepção de Luiz Antônio Cunha:

A evolução do sistema técnico industrial, em termos de dependência pedagógica, foi no sentido oposto ao do aparelho educacional como um todo, onde os estados e os estabelecimentos de ensino gozavam de autonomia crescente a partir do fim do Estado Novo (1945), intensificada após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961). Apesar da legislação descentralizadora do ensino em geral, o ensino técnico industrial desenvolveu-se sob um marcante processo centralizador (CUNHA, 2005, p. 137).

Os cursos ofertados pelo SENAI tinham como finalidade ensinar um ofício em tempo reduzido aos aprendizes dos estabelecimentos industriais. Nesse período histórico, com o país sob o governo de Eurico Gaspar Dutra (1883-1974), entre outras leis destinadas à organização da educação brasileira, foi promulgado o Decreto-Lei 8.621 de 10 de janeiro de 1946, Lei Orgânica do ensino comercial que resultou na criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), uma instituição educativa com cursos técnicos e cursos livres propostos a oferecer, em larga escala, uma educação profissional destinada à formação e à preparação de trabalhadores para o comércio, com cursos e especialidades que variavam entre Cursos Pré-profissionais, Cursos de Iniciação Profissional e Cursos de Formação Profissional: Aprendizagem Comercial; Ginásio Comercial; Qualificação Profissional; Cursos de Aperfeiçoamento; Cursos Práticos de Comércio e outros. Em relação à criação dessas Instituições de Ensino, Manuel Marques de Carvalho assinala:

As ideias básicas da criação desse serviço surgiram com a Constituição de 1937, em que se previa a participação do Estado Brasileiro no esforço de preparar pessoal para a indústria e o comércio, criando obrigações das empresas de produção e distribuição de bens na preparação do seu próprio pessoal, já que a rede de estabelecimentos de ensino era insuficiente para atender às crescentes necessidades nacionais. Criou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - o SENAI - em 1943 e depois, em 1946, nos mesmos moldes, o SENAC - Decreto-lei 8.621, de 1946 (CARVALHO, 1965, p. 82).

Muito embora já existissem estabelecimentos de ensino comercial destinados à formação de pessoal técnico para ingresso no comércio, seus cursos eram de longa duração (de quatro a sete anos), em contrapartida, ao SENAC cabia a preparação, aperfeiçoamento e especialização de pessoas sem formação específica, mas já em atividade no comércio, por meio de cursos de curta duração

(de alguns meses a, no máximo, três anos), em escolas de aprendizagem e de formação comercial em nível primário e médio (CARVALHO, 1965). Essas duas instituições (SENAI e SENAC) permaneceram consolidadas após a promulgação da LDB de 1961, lei que orientou para fins de profissionalização a implantação dos Ginásios Orientados para o Trabalho (GOT) e do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN).

Segundo Saviani, foram oito Decretos-lei que estruturaram a educação durante e após o Estado Novo. A estrutura organizacional previu um Ensino Primário elementar de quatro anos acrescido do primário complementar de um ano. O Ensino Médio ficou organizado verticalmente em dois ciclos: o Ginásial, de quatro anos; e o Colegial, de três anos; horizontalmente, o Ensino Médio ficou organizado nos ramos Secundário e Técnico-profissional. O Profissional subdividiu-se em Industrial, Comercial e Agrícola, além do Normal, que mantinha interface com o Secundário (SAVIANI, 2007). As leis Orgânicas de Ensino, conhecidas como Reformas Capanema, foram as seguintes:

a) Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro, que criou o SENAI; b) Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial; c) Decreto-lei n. 4.244, de 09 de abril: Lei Orgânica do Ensino Secundário; d) Decreto lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino comercial; e) Decreto lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário; f) Decreto lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal; g) Decreto lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que criou o SENAC; h) Decreto lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola (SAVIANI, 2007, p. 268).

A expansão do Ensino Comercial no Brasil, nas décadas posteriores a 1940,= resultou no desenvolvimento econômico do país; com a urbanização, o surgimento dos grandes centros urbanos, o aumento do consumo, a produção em larga escala, a abertura de estradas e o surgimento de empresas de grande porte, fez com que o Ensino Comercial e Industrial atingisse seu apogeu após a década de 1960 (CARVALHO, 1965) como comprovam os dados estatísticos no quadro seguinte.

REDE ESCOLAR DE ENSINO COMERCIAL NOS ANOS DE 1940 A 1964

Quadro 06- Rede Escolar de Ensino Comercial nos anos de 1940 a 1964.

Data	Instituições de Ensino Comercial	Número de Alunos	População geral
1940	280	49.843	41.236.315
1945	436	79.370	
1950	591	75.370	51.944.397
1955	750	96.497	
1960	1.106	185.952	70.907.185
1964	1.423	270.036	79.837.000

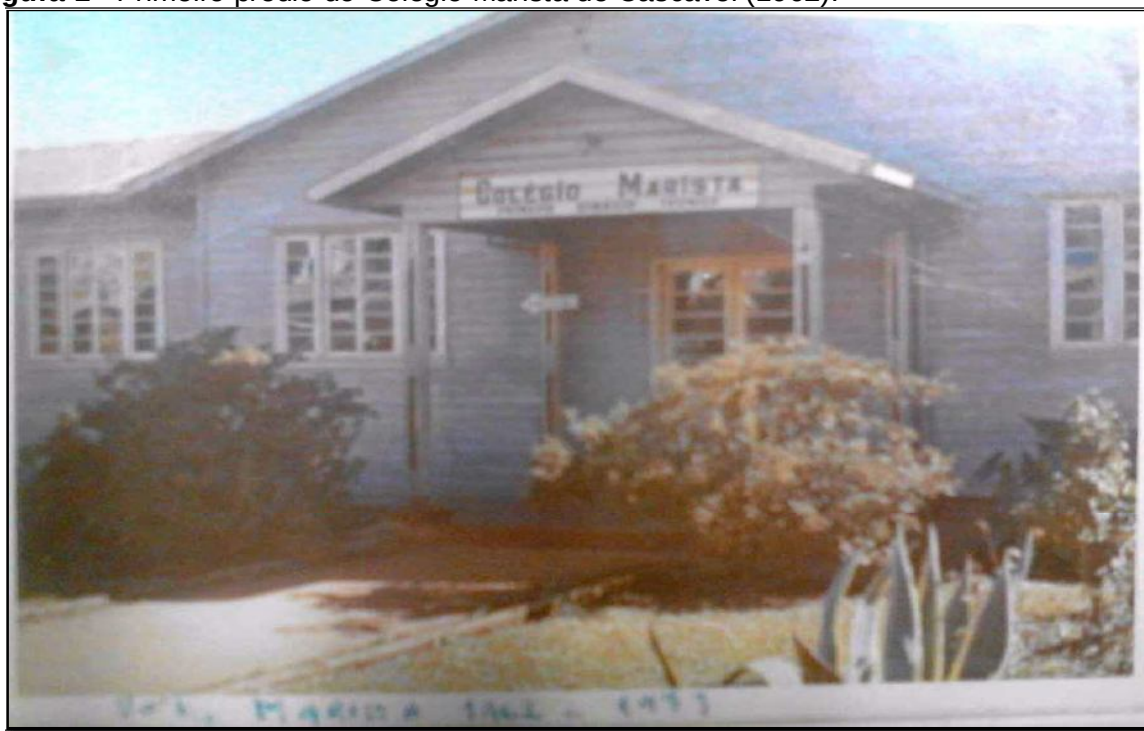
Fonte – Carvalho, 1965, p. 89.

O Ensino Comercial, em 1954, passou por um aperfeiçoamento e expansão estrutural com a criação da Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial (CAEC), por meio do Decreto n.º 35.247, de 24 de março de 1954. A partir de então, a CAEC iniciou uma ampla campanha que visava o desenvolvimento quantitativo do ensino e em favor do aperfeiçoamento das práticas educativas em vigor nos estabelecimentos de Ensino Técnico Comercial. Em vista disso, o Ensino Comercial se expandiu resultando na criação de cursos e escolas de comércio em vários estados e municípios, inclusive no estado do Paraná e, na expansão de cursos como, datilografia, taquigrafia, línguas estrangeiras, correspondência comercial, noções de contabilidade e outros (CARVALHO, 1965). Contudo, a educação técnico-profissional não era destinada às classes pobres da sociedade, mas à população de classe média, que a entendia como um meio de oportunidades (CUNHA, 1980). Os filhos da elite eram enviados para outras cidades, onde recebiam educação de qualidade e que garantia o acesso ao nível superior. Aos demais e, sobretudo, aos de classe média, restava reivindicar a escolarização necessária para o trabalho, no comércio, em bancos e no serviço público, que eram as melhores opções de trabalho, com melhor remuneração e que possibilitava maior expressão política e conceituação social (EMER, 1991).

Até a criação do SENAC, os estabelecimentos de Ensino Comercial eram, em sua maioria, de iniciativa privada. A iniciativa do Estado em estimular o Ensino Técnico-profissionalizante fez com que muitos estados e municípios se

interessassem pelo ensino comercial, fator este que resultou na criação de diversas escolas de comércio estaduais e municipais. Como exemplo, é salutar destacarmos os estabelecimentos de ensino comercial que, à época, foram fundados no estado do Paraná, em particular na cidade de Cascavel, localizada na região oeste do estado. Tais colégios ofereciam o ginásio comercial, transformado depois da LDB 4.024/61 em Curso Técnico em Contabilidade e mais tarde em escolas de ensino fundamental e médio. Dentre esses colégios, podemos enfatizar a Escola Normal Regional, o Colégio Auxiliadora, e o Colégio Rio Branco que, em 20 de janeiro de 1962, foi transferido para a prefeitura de Cascavel e para a Associação Brasileira de Educação e cultura (ABEC), mantenedora dos Colégios Maristas, sendo criado o Colégio Marista e o Colégio Comercial Marista de Cascavel (SPERANÇA, 1992). Desde a sua fundação, o Colégio oferece a modalidade de Ensino Regular. A seguir foto do primeiro prédio do Colégio Marista de Cascavel.

Figura 1 - Primeiro prédio do Colégio Marista de Cascavel (1962).



Fonte - Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

Como podemos perceber o primeiro prédio do Colégio, embora construído em madeiras, era considerado uma construção de destaque e com amplo espaço. As diversas janelas contribuíam para que os alunos pudessem ter melhor ventilação e iluminação nos ambientes. O prédio estava localizado na Rua Paraná, nº 3329; atualmente a numeração é outra, nº 2680, mas o endereço continua o mesmo; trata-

se de uma área valorizada da cidade, fator que, desde a configuração inicial do estabelecimento, favoreceu o atendimento de um público seletivo e, evidencia sua função de contribuir para a formação de uma elite local.

3.2 A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL NO CONTEXTO DA OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO OESTE PARANAENSE.

A região oeste do Paraná abrange as microrregiões de Toledo, Foz do Iguaçu e Cascavel. O oeste paranaense compreende o total de cinquenta municípios, com uma área aproximada de 22.811.242 km², 11, 5% da área estadual, desmembrados do antigo Município de Foz do Iguaçu a datar de 1950, com exceção de Foz do Iguaçu que foi desmembrado do Município de Guarapuava no ano de 1914. Como mostra o quadro a seguir.

MUNICÍPIOS PERTENCENTES À MESORREGIÃO GEOGRÁFICA OESTE (IBGE)

Quadro 07 - Municípios pertencentes à mesorregião geográfica oeste (IBGE).

Município	Ano de criação	Desmembrado de...
Anahy	11/06/1990	Corbélia
Assis Chateaubriand	27/08/1966	Toledo/Cascavel/Palotina
Boa Vista da Aparecida	22/12/1981	Cap. Leônidas Marques
Braganey	03/05/1982	Corbélia
Cafelândia	28/12/1979	Cascavel
Campo Bonito	31/10/1986	Guaraniaçu
Capitão Leônidas Marques	28/04/1964	Cascavel
Cascavel	02/04/1951	Foz do Iguaçu
Catanduvas	25/07/1960	Guaraniaçu
Céu Azul	07/10/1966	Matelândia
Corbélia	10/06/1961	Cascavel
Diamante D'Oeste	21/12/1987	Matelândia
Diamante do Sul	11/07/1990	Guaraniaçu
Entre Rios do Oeste	18/06/1990	Mal. C. Rondon
Formosa do Oeste	10/06/1961	Cascavel

Foz do Iguaçu	14/03/1914	Guarapuava
Guaíra	14/11/1951	Foz do Iguaçu
Guaraniaçu	25/07/1960	Laranjeiras do Sul
Ibema	12/06/1989	Catanduvas
Iguatu	28/05/1990	Corbélia
Iracema do Oeste	04/07/1990	Formosa do Oeste
Jesuítas	13/05/1980	Formosa do Oeste
Lindoeste	12/06/1989	Cascavel
Marechal C. Rondon	25/07/1960	Toledo
Maripá	17/04/1990	Palotina
Matelândia	25/07/1960	Foz do Iguaçu
Medianeira	25/07/1960	Foz do Iguaçu
Mercedes	13/09/1990	Marechal C. Rondon
Missal	13/12/1981	Medianeira
Nova Aurora	25/09/1967	Formosa do Oeste/ Cascavel
Nova Santa Rosa	20/06/1973	Terra Roxa do Oeste/Palotina/ Toledo
Ouro Verde do Oeste	12/06/1989	Toledo
Palotina	25/07/1960	Guaíra
Pato Bragado	18/06/1990	Marechal C. Rondon
Quatro Pontes	13/09/1990	Marechal C. Rondon
Ramilândia	30/01/1991	Matelândia
Santa Helena	02/02/1967	Medianeira/Mal. C. Rondon
Santa Lúcia	09/05/1990	Capitão Leônidas Marques
Santa Tereza do Oeste	12/06/1989	Cascavel e Toledo
Santa Terezinha de Itaipu	03/05/1982	Foz do Iguaçu
São José das Palmeiras	17/04/1985	Santa Helena
São Miguel do Iguaçu	25/01/1961	Foz do Iguaçu/Medianeira
São Pedro do Iguaçu	16/07/1990	Toledo
Serranópolis do Iguaçu	13/12/1995	Medianeira
Terra Roxa	14/12/1961	Guaíra
Toledo	14/11/1951	Foz do Iguaçu
Três Barras do Paraná	13/05/1980	Catanduvas
Tupãssi	27/12/1979	Assis Chateaubriand
Vera Cruz do Oeste	27/12/1979	Céu Azul

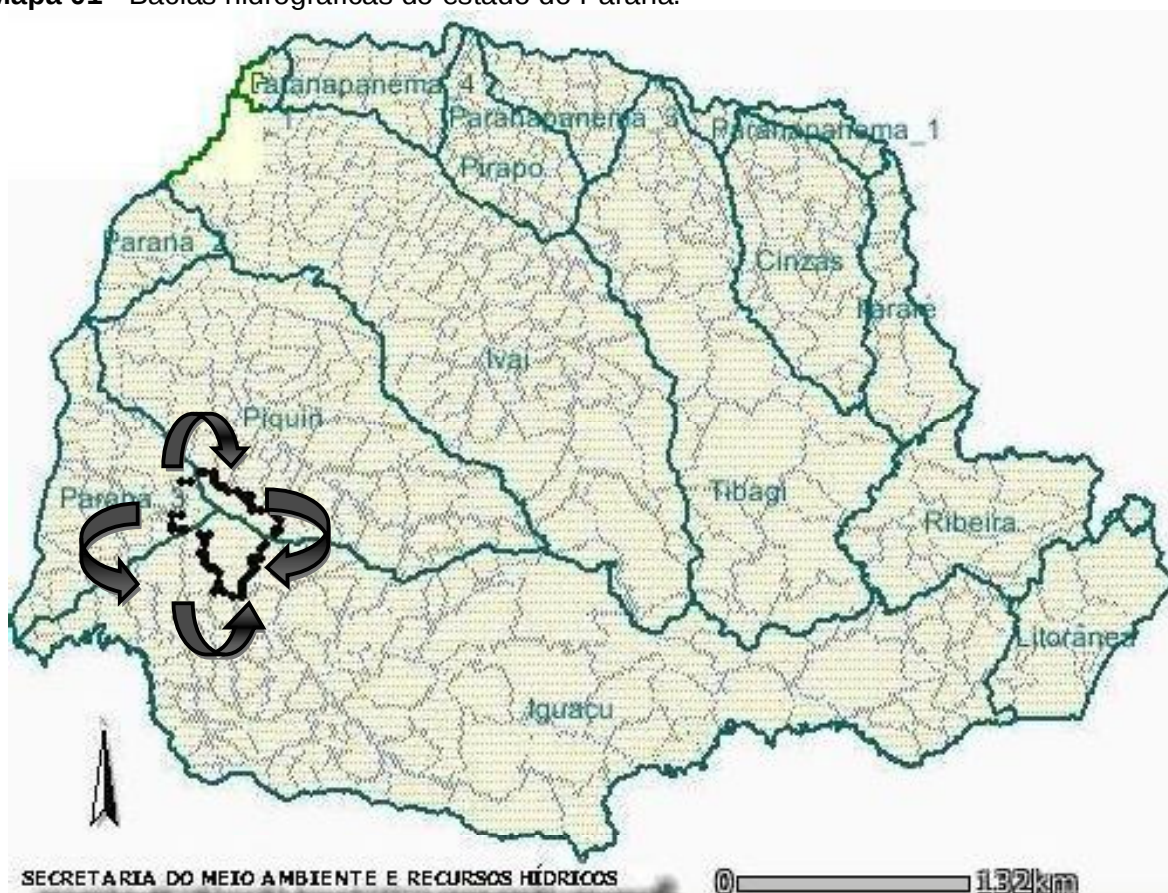
Fonte: PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Coordenadoria de Terras, Cartografia de Cadastro. Divisão de Cartografia. Arquivo Gráfico de Estruturas Territoriais, 1999.

O processo de colonização da região passou por vários períodos e fases. A primeira fase diz respeito à população autóctone, como *Xetá*, *Kaigang* e *Guarani*. A segunda está relacionada ao período em que os jesuítas se instalaram na região. A terceira fase data do período entre 1881 e 1930, e teve início com a introdução e consolidação do sistema *obragero*, que pretendeu explorar a madeira e a erva-mate. A quarta fase se refere à ocupação liderada pelas companhias colonizadoras (PIAIA, 2004). Todavia, foi no final do século XIX, com a migração de sulistas, que o processo de colonização dessa região se completou.

O fator desencadeador da colonização deveu-se, sobretudo, à sua localização em área de fronteira. A região faz fronteira com Argentina e Paraguai. O oeste paranaense é cercado de bacias hidrográficas. O território fica entre os rios Guarani - Iguaçu, Paraná e Piquiri (WACHOWICZ, 2001), como mostra o mapa a seguir.

BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO PARANÁ

Mapa 01 - Bacias hidrográficas do estado do Paraná.



Fonte - Portal do Meio Ambiente
<http://webgeo.pr.gov.br/website/gestao/viewer.htm>

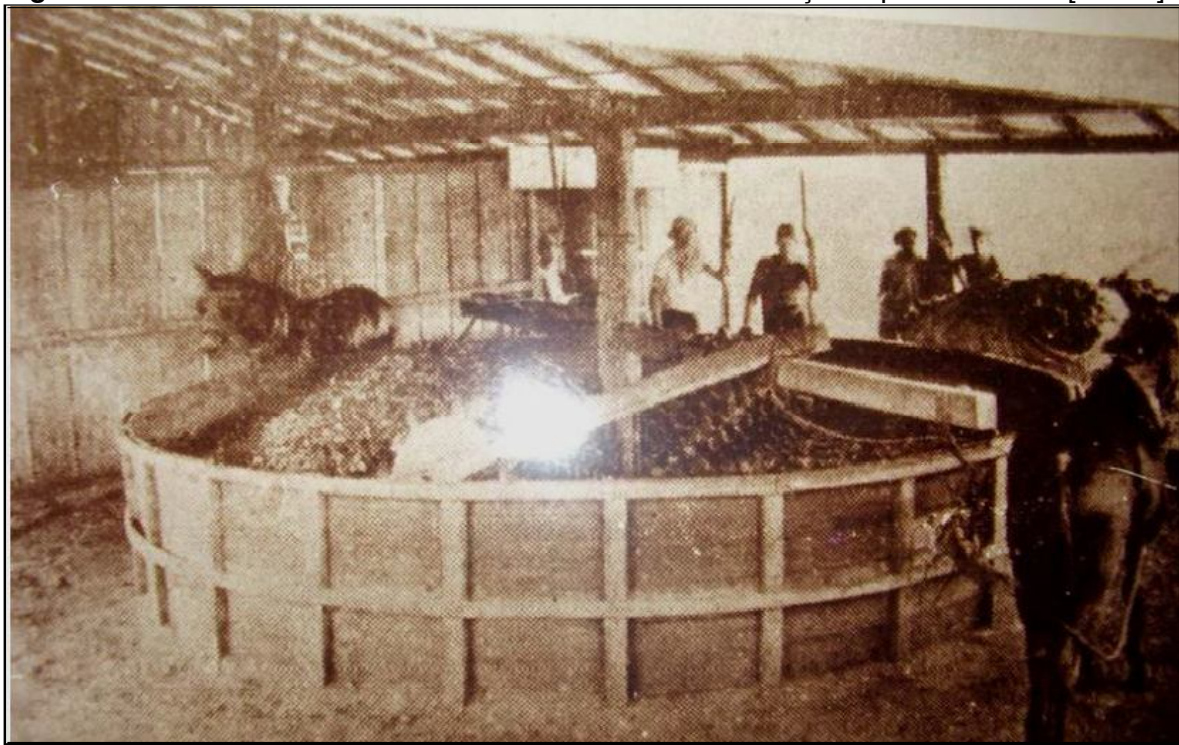
No final do século XIX e início do século XX, a região era pouco explorada. À época, algumas regiões do Paraná não haviam se integrado aos centros de decisão política e econômica do Estado. Esse cenário mudou na medida em que a conquista e a ocupação de novas terras no oeste paranaense começaram a tomar amplas dimensões e companhias argentinas e inglesas se radicaram nessas terras, dando início à extração da madeira, da erva-mate e de outros produtos de origem agrícola (SBARDELOTTO, 2009).

Em 1905, o governo brasileiro vendeu parte das terras que ficavam à margem do rio Paraná para um grupo de capitalistas ingleses, que formou a *Compañía de Maderas Del Alto Paraná*, em 1907, e passou a explorar e exportar a erva-mate do oeste paranaense. No período, a intenção da companhia era prioritariamente a exploração da região, por isso não havia nenhum projeto claro de ocupação. Era a implantação do sistema de *obrages* que daria a tônica da colonização que se aplicaria na região (ANDRADE, 2011). As *obrages* extraíam e exportavam erva-mate e madeira. O trabalho pesado era feito pelos *mensus*, que eram em sua maioria peões de origem paraguaia ou guarani. Os proprietários das *obrages* eram os *obrageros* (WACHOWICZ, 1982).

Devido ao isolamento da região, o modelo de *obrages* durou meio século no oeste do Paraná. No início do período republicano o Paraná, ainda uma recente Província, tinha a produção de erva-mate como o elemento mais forte de sua economia. Tornando-se o maior produtor e exportador do país (WACHOWICZ, 2001). A seguir foto que retrata o processo de cancheamento¹ da erva-mate na região.

¹ O termo “cancheamento” deriva do verbo cancheiar, expressão própria do regionalismo Gaúcho que significa: picar a erva-mate, reduzindo-a a pequenos pedaços. A ação de cancheiar ou “cancheação” se refere ao processo de bater a erva depois de tostada (OLIVEIRA, 2005).

Figura 2 - Processo de “cancheamento” da erva-mate: trituração e peneiramento [1907?].



Fonte: Arquivo da Fundação Cultural de Foz do Iguaçu.

Com a crise na comercialização da erva-mate, a decadência do sistema de *obrages* e os interesses tanto do Governo Federal como de empresários ligados ao governo em nacionalizar as fronteiras (décadas de 1930, 40 e 50), a reocupação e colonização do oeste paranaense se intensificou. A pujante presença de empresários estrangeiros em todo o oeste despertou o interesse dos administradores do Estado e da opinião pública pela realidade da região que até então estava marcada pela presença e pela atuação de companhias estrangeiras (ANDRADE, 2011). Isso favoreceu para que o Presidente Getúlio Vargas assinasse um decreto que adotava medidas drásticas no que se refere à nacionalização das fronteiras. O decreto exigia das empresas que, pelo menos, dois terços de seus trabalhadores fossem brasileiros (GREGORY, 2005). Foi nesse contexto político que o povoamento da região oeste do Paraná ganhou impulso. Contudo, a iniciativa pelo avanço da colonização partiu do governo paranaense.

A partir de 1939, o Governo do Estado resolveu colonizar também as suas terras devolutas [adquiridas por devolução, despovoadas] e de antigas concessões, no Oeste paranaense, fundando, na margem esquerda do Piquiri, as colônias Piquiri, Cantu, Goio-Bang e Goio-Erê, e, à margem direita do Ivaí, as colônias Manuel Ribas, Muquidão e Mourão. Seguiu planos de colonização, demarcando os lotes rurais e prevendo áreas para a instalação de núcleos urbanos. Os lotes agrícolas, nessas colônias, foram, em geral, de áreas superiores àqueles do Norte do Paraná, medindo, em média, mais de 20 alqueires. (WESTPHALEN; *et al.*, 1968, p. 20).

Com efeito, foi a partir da tendência nacionalista do Estado Novo de ocupar e nacionalizar as fronteiras do território brasileiro, que foi planejado o Território Federal do Iguaçu, que deveria abranger as terras do oeste de Santa Catarina, sudoeste e oeste do Paraná. Em visita ao Paraná, depois de criado o Território do Iguaçu², Getúlio Vargas discursou em Guaíra sobre as suas razões para a criação dos territórios nacionais:

O escasso povoamento de algumas regiões fronteiriças representa, de longo tempo, motivo de preocupação para os brasileiros. Daí a ideia de transformá-las em Territórios Nacionais, sob a direta administração do Governo Federal. Era essa uma antiga aspiração política de evidente alcance patriótico, principalmente dos militares que possuem aguda sensibilidade em relação aos assuntos capazes de afetar a integridade da Pátria e o sentido mais objetivo dos problemas atinentes à defesa nacional. A criação dos territórios fronteiriços nas zonas colindantes e de população esparsa deve ser considerada, por isso, medida elementar de fortalecimento político e econômico. O programa de organização e desenvolvimento desses Territórios resume-se em poucas palavras: sanear, educar, povoar. [...] Eis a finalidade da criação dos Territórios Nacionais. A história dos povos está ligada à sua geografia. Segundo a distinção dos sociólogos, a geografia estuda a organização dos povos em sua forma estática e a geopolítica a dinâmica de sua evolução. É o destino dos povos plasmado pela energia criadora dos homens. E a nossa “Marcha para Oeste” significa precisamente uma das formas de manifestação desse destino (VARGAS, s/d.).

Foi no bojo desse processo de nacionalização que ocorreu a ocupação da região oeste do Paraná, fomentada pelo projeto arquitetado pelo governo de Vargas: “Marcha para o Oeste” (GREGORY, 2005). O programa “Marcha para o Oeste” foi

² O Território Federal do Iguaçu foi criado pelo Decreto-Lei lei n.º 5.812, de 13 de setembro de 1943, durante o governo de Getúlio Vargas, e extinto em 18 de setembro de 1946, pela Constituição de 1946.

criado, então, nessa conjuntura e contava com o apoio do governo estadual e do capital privado nacional. O movimento rumo ao oeste era de conquista, de expansão e objetivava estimular a participação de todos na política (LOPES, 2002). A “Marcha” possuía sentido de brasilidade e consistia, sobretudo, em acirrar o espírito bandeirante no povo brasileiro. Na perspectiva de Cassiano Ricardo,

[...] a marcha para o oeste – são os trilhos, digamos assim, abertos pela bandeira e que nos levarão sempre para o sentido de brasilidade que ela nos impôs. Então vivas, em nós, as qualidades ancestrais da imaginação, de ambição, do espírito de iniciativa e da mobilidade social. [...] e o mais curioso é que a pequena propriedade parece acompanhar o espírito bandeirante. Tal como no início social do planalto é ela característica dessas zonas pioneiras nas quais se processa uma verdadeira revolução agrária, quando a grande fazenda parecia a única forma de exploração possível. Os cafezais em marcha, reeditam as bandeiras. O desbravamento das zonas novas lhes traduz a mesma sede de inauguração. E, do mesmo modo que se explica a mobilidade tupi pelo instinto hereditário do nomadismo, explica-se o dinamismo social que hoje caracteriza as nossas populações pelo instinto hereditário do bandeirantismo, ou seja, pela herança do movimento (RICARDO, 1942, p. 272).

O governo do presidente Getúlio Vargas, entendia ser necessário o desbravamento do campo para acelerar a industrialização, por isso as ações oficiais do Governo visavam sempre o fortalecimento do Estado e a integração do país. Nesse momento, o Nacionalismo passou a ganhar cada vez mais força. Medidas administrativas que fundiam os interesses de empresários e os interesses governamentais passaram a ser priorizadas e as regiões de fronteiras do país foram ocupadas mediante ostensiva atuação de empresas colonizadoras (ANDRADE, 2011).

A atuação dessas empresas colonizadoras teve início a partir de 1940 (SCHNEIDER, 2001) e, revelaram-se como uma etapa de povoamento intensivo da região. Segundo William Hord Nicholls,

Durante a década de 40, a população dobrou de 145.000 habitantes para 295.000, o que se deveu principalmente à entrada de uns 116.000 imigrantes [na verdade migrantes], tendo se dado a penetração da região tanto pelo sul como, também, efeito do transbordamento da nova região cafeeira, pelo norte, através de Campo Mourão e ao longo da ferrovia projetada de Cianorte para Guaíra. Durante o decênio 1950-60, porém, a imigração para o oeste do Estado deu um salto para 580.000 pessoas e a população total para 988.000, representando um aumento de aproximadamente sete vezes em cerca de vinte anos; posteriormente, com a aceleração da imigração líquida depois de 1960 (423.000 em cinco anos), a população alcançou 1.584.000 em 1965. Neste ano a densidade demográfica para todo o oeste era de 46,1 hab./milha quadrada [...], maior do que a do leste do Paraná em 1965 se excluirmos a zona de Curitiba [...] como resultado da segunda onda de explosão demográfica no Paraná resultante da imigração, a participação do oeste na população total do Estado aumentou de 11,7 para 27,1 por cento durante o período 1940-65. (NICHOLLS, 1971, p. 39).

Dentre as empresas colonizadoras, podemos destacar as seguintes empresas que tiveram importante papel na colonização da região oeste: Colonizadora Gaúcha Ltda. (São Miguel do Iguaçu); Industrial Agrícola Bento Gonçalves (Medianeira); Colonizadora Matelândia (Matelândia); Terras e Pinhais Ltda. (São Jorge - Foz do Iguaçu) e a Pinho e Terras Ltda. (Céu Azul) (COLODEL, 2003). O município de Cascavel foi amplamente colonizado nesse contexto.

3.2.1 A criação do Município de Cascavel: panorama histórico.

O município de Cascavel está situado na região oeste do Paraná, a menos de 150 km das fronteiras do Brasil com a Argentina e o Paraguai. Segundo Elio Willy Fauth, até o ano de 1881 essa área não havia sido explorada e era habitada por uma população autóctone da etnia *Kaingang* (FAUTH, 1973).

O período de ocupação do território que hoje compreende o município de Cascavel não difere das demais regiões do oeste do Paraná que, devido à sua situação geográfica, política e econômica e, por localizar-se em região fronteira, passou a despertar a atenção das autoridades, que passaram a desejar intensificar o seu povoamento por meio de um programa de colonização. A ideia de ocupar a região oeste do Paraná foi viabilizada no final do Império, ano 1888, e se estendeu no período da República, chegando ao seu ápice no governo de Getúlio Vargas.

No ano de 1888, o Ministério da Guerra criou a Comissão Estratégica do Paraná, chefiada pelo então Capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo. A Comissão tinha por finalidade desbravar, ocupar e colonizar o oeste do Paraná, e fundar a Colônia Militar do Iguazu, local onde hoje se situa a cidade de Foz do Iguazu, para a abertura de estradas estratégicas na Província do Paraná (BRITO, 2005). No ano 1889 foram lançados os fundamentos da Colônia Militar para colonizar a região. Segundo Antonio Marcos Myskiw:

A edificação de uma Colônia Militar na foz do rio Iguazu era, para o capitão Bellarmino, a melhor escolha para fazer avançar sobre a fronteira até os limites territoriais do Brasil com as Repúblicas do Paraguai e da Argentina. Além de assegurar a posse territorial e de guarnecer aqueles longínquos territórios, com auxílio de colonos e de militares, dar-se-ia início a um núcleo de colonização (MYSKIW, 2009, p. 116).

A abertura da “picada” que ligou Foz do Iguazu a Guarapuava, mais tarde, viabilizou o acesso a todas as regiões do oeste paranaense com a criação da estrada BR-35, que foi impulsionada pela Comissão Estratégica e pela instalação da Colônia Militar na região³.

Apesar dos esforços iniciais da Colônia Militar, com o passar do tempo, as fronteiras brasileiras estavam sob o domínio de empresas estrangeiras que atuavam na região (predomínio das *obrages*). A desarticulação do sistema de exploração de mão-de-obra estrangeiro se deu, finalmente, com a passagem da Coluna Prestes pela região, no início da década de 1920. A presença dos rebeldes paulistas e gaúchos, sob o comando do capitão Luiz Carlos Prestes nas regiões das barrancas do rio Paraná, revelaram ao país a situação estabelecida pelas empresas estrangeiras às populações que habitavam na região (PRIORI, 2012).

³ Segundo Denise Kloeckner Sbardelotto, a Colônia Militar do Iguassú foi desmembrada da Comissão Estratégica do Paraná em 20 de outubro de 1892. Em 09 de abril de 1910, pela Lei n.º 971, a Colônia Militar do Iguassú passou a se denominar “Vila Iguassú”, distrito do município de Guarapuava. Em 16 de junho de 1912, a Vila Iguassú foi emancipada pelo Ministério da Guerra, tornou-se povoamento civil, foi entregue à administração do Estado do Paraná e continuou como distrito de Guarapuava. Em 14 de março de 1914, pela Lei n.º 1.383, a Vila Iguassú se emancipou do município de Guarapuava e passou a município de Vila do Iguassú, nomeando em 10 de junho de 1914 o seu primeiro prefeito, o Coronel Jorge Schimmelpfeng, e instituindo a primeira Câmara de Vereadores do município. Em 05 de abril de 1918, pela Lei Estadual n.º 1783 foi criado o município de Foz do Iguazu, tal como está denominado até hoje (SBARDELOTTO, 2009, p. 85).

As denúncias feitas pelos rebeldes do movimento tenentista da Coluna Prestes acabaram por contribuir com o enfraquecimento do império socioeconômico instaurado no oeste paranaense, marcando o início de uma nova fase: a fase da colonização, uma vez que foi por meio dessas denúncias veiculadas nos jornais da época, de que o interior do país estava abandonado, despovoado e indefeso, que surgiu no governo de Getúlio Vargas a idealização do programa “Marcha para o Oeste”. Foi, então, a partir do movimento de nacionalizar o país no período do Estado Novo que muitas cidades “oestinas” foram descobertas e colonizadas. O surgimento do município de Cascavel se insere nesse contexto de desbravamento do oeste paranaense. Conforme argumenta Vander Piaia:

Foi nesse frêmito de andar mais e mais para o leste que os rebeldes passaram pela primeira vez por um local denominado Cascavel. O tenente Garcia Feijó fora incumbido de abrir caminho pela estrada carroçável que cortava desde o São Francisco até Catanduvas, no traço da denominada Estrada Estratégica que ligava Foz do Iguaçu a Guarapuava. Sua missão era ocupar Lopey, que nada mais era do que um amontoado de casas que servia de posto de recepção de erva-mate das empresas obrageiras de interesses argentinos. Lopey se localizava equidistante às futuras cidades de Toledo e Cascavel. Tanto Toledo como Cascavel não passavam de um aglomerado de casebres cujos poucos moradores estavam envolvidos de alguma forma com a indústria obrageira (PIAIA, 2013, p. 33).

A ocupação e a colonização tanto da região, em geral, quanto do território de Cascavel, em particular, não se deu de modo amigável, no entanto, adveio de litígios e violências comandadas por “jagunços”. Piaia apresenta o paradoxo presente nesse processo de ocupação das terras da região que confluiu a barbárie à civilização. O contrapondo caracteriza-se na ambição por explorar a terra em um percurso marcado pela violência e pelo sangue, entendido e apresentado pelas autoridades envolvidas e interessadas no sucesso da colonização, como sinônimo de cultivo da terra e sede de progresso (PIAIA, 2013).

Abaixo, imagem que ilustra a luta dos exploradores da terra no decorrer da colonização de Cascavel, que foi marcada pela Lei do mais forte.

Figura 3- Atuação dos jagunços no processo de exploração e ocupação de Cascavel.



Fonte: Prefeitura Municipal de Cascavel, Livro Ouro - 50 anos de História, 2002, p. 31.

Segundo consta dos documentos que registram a história da cidade de Cascavel, foi no ano de 1922 que a cidade teve seus primeiros habitantes, ainda no sistema de *obrages*. Antônio José Elias, oriundo de Santa Catarina, foi o primeiro a solicitar ao estado um pedaço da terra considerada devoluta, que ficava às margens do rio Cascavel. A terra foi cedida e, nesse mesmo ano, Antônio José Elias e seus familiares passaram a ocupar a área. Nesse período, o guarapuavano José Silvério de Oliveira, conhecido como “nhô” Jeca, prestador de serviço de limpeza dos ervais para as *obrages*, resolveu visitar o local e, com a permissão de Antônio José Elias, resolveu se estabelecer na região com sua família. A chegada de “nhô” Jeca com sua comitiva deu-se no ano de 1930. A motivação que o levou a atrair seus conterrâneos à região foi a possibilidade de obter outras propriedades de terras. Elio Willy Fauth assinala:

Vendo que a aquisição de terras podia ser feita com certa facilidade, por serem elas devolutas, de propriedade do Estado, o qual reconhecia o direito de domínio de determinadas áreas de terras mediante a comprovação da “posse” feita pelo interessado, José Silvério da Oliveira tratou de atrair para a localidade o maior número possível de conterrâneos seus, formando assim um povoado no meio do sertão e às margens do caminho que ia de Guarapuava a Foz do Iguaçu, na rota da linha telegráfica implantada por Cândido Rondon (FAUTH, 1973, p. 2).

Logo de início, “nhô” Jeca passou a construir casas e instalou um comércio para atender aos viajantes e aos moradores locais, inclusive famílias de colonos poloneses que haviam ocupado as redondezas e os trabalhadores das *obrages* (SPERANÇA, 1992; PIAIA, 2004). Para Alceu Sperança, “nhô” Jeca foi o primeiro habitante a projetar a cidade (SPERANÇA, 1992). A seguir apresentamos algumas imagens para ilustrar a chegada das primeiras famílias que iniciaram o processo de ocupação da região de Cascavel nos anos posteriores à instalação de José Silvério de Oliveira e do primeiro ônibus utilizado para transportar colonos do Rio Grande do Sul para as terras de Cascavel.

Figura 4- Família de pioneiros (1949).



Fonte: Museu da Imagem e do Som de Cascavel

Figura 5- Primeiros colonos poloneses (1950).



Fonte: Museu da Imagem e do Som de Cascavel

Figura 6- Transporte de migrantes (1953).



Fonte: Museu da Imagem e do Som de Cascavel.

Após Getúlio Vargas assumir a Presidência da República e pôr em prática seu plano nacionalista, José Silvério se empenhou em transferir o posto telegráfico de Lopei para Cascavel. O fato de o governo passar a exigir que empresas estabelecidas no território brasileiro tivessem, no mínimo, dois terços de funcionários brasileiros, contribuiu efetivamente para o desenvolvimento da região. No ano de 1931, Cascavel já era um povoado com um número considerável de habitantes e, em 1932, já contava com a sua primeira escola. Como explica Ivo Oss Emer:

Diferentemente de outras localidades do oeste do Paraná, que só tiveram escolas muito tempo depois da ocupação, Cascavel passou a contar com a escola apenas dois anos após a fixação dos primeiros moradores. A rapidez com que foi constituída a escola em Cascavel deveu-se especialmente às características humano-culturais de sua população. [...] Tanto os comerciantes como os descendentes de imigrantes viam na escolarização aspectos práticos para as relações sociais, na humanização de si próprios e de sua cultura (EMER, 1991, p. 235-236).

Em pouco tempo Cascavel foi elevado à categoria de Distrito Administrativo do Município de Foz do Iguaçu, pelo Decreto Lei nº 7.573 de 20 de outubro de 1938. Suas delimitações, à época, davam-se desde o Rio Iguaçu até a Foz do Rio Piquiri (SPERANÇA, 1992).

A imagem a seguir retrata o processo de formação do Município; em destaque o prédio do Colégio Rio Branco, atual Colégio Marista.

Figura 7- Processo de formação do município (1959).



Fonte: Museu da Imagem e do Som de Cascavel

Em 14 de novembro de 1951, Cascavel foi elevado à categoria de Município desmembrando-se do Município de Foz do Iguaçu. O Governador do Paraná Bento Munhoz da Rocha Neto sancionou a lei nº 790/51 que criou o Município de Cascavel.

LEI nº 790/51

DATA: 14 DE NOVEMBRO DE 1951.

SÚMULA: Dispõe sobre a divisão administrativa do Estado no quinquênio de 1952 a 1956.

Art. 1º. – A Assembleia Legislativa do Estado obedecerá, no quinquênio de 1952 a 1956 a composição constante dos quadros I e II, anexos que ficam fazendo parte integrante desta Lei. Art.2º. – As novas unidades administrativas serão instaladas na data de posse dos respectivos Prefeitos. Art. 3º. – Dentro de noventa dias a contar da data de instalação, cada município publicará o ato estabelecendo os quadros urbanos e suburbanos das novas áreas municipais e distritais. Art. 4º. – Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir com o auxílio de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) a cada município criado mediante requerimento do respectivo prefeito. Parágrafo único: Este auxílio não se estende aos municípios de fronteira. Art. 5º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio do Governo em Curitiba, em 14 de novembro de 1951. Ass. BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO (CURITIBA, 1951).

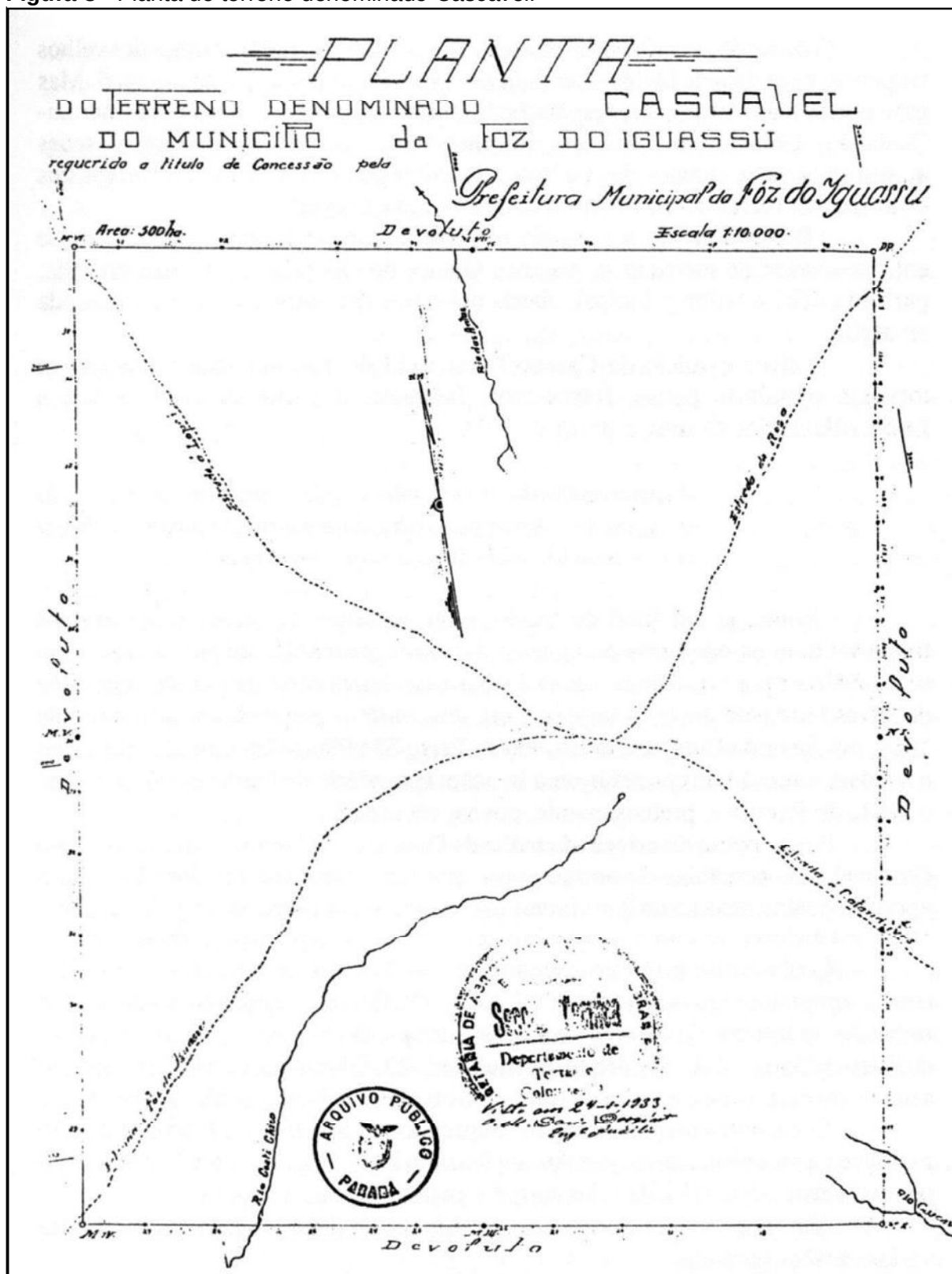
A Lei que dispõe sobre a divisão administrativa do Estado nos anos de 1952 a 1956 criou o município de Cascavel com divisas entre os seguintes municípios (ANEXO A):

- 1- **Com o município de Toledo:** começa no rio São Francisco, na foz do arroio Lopei, sobe por este até sua cabeceira: daí linha reta que liga as cabeceiras dos arroios Lopei e Silvestre até o espigão divisor dos rios Paraná e Piquiri.
- 2- **Com o município de Guaíra:** começa no espigão divisor dos rios Paraná e Piquiri, na linha que liga as cabeceiras dos arroios Lopei e Silvestre, segue por esta linha até a cabeceira do rio Silvestre e por este abaixo até sua foz no Piquiri.
- 3- **Com o município de Campo Mourão:** começa na foz do arroio Silvestre, no rio Piquiri, sobe pelo último até a foz do rio Tourinho.
- 4- **Com o município de Guaraniaçu:** começa no rio Piquiri, na foz do rio Tourinho, por cima deste até sua cabeceira, daí por uma linha reta, alcança a cabeceira do rio Tormenta, desce por este até sua foz no rio Iguaçu.
- 5- **Com o município de Capanema:** começa na foz do rio Tormenta, no rio Iguaçu, desce por este até a foz do rio Gonçalves Dias.
- 6- **Com o município de Foz do Iguaçu:** começa no rio Iguaçu, na foz do rio Gonçalves Dias, sobe por esse até sua cabeceira, daí por uma linha reta, alcança a cabeceira do rio São Francisco, desce por este até a foz do arroio Lopei (DIÁRIO OFICIAL ESTADO DO PARANÁ, 1951, p. 5).

Com a criação do Município, a colonização de Cascavel foi intensificada por cada vez mais concessões de terras aos colonos pelo Governo do estado do Paraná. Com isso, muitos colonos, de todas as regiões do Brasil, chegaram a Cascavel a fim de tomar posse de qualquer área que estivesse desocupada; com eles vieram empresas madeireiras, ávidas pelos pinheiros existentes na região (FAUTH, 1973). E em virtude do rápido avanço do Município foi promulgado o Decreto Estadual nº 1.542 de 14 de dezembro de 1953, que oficializou a criação da Comarca de Cascavel.

A foto a seguir mostra a primeira planta do território da cidade de Cascavel.

Figura 8 - Planta do terreno denominado Cascavel.



Fonte: Portal do Município de Cascavel. www.cascavel.pr.gov.br - Secretaria Municipal de Planejamento: perfil do Município. Acesso em: 10 de Abril 2015.

Após a implantação do município, Cascavel passou por uma importante transformação no cenário político-econômico e educacional, sendo a economia

madeireira basicamente a principal responsável por esse impulso, em especial, durante as décadas de 1950 e 1960. Como consta do **Indicador profissional e informativo de Cascavel**, produzido por Willy Fauth no final da década de 1950, o número de serrarias nos anos posteriores a década de 1960 continuou maior que o das demais indústrias comprovando a força desse tipo de economia na região.

DADOS DAS INDÚSTRIAS DE CASCAVEL NOS ANOS POSTERIORES A
DÉCADA DE 1960

Figura 9- Dados das indústrias de Cascavel nos anos posteriores a década de 1960.

54

INDÚSTRIA

O Município de Cascavel mostra o seguinte quadro de indústrias:

<u>T I P O S</u>	<u>EXISTENTES EM</u> <u>1.966</u>	<u>1.973</u>
Artefatos de cimento.....	2	6
Indústrias de Bebidas.....	3	6
Beneficiamento de Madeiras...	21	22
Beneficiamento de Cereais....	21	30
Confeitarias e Padarias.....	9	13
Construtoras.....	7	11
Gráficas.....	3	7
Implementos Agrícolas.....	-	6
Laminadoras.....	9	8
Metalúrgicas.....	3	15
Fábrica de Móveis.....	7	22
Olarias.....	8	5
Pedreiras.....	2	5
Serrarias.....	67	56
Diversas.....	20	41
T O T A I S	182	262

Fonte: FAUTH, Willy. **Tudo sobre Cascavel:** história, comércio, indústria, poder público, entidades, informações, estatísticas. Toledo: Grafo-set, vol.1, nº 2, 1973. p. 54.

Os fatores econômicos e educacionais “andavam de mãos dadas”, pois ao mesmo tempo em que a economia crescia, crescia a necessidade de mais escolas para os filhos dos colonizadores. A década de 1960, década de criação do Colégio Marista, possui destaque para a constituição econômica e educacional da cidade, pois foi uma época de grande crescimento demográfico tanto na cidade de Cascavel

quanto em toda a região oeste paranaense. Fator este que contribuiu para a urbanização do município.

3.3 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO DE CASCAVEL

O processo de urbanização da região oeste do Paraná, bem como do município de Cascavel se deu, sobretudo, em meados da década de 1960, e esteve intimamente relacionado à reestruturação e pavimentação da BR-277; antiga BR-35. Esta rodovia, chamada de Estrada Estratégica, dinamizou a economia do município de Cascavel, no âmbito do oeste paranaense, fomentando seu processo de urbanização. A cidade de Cascavel foi beneficiada com a BR-277, pois estava geograficamente bem localizada. Seu espaço geográfico permitia acesso tanto às fronteiras internacionais quanto à capital do estado, Curitiba (REOLON, 2007).

A microrregião de Cascavel compreende os municípios de: Toledo, Tupãssi, Cafelândia, Corbélia e Braganey – ao norte; Boa Vista da Aparecida e Três Barras do Paraná – ao sul; Campo Bonito e Catanduvas – ao leste; Toledo, Lindoeste e Santa Tereza do Oeste – ao oeste.

A seguir mapa atual que marca as três microrregiões da mesorregião oeste do Paraná: Cascavel (com destaque), Foz do Iguaçu e Toledo.

Mapa 02 – Microrregiões da mesorregião oeste do Paraná: Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo.



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná - IAP, 1997.

Em seus primeiros anos de emancipação política, a extração e exploração de madeira por empresas colonizadoras foi a economia de maior representatividade no município de Cascavel (PIAIA, 2004). Embora se considere o fato de que nenhuma empresa colonizadora tenha atuado, efetivamente, na promoção da colonização e urbanização de Cascavel, algumas companhias colonizadoras contribuíram para o crescimento e o desenvolvimento da cidade. Vander Piaia explica que:

Nas zonas de fronteira, tais como Cascavel e Toledo, em seus primórdios, não havia uma rede de resistência. Se havia, por parte dos antigos moradores (no caso oestino, índios aculturados, paraguaios e caboclos), elas eram muito tênues. Os recém-chegados tinham se defrontado com o desafio de criar um novo ambiente baseado nas condições de vida que conheciam. Para que preservar o pinheiro, se sua derrubada facilitava a formação da lavoura e garantia um dinheiro na venda da madeira? A intensidade das relações mercantis na fronteira afastava o homem de sua relação original com a natureza. A preservação não tinha lógica, salvo em reduzidos espaços dentro da propriedade, e de uma forma adaptada. [...] Os colonos que vieram para o Oeste não podiam e tampouco almejavam qualquer alternativa que contemplasse livra-se dos tentáculos do mercado. A preservação estava fora das suas preocupações, as árvores eram, ao mesmo tempo, dinheiro e empecilho à ocupação permanente das terras. Foi desse modo que sobre as florestas ancestrais fora decretada uma sentença de morte. As árvores tinham de tombar! (PIAIA, 2013, p.145; 148).

As empresas colonizadoras retiravam a madeira para o comércio, passando a necessitar de mão-de-obra nos diversos setores do processo produtivo. Essa prática fez com que um grande número de trabalhadores e suas famílias migrassem para Cascavel, tanto para cultivar a terra de onde era retirada a madeira, quanto para o serviço nas serrarias e no comércio, fazendo com que a população do município aumentasse dia após dia. “De fato, a fase embrionária da criação dos municípios oestinos contou, em grande parte, com a participação efetiva dos madeireiros. Seus interesses não estavam separados dos interesses políticos [...]” (PIAIA, 2013, p. 142).

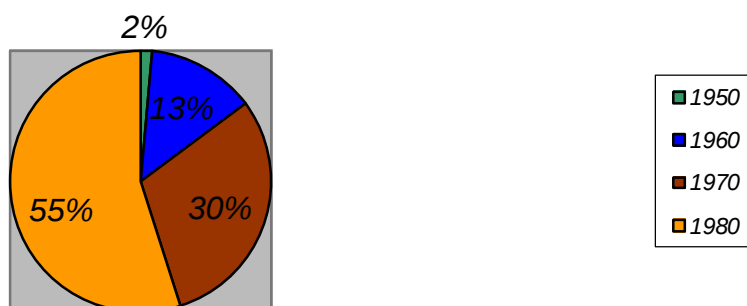
A população de Cascavel apresentou um aumento mais acentuado a partir da década de 1960, sendo o crescimento verificado nos períodos de 1960 a 1980 de 100,00%, conforme demonstram as tabelas abaixo:

CRESCIMENTO POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL (1950 A1980)

Quadro 08 – Crescimento populacional do município de Cascavel (1950 a1980).

ANO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	TOTAL
1950			4.411
1960	5.274	34.324	39.598
1970	34.961	54.960	89.921
1980	123.698	39.761	163.459

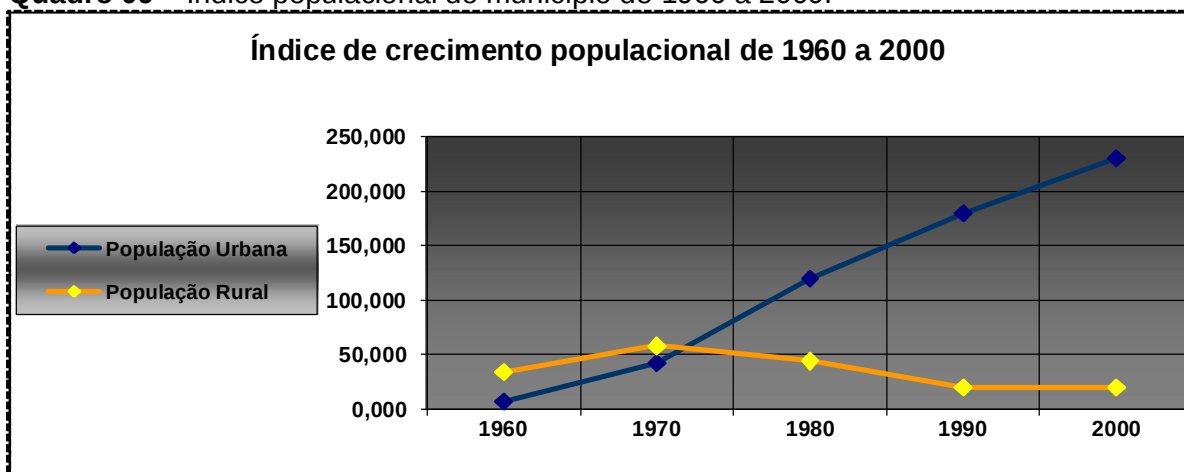
Índice de crescimento populacional



Fonte: Portal do Município de Cascavel. www.cascavel.pr.gov.br - Secretaria Municipal de Planejamento: Plano Diretor, Perfil Municipal 2003-2004.

Conforme apontam esses dados, no final da década de 1960, a população urbana do Município teve um crescimento significativo e, a partir de 1980 já ultrapassava a população rural devido ao desenvolvimento urbano, ampliação do comércio e mecanização agrícola, o que determinou o avanço do processo de urbanização. Este fator exigiu do Poder Público maiores investimentos, principalmente na área educacional. (NATH, 2010).

Quadro 09 – Índice populacional do município de 1960 a 2000.

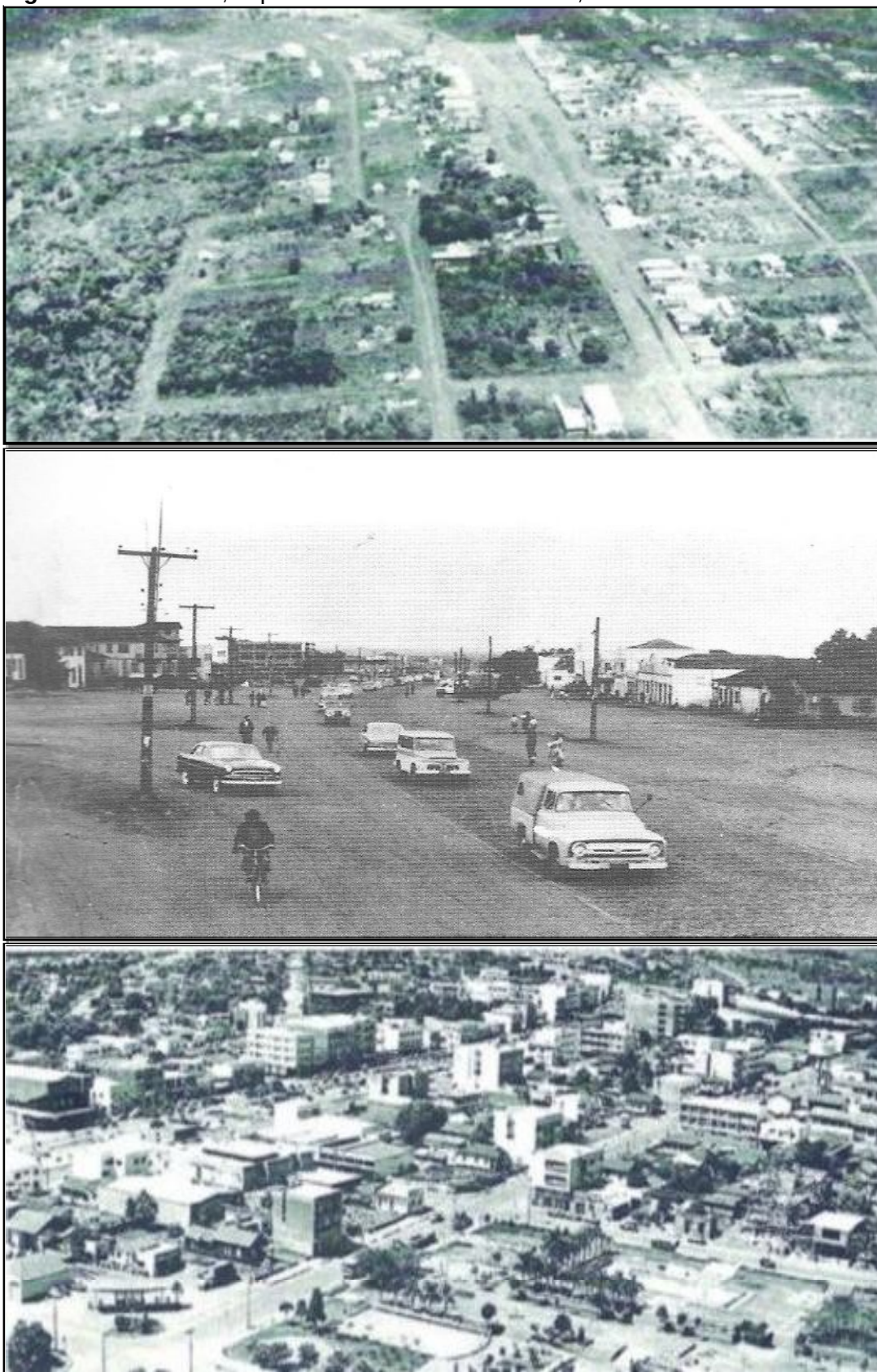


Fonte - Quadro elaborado a partir de dados divulgados pelo IBGE. <http://cidades.ibge.gov.br/>
- Acesso em: 20 de ago. 2015.

Nos anos seguintes à década de 1960, Cascavel era considerada a cidade que mais crescia no Paraná e a quarta do Brasil. Entre as décadas de 1970 e 1980, o município já ultrapassava 100.000 habitantes, e já se enquadrava na categoria de município de médio porte. Embora a cidade não tivesse um projeto específico de colonização, seu rápido crescimento, demográfico e econômico, ocorreu em larga medida, de forma desordenada, decorrente de sua localização geográfica privilegiada (SPERANÇA, 1992).

As imagens a seguir mostram o processo de crescimento e de desenvolvimento da cidade de Cascavel, do início da colonização, década de 1950, até 1970, quando o processo de urbanização já estava consolidado.

Figura 10- Cascavel, importante centro urbano - 1950,1960 e 1970.



Fonte: Prefeitura Municipal de Cascavel, Livro Ouro - 50 anos de História, 2002, p. 31.

Nesse contexto de amplo desenvolvimento e crescimento populacional, a procura por educação foi se tornando uma realidade cada vez mais presente, consequentemente, os investimentos do Poder Público eram cada vez mais urgentes. Neste período, requeria-se o envio de recursos para construção e ampliação de escolas na cidade. Valdecir Antonio Nath afirma que:

A década de 1960 representou um marco para o desenvolvimento da educação na região ocupada pelo município de Cascavel. Várias instituições de ensino foram criadas, evidenciando uma preocupação do governo com a educação e escolarização da população. Com o crescimento populacional do município, passou-se a exigir uma atenção maior do Poder Público em relação à oferta de educação para a população, haja vista que o município estava se urbanizando, com um crescimento populacional urbano significativo (NATH, 2010, p. 72).

Assim, devido ao crescimento populacional e demanda por escolas, a década de 1960 representou um importante avanço não somente para os setores da economia, mas para a educação no município de Cascavel. A construção da primeira escola no município de Cascavel, bem como a implantação do Colégio Marista se deu nesse contexto de ampliação da Rede Escolar da Cidade.

3.3.1 As primeiras iniciativas educacionais em Cascavel

A escolarização do município de Cascavel, à semelhança de sua colonização, está inserida no contexto da escolarização da região oeste do Paraná, que segundo João Carlos da Silva, citando Ivo Oss Emer, passou por quatro fases: a escolarização particular domiciliar; casa escolar particular; casa escolar pública e grupo escolar. A primeira fase foi a escolarização particular, realizada por uma pessoa do grupo que apresentasse condições mínimas de ensinar algumas crianças a ler, a escrever e a calcular, cujos objetivos dessa educação eram traçados pelos pais. A fase seguinte foi a casa escolar particular, que se caracterizou como uma escola construída e mantida por um grupo de pioneiros. Nesse tipo de escolarização o professor deveria ter uma melhor qualificação. O terceiro modelo de instrução foi a casa escolar pública. Essa modalidade se desenvolveu, sobretudo, nos núcleos

urbanos recém-colonizados, e nas comunidades rurais. A quarta fase foi o grupo escolar, nos moldes europeus e americanos de instrução e de difusão da educação popular (SILVA, 2011).

A construção da primeira escola no município de Cascavel fez parte desse contexto. No ano de 1932, quando foi construída a primeira igreja, ao lado, em anexo à igreja, funcionou a primeira escola para crianças, na modalidade de casa escolar. Esse foi o local, posteriormente, projetado para construção do primeiro núcleo urbano de Cascavel (BELTRAME; NATH, 2004). Nos três primeiros anos de funcionamento, a escola era mantida pela população local e os professores ficavam a cargo da Comissão de Estradas.

No ano de 1935, a professora, que no período era Genoveva Boiarski, passou a ser paga pelo município de Foz do Iguaçu, muito embora as condições da escola e seu local de funcionamento mantivessem as mesmas condições. Segundo Ivo Oss Emer, essa foi uma exceção à regra e uma peculiaridade de Cascavel, pois só deviam ser pagos pelo poder público os professores de escola constituída por ato oficial e esse não era o caso da escola de Cascavel. Os primeiros professores da escola foram: Orozendo Cordeiro de Jesus e as irmãs Genoveva e Estanislava Boiarski, sendo que nos relatos concedidos por Estanislava Boiarski Bartnik (1990), que constam da dissertação de Mestrado de Emer, a professora Genoveva Boiarski, enquanto filha de colonos foi a primeira a cursar Escola Normal. Genoveva foi formada pela Escola Normal Regional do Colégio Nossa Senhora do Belém de Guarapuava, um internato para meninas, que era restrito às moças ricas, filhas de fazendeiros, o que não se aplicava à professora Genoveva Boiarski (EMER, 1991).

No ano de 1937, após a construção do aeroporto de Cascavel, a cidade passou a receber mais habitantes, muitos ligados à aviação e muitos outros com maior poder aquisitivo, fazendo com que a questão educacional ganhasse mais solidez e amplitude. Em 1938, criou-se a casa escolar oficial pública, também o ano em que Cascavel foi elevada à categoria de distrito administrativo de Foz do Iguaçu.

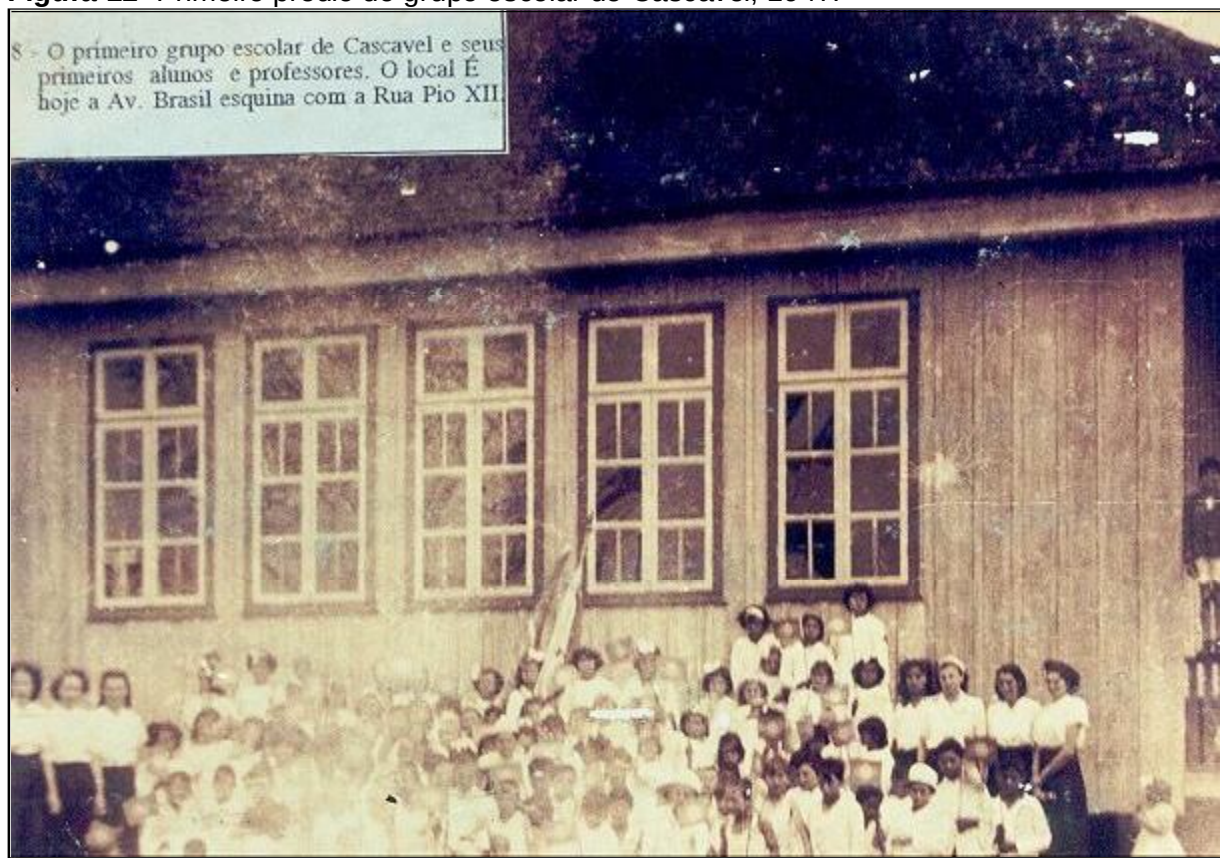
Depois da oficialização da escola, as referências passaram a ser a Inspetoria Municipal de Ensino, a supervisão do Inspetor, os programas de ensino definidos pela Secretaria de Estado da Educação. O professor passou a ser “avaliado” pela quantidade de alunos que ele conseguia preparar para serem submetidos aos exames. Se seus alunos fossem aprovados nos exames, receberiam o diploma de Escolarização Primária, um diploma que tinha um significado social importante na época. As novas condições da escola e do professor desencadearam o processo de inclusão da escolarização no “sistema” municipal e estadual de ensino (NATH, 2013, p. 36).

A partir do ano de 1947, a educação em Cascavel, ainda na condição de distrito de Foz do Iguaçu, foi estadualizada. O estado do Paraná passou a manter a escola e a pagar os professores oficialmente. Nesse mesmo ano, o Governador do estado do Paraná, Moysés Lupion (1908-1991), que desenvolveu seu mandato nos anos de 1947-1951 e 1956-1961, determinou a construção do prédio escolar. Segundo Emer:

No Estado do Paraná era comum a principal escola de um núcleo urbano ser elevada a categoria de Grupo Escolar e estadualizada apenas por ocasião da emancipação, da elevação à categoria de cidade, de sede de município. Neste aspecto, Cascavel também foi diferente dos demais municípios da região. O grupo escolar foi instituído e estadualizado antes da emancipação do município (EMER, 2004, p. 3).

Os autores Alceu Sperança e Carlos Sperança afirmam que a instalação do Grupo Escolar ocorreu em 24 de setembro de 1947 e, até o ano de 1953, estiveram na direção da escola as professoras May Ross Ferreira, Dilair Silvério Fogaça e Jaci Fagundes Almeida (SPERANÇA; SPERANÇA, 1980). A imagem a seguir mostra o primeiro prédio do grupo escolar de Cascavel e da primeira turma (1947).

Figura 11- Primeiro prédio do grupo escolar de Cascavel, 1947.



Fonte: Museu da Imagem e do Som, Cascavel.

Em 1953, a datar de 23 de outubro, o Grupo Escolar foi transferido à propriedade do município, passando a direção à professora Aracy Lopes Pompeu, que esteve no cargo até 30 de dezembro de 1956. A partir da segunda metade da década de 1950, a educação de Cascavel ganhou cada vez mais amplitude e investimentos, passando a receber novos estabelecimentos de ensino de fundamental importância para a cidade e também para a região, sendo que, alguns deles ainda hoje atuam na cidade, como: a Escola Normal Regional, o Colégio Auxiliadora, e o Colégio Rio Branco, hoje Colégio Marista (THOMÉ, 2005).

O Colégio Marista de Cascavel foi criado para atender aos interesses de uma população que pretendia resolver o problema educacional de seus filhos e que ansiava por uma educação distinta. A partir da análise dos dados entendemos que a implantação do Colégio foi necessária para aquela sociedade que visava um modelo de educação diferenciado, calcado em valores cristãos. O ensino Marista, à época contribuiu para formar bons cristãos e cidadãos capazes de atuarem virtuosamente na sociedade.

4. COLÉGIO MARISTA DE CASCAVEL

Nesta seção é feita a análise documental do objeto deste estudo, a fundação do Colégio Marista de Cascavel, no ano de 1962. Apresentamos no início da seção a vida religiosa e método pedagógico Marista, sua história e carisma, e a fundação do Colégio em Cascavel. Após a análise da implantação da instituição, será apresentada a organização pedagógica Marista. Dentre os diversos aspectos da sistemática organizacional escolar da instituição pesquisada, destacamos o corpo docente/administrativo, o primeiro Regimento Interno, o currículo escolar, o prédio e o espaço escolar, a história da Banda Marcial e a prática esportiva. Analisamos os aspectos que circundaram a fundação do Colégio Marista de Cascavel, especialmente, o contexto histórico da ditadura militar de 1964, bem como, a conjuntura histórica da implantação do Ensino Técnico-Profissionalizante nesse período. Apresentamos também, um panorama histórico da trajetória da instituição na cidade, quando era Ginásio Rio Branco e Escola Técnica de Comércio Rio Branco, até o ano de 1989, ano em o Colégio Comercial Marista encerrou suas atividades.

4.1 VIDA RELIGIOSA E MÉTODO PEDAGÓGICO MARISTA.

Para analisar o Colégio Marista de Cascavel, foi necessário considerar o período e o contexto de sua criação na cidade (1962), integrá-lo no sistema educativo mais amplo, na comunidade e na região onde a instituição desenvolveu e desenvolve suas atividades, para compreender o movimento da história que perpassa essa escola (MAGALHÃES, 2004).

Ao mergulhar no interior da instituição, foi possível entender o contexto de sua origem, do seu desenvolvimento no tempo, das alterações arquitetônicas pelas quais passou; buscamos apreender o processo de formação da identidade de seus sujeitos (professores, gestores, alunos, técnicos) que a povoaram no decorrer dos anos, as práticas pedagógicas que ali se realizaram (SANFELICE, 2006) e, sobretudo, o sentido de sua implantação na cidade num período de expansão e urbanização, que, nesta pesquisa, entendemos ser a questão de fundo.

O Colégio Marista de Cascavel apresenta, em suas particularidades, informações que se relacionam com as questões locais, regionais, nacionais e até mesmo internacionais, pois seu método de ensino é norteado por uma filosofia cristã mundial que é pautada pelos pressupostos católicos de Marcelino Champagnat (1789-1840), e empregados em cada país conforme seus ideais políticos de formar e manter uma estrutura hegemônica. Embora a filosofia marista seja a diretriz de sua prática pedagógica, os colégios se adaptam às necessidades locais, ou seja, articulam seus princípios às demandas de cada região; este se torna um fator que contribui para que os interesses da Igreja e do Estado se misturem.

A educação proposta pelos colégios Maristas, a exemplo de outras instituições confessionais católicas, mantidas por diferentes ordens religiosas, tem o objetivo de “educar para a cidadania, formar bons cristãos”, cidadãos condicionados, cumpridores de deveres e que respeitem a hierarquia social. Tal fato corrobora para naturalização da sociedade de classes e autentica o pensamento burguês.

A vida religiosa dos Irmãos Maristas na cidade de Cascavel sempre foi intensa, eles mantinham relações amistosas, além de ligações diretas e constantes com os padres que viviam na região e na cidade, bem como com o Bispo Dom Armando Círio, da Diocese de Toledo. Por diversas vezes no relatório escrito pelos Irmãos é dado menção a Dom Armando Círio na cidade e junto a eles. O relato da visita do Bispo após chegada do Concílio Vaticano II, em 27 de janeiro de 1963, é apresentado como motivo de louvores. A seguir, um excerto dos Anais dos Irmãos sobre a visita do Bispo a Cascavel:

27 de janeiro – Chega de Roma nosso amado bispo, D. Armando Círio, tendo participado do Concílio Ecumênico Vaticano II. 30 de abril – Aniversário natalício de D. Armando Círio – S.Excia esteve em Cascavel, onde celebrou a santa missa às 8 hs. A igreja ficou lotada por estudantes. Após a missa, homenagem ao Sr. Bispo. Falaram o Sr. Prefeito e os representantes de todas as escolas. Ao meio dia, almoço íntimo na casa paroquial (COLÉGIO MARISTA DE CASCAVEL, 1963).

Como consta na parte do relatório anteriormente transcrito, Dom Armando Círio foi recebido com honrarias na cidade assim que chegou do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965); esse evento foi do ponto de vista doutrinal e eclesial, um dos eventos mais importantes para a Igreja Católica no século XX. Os documentos emanados dos debates realizados no Concílio possibilitaram a abertura da Igreja

para as questões contemporâneas e sua adaptação às transformações sociais e educacionais. Mesmo considerando que parte do mundo, como alguns países europeus e outros países desenvolvidos, tivessem como interlocutor o ateísmo, os documentos do Concílio procuraram refletir acerca do momento histórico no qual a Igreja estava inserida e propor-lhe um diálogo, como consta da Constituição *Gaudium et Spes*, promulgada pelo Papa Paulo VI (1963-1978), no dia 7 de Dezembro de 1965, último ano do Concílio Vaticano II:

Ainda que rejeite inteiramente o ateísmo, todavia a Igreja proclama sinceramente que todos os homens, crentes e não-crentes, devem contribuir para a reta construção do mundo no qual vivem em comum. O que não é possível sem um prudente e sincero diálogo. Deplora, por isso, a discriminação que certos governantes introduzem entre crentes e não-crentes, com desconhecimento dos direitos fundamentais da pessoa humana. Para os crentes, reclama a liberdade efetiva, que lhes permita edificar neste mundo também o templo de Deus. Quanto aos ateus, convida-os cortesmente a considerar com espírito aberto o Evangelho de Cristo (*Gaudium Et Spes*, 1965, Parte I, Capítulo I).

Os documentos do Concílio Vaticano II explicitam que um de seus objetivos principais foi promover a renovação em todas as esferas da Igreja, considerando, especialmente, o aspecto do desenvolvimento mundial, que visava atingir todas as dimensões do homem e alcançar todas as pessoas (GUTIERREZ, 1995). A partir do ápice do desenvolvimento mundial na década de 1960 e da ampliação da educação pública, a Igreja Católica perdeu cada vez mais espaço, teve que se reavaliar para que mantivesse suas práticas em defesa da moral e dos costumes influentes na sociedade. Para tanto, reformulou sua política eclesial com maior direção para o campo educacional. Na percepção de Roseli Terezinha Boschilia:

Os constantes desafios representados, principalmente, pelo grande crescimento populacional nos países em desenvolvimento exigiam uma tomada de posição, sobretudo, diante da miséria e da violência. Esse processo de revisão, consubstanciado a partir do Concílio Vaticano II, levou a Igreja a rever sua postura política, e essa mudança de atitude se refletiu diretamente sobre as práticas eclesiais, indicando novos rumos para o magistério católico (BOSCHILIA, 2002, p. 55).

Dentre os muitos documentos apresentados pelo Concílio, destacamos a declaração sobre Educação, *Gravissimum Educationis*, pois foi o documento que, a

partir do Concílio, passou a nortear a educação católica no mundo, fator que justifica a alusão ao Bispo Dom Armando Círio nos relatórios dos Irmãos Maristas de Cascavel, logo após sua chegada do evento em 1963. Nas Constituições e Estatutos Marista, o Superior Geral, Irmão Charles Howard, da Casa Geral Marista de Roma, anunciou na apresentação do documento em 10 de Outubro de 1986, que a pedido da Igreja do Vaticano, todas as famílias religiosas (Congregações e Ordens) deviam revisar seus livros normativos, adaptando seus conteúdos ao espírito do Concílio (DECRETO, 1986).

A primeira versão definitiva das Constituições e Estatutos Marista foi escrita no ano de 1986, vinte anos após o pedido da Igreja no Concílio do Vaticano II, para que todas as Ordens e Congregações religiosas revissem seus livros normativos conforme as orientações do emanadas do Concílio. Cabe destacar que as Constituições e Estatutos Marista, resultaram de revisões de documentos escritos por Marcelino Champagnat e de suas diretrizes.

No ano de 1853, foi publicado um compêndio chamado *Le Guide des Écoles* (Guia das Escolas), texto-síntese educativo, fruto das reflexões e experiências de Champagnat com orientações sobre as instituições educativas Maristas e sobre o método de ensinar. O Guia das Escolas passou por revisões no decorrer do tempo que culminaram na escrita dos Capítulos Gerais do Instituto e, após o Concílio Vaticano II, foi publicado as Constituições e Estatutos Marista, documento aprovado pela Santa Sé, em 1986. A importância das Constituições e Estatutos para o trabalho do Instituto Marista pode ser verificada no discurso do Irmão Charles Howard, Superior Geral à época da publicação do documento.

Sinto-me muito feliz em lhes apresentar o texto de nossas Constituições e Estatutos em sua forma definitiva. [...] Um ponto de chegada, após longa caminhada iniciada, vinte anos faz, quando a Igreja do Vaticano II pedia a todas as famílias religiosas que revissem seus livros normativos, a fim de tornar o conteúdo mais conforme ao espírito do Concílio e ao dos Fundadores, com vistas a suscitar a renovação espiritual de seus membros. Fizemos essa revisão com seriedade, num esforço de fidelidade, de abertura e de escuta, e apresentamos à Igreja o fruto de nossos trabalhos. Recebemos sua aprovação com reconhecimento e experimentamos a alegria de ver autenticado, uma vez mais, o carisma de nosso Fundador transmitido pelos primeiros discípulos, enriquecido com a fidelidade de milhares de Irmãos já chegados ao final do caminho, e atualizado pelo XVIII Capítulo Geral (INSTITUTO DOS IRMÃOS MARISTAS, 1986, apresentação).

O documento é dividido em onze capítulos que dizem respeito à filosofia do Instituto e as atualizações requeridas pela Igreja. Nos capítulos constam os encaminhamentos sobre a identidade dos Irmãos Maristas na Igreja, sua vida de consagração e vocação; o comportamento e a organização da comunidade Marista; a formação dos Irmãos; o desligamento do Instituto; o governo do Instituto, unidades administrativas, governo geral, governo provincial e governo local; a vitalidade do instituto, apêndice e o testamento espiritual deixado por Marcelino Champagnat. Em anexo apresentamos o Decreto de aprovação das Constituições e Estatutos Marista publicado pelo Vaticano em sete (7) de Outubro de 1986 (ANEXO B).

O documento *Gravissimum Educationis* demonstrou a preocupação da Igreja por uma educação que fosse ao mesmo tempo tradicional e moderna, produzindo um discurso que oferecia o que o Estado estava a buscar, sem, contudo, deixar de lado os princípios, as doutrinas e a tradição católica:

A presença da Igreja no campo escolar manifesta-se de modo particular por meio da escola católica. É verdade que esta busca, não menos que as demais escolas, fins culturais e a formação humana da juventude. É próprio dela, todavia, criar um ambiente de comunidade escolar animado pelo espírito evangélico de liberdade e de caridade, ajudar os adolescentes para que, ao mesmo tempo que desenvolvem a sua personalidade, cresçam segundo a nova criatura que são mercê do Batismo, e ordenar finalmente toda a cultura humana à mensagem da salvação, de tal modo que seja iluminado pela fé o conhecimento que -os alunos adquirem gradualmente a respeito do mundo, da vida e do homem. Assim, a escola católica, enquanto se abre convenientemente às condições do progresso do nosso tempo, educa os alunos na promoção eficaz do bem da cidade terrestre, e prepara-os para o serviço da dilatação do reino de Deus, para que, pelo exercício duma vida exemplar e apostólica, se tornem como que o fermento salutar da comunidade humana. Por isso, visto que a escola católica tanto pode ajudar na realização da missão do Povo de Deus, e tanto pode servir o diálogo entre a Igreja e a comunidade humana, para benefício dos homens, também nas circunstâncias atuais conserva a sua gravíssima importância. Por tal motivo, este sagrado Concílio proclama mais uma vez que a Igreja tem o direito, já declarado em muitíssimos documentos do magistério, de livremente fundar e dirigir escolas de qualquer espécie e grau, recordando que o exercício de tal direito muito pode concorrer para a liberdade de consciência e defesa dos direitos dos pais, bem como para o progresso da própria cultura. Lembrem-se, porém, os professores de que, sobretudo deles depende que a escola católica possa realizar os seus intentos e iniciativas. Sejam, por isso, preparados com particular solicitude, para que estejam munidos de ciência quer profana quer religiosa, comprovada pelos respectivos títulos, e possuam a arte de educar, de harmonia com o progresso dos nossos dias (*Gravissimum Educationis*, 1965, § 8).

O fato de a educação católica buscar um diálogo com as questões contemporâneas, não significou efetivamente uma mudança na sua estrutura e filosofia educacional. Em particular, os Irmãos Maristas procuraram se apoiar nos fundamentos historicamente construídos por Marcelino Champagnat e defendiam a tradição e a família, apontando o paradoxo existente entre a prática e o discurso que tendia a uma aproximação com as mudanças trazidas pela Modernidade. As escolas Maristas da França comprovam essa premissa. Embora em um país precursor da Modernidade e defensor da liberdade de pensamento, tais instituições sempre procuraram estar firmados nos princípios cristãos e, o devido controle para solidificação dos acordos formados com o Estado, estabelecidos a partir da Lei

Debré⁴; que apesar de impor uma abertura a todos os alunos sem distinção de crenças e alinhamento dos conteúdos e das atividades com o que é feito no ensino público, permitia que sua filosofia e missão fossem preservadas.

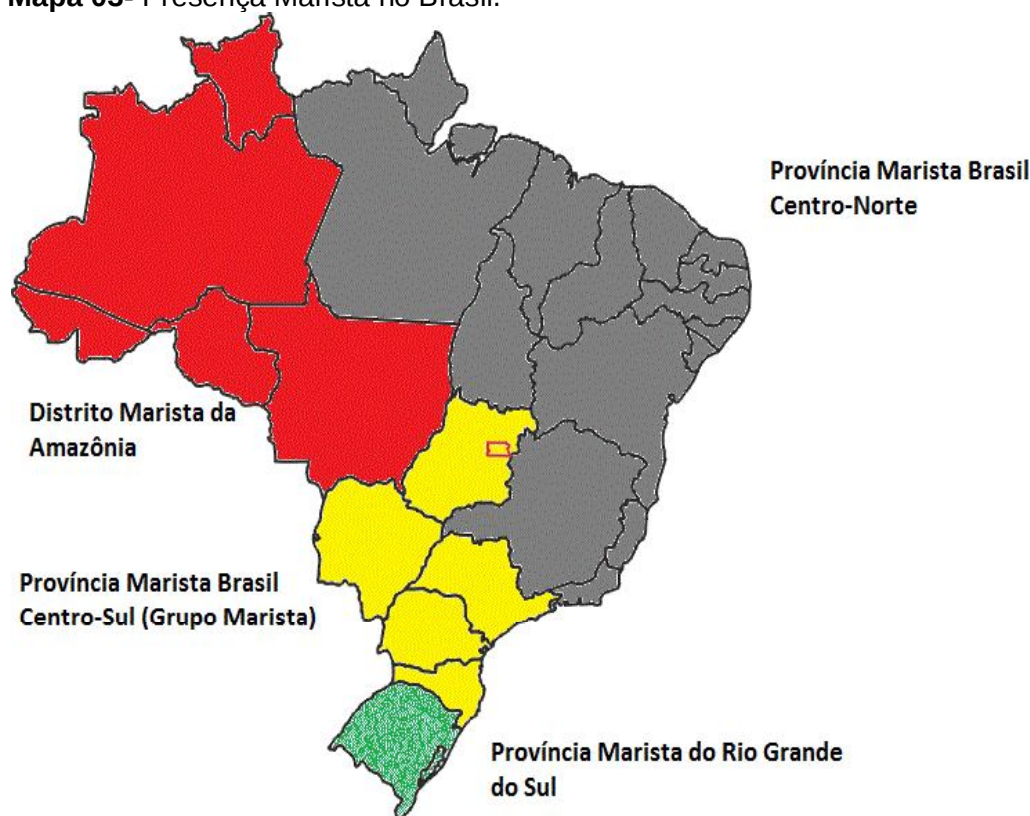
Na medida em que as escolas confessionais católicas desenvolvem projetos sociais que na teoria atendem a um público carente e utilizam um discurso pautado na disposição de ir ao encontro dos diferentes povos de diferentes culturas por meio de uma educação voltada ao “progresso social”, apenas reafirma seu posicionamento elitista que marca muito bem os opostos das classes sociais; isso se evidencia a começar pela localização geográfica dessas escolas que, via de regra, estão em regiões centrais ou em bairros elitizados.

4.2 A IMPLANTAÇÃO DO COLÉGIO MARISTA EM CASCAVEL (1962).

O Colégio Marista de Cascavel faz parte da Província Marista Brasil Centro-Sul, cuja sede administrativa é na cidade de São Paulo. Apesar de as escolas maristas terem diretorias locais próprias, elas estão subordinadas à Província e, mantidas pela ABEC-Associação Brasileira de Educação e Cultura, uma associação sem fins lucrativos que é sustentada por recursos derivados da contribuição de seus associados, da taxa semestral de cursos, de promoções de eventos, de doações e de trabalho voluntário. A ABEC controla e gerencia os negócios da Província Marista Brasil Centro-Sul, hoje chamado Grupo Marista, que compreende os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e, atualmente, compreende também, o estado de Goiás e Distrito Federal. O mapa a seguir mostra a presença Marista em todo Brasil e suas respectivas Províncias.

⁴ (Ver: *Loi n°59-1557 du 31 décembre 1959* - <<http://www.legifrance.gouv.fr/>> - <http://www.assemblee-nationale.fr/histoire/tables_archives/index.asp>). Lei da Educação Privada, promulgada em 31 de dezembro de 1959, pelo então primeiro-ministro francês (1959 a 1962) Michel Debré e sob a presidência do General de Gaulle (1959 a 1969). Foi a lei que unificou as instituições privadas ao Estado, legalizou o livre ensino de instituições confessionais, contudo, o Estado intervia diretamente, inclusive no pagando seus professores e assegurando os direitos, tanto da instituição, dando a elas direito a manter seu “caráter próprio”, quanto de seus professores.

Mapa 03- Presença Marista no Brasil.



Fonte- ABEC: Associação Brasileira de Educação e Cultura. Marista Online.

O Colégio Marista é uma importante instituição escolar confessional, que foi implantado na cidade de Cascavel para atender a uma nova demanda por escolas. Trata-se de uma instituição escolar que tem um significado social na cidade e na região, devido à sua tradição e por refletir traços significativos da história da cidade em sua própria história.

As atividades do Colégio Marista de Cascavel tiveram início em 24 de março de 1962, com a chegada dos Irmãos Carlos Leone, Hermenegildo Alzola, Norberto José e Antonio Esmanhotto, todos vinculados à Congregação dos Irmãos Maristas. Inicialmente a escola funcionou num prédio construído em madeiras. O primeiro prédio da instituição existiu onde funcionava o Ginásio Rio Branco, como Escola Técnica de Comércio, de propriedade de um dos pioneiros da cidade, Antonio Cid; era considerada, para época, uma boa construção, com destaque na cidade.

A seguir, foto dos Irmãos que compuseram primeiro quadro docente e administrativo do Colégio em 1962:

Figura 12 – Primeiro grupo de Irmãos do Colégio Marista (da esquerda para a direita) Irmão Antonio Esmanhotto; Irmão Norberto José; Irmão Hermenegildo Alzola, Secretário e Vice-Diretor; Irmão Carlos Leone, Diretor, 1962.



Fonte - Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

As discussões acerca da implantação do Colégio Marista em Cascavel estiveram inseridas no contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4024/61 que estabeleceu as diretrizes e as bases para a educação nacional (LDB). Embora a Lei tenha sido sancionada em 1961, ela entrou em vigor no ano de 1962.

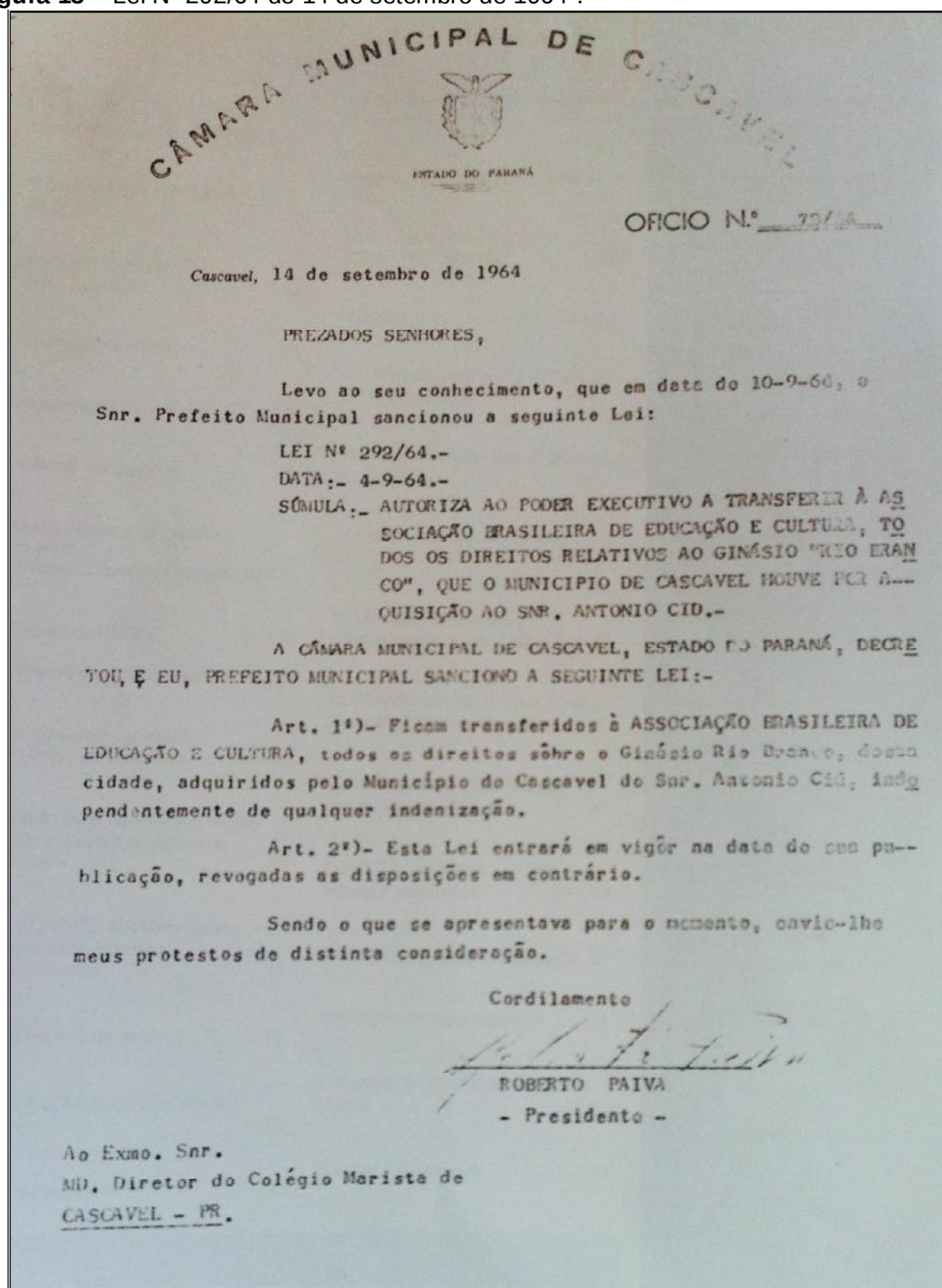
Em 25 de fevereiro de 1960, após aprovação pela Câmara dos Deputados, o projeto foi levado ao senado. As discussões no Congresso Nacional iniciaram-se em 1961, e foi aprovado pela comissão de constituição e justiça e pela comissão técnica especializada em educação e cultura. Assim, a primeira LDB foi sancionada pelo presidente João Goulart, em 20 de dezembro de 1961, e passou a vigorar em 1962 (PASQUINI, 2009, p. 98).

A LDB teve como principal eixo temático o tratamento igualitário dos estabelecimentos de ensino da rede pública e privada, bem como o financiamento público para as instituições de ensino da rede privada e a formação de uma

legislação única para a educação, fazendo valer os interesses da Igreja Católica para a manutenção e difusão dos seus ideais por meio do ensino.

O empenho pela vinda dos irmãos Maristas para Cascavel partiu da administração do município, pois no contexto de rápido desenvolvimento econômico e aumento demográfico em que estava, era de interesse da cidade estruturar bases hegemônicas e mantê-las com uma educação que privilegiasse os filhos da nascente elite cascavelense. A seguir, apresentamos a Lei Nº 292/64, sancionada pelo Prefeito de Cascavel, Otacilio Mion (gestão de 14/12/60 a 14/12/64; 31/01/69 a 31/01/73), em 14 de setembro de 1964, que autoriza ao poder executivo transferir à ABEC todos os direitos relativos ao Ginásio “Rio Branco”.

Figura 13 – Lei Nº 292/64 de 14 de setembro de 1964⁵.



Fonte - Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

⁵ O documento possui grafia desgastada no original.

No ano de 1992, o Irmão Estevão Müller escreveu um editorial na *Revista Marista* (edição especial em comemoração aos 30 anos de fundação) no qual destacou atributos da Instituição, apresentando-a como um símbolo cultural de Cascavel que, segundo ele, desde a sua fundação contribuiu para o crescimento da cidade e para sua formação cultural e moral.

[...] A Escola Marista nesses trinta anos tornou-se um símbolo cultural da cidade e por isso merece especial destaque ao relembrar todos os passos dessa gloriosa caminhada. [...] Esta revista comemorativa dos 30 anos de caminhada cultural do Colégio Marista de Cascavel é algo que merece ser lembrado e comemorado solenemente pela camada intelectual desta cidade, pois é a memória de uma comunidade educativa que lutou pelo maior bem que se possa desejar a um povo: a cultura e a formação moral. Trata-se, pois, de um documento histórico, lembrança de algo que mexeu com a realidade cultural e religiosa local e ajudou-a a crescer nessa linha. Este documento é a memória de uma comunidade que não parou na consecução de um ideal escolhido. [...] O Marista é, hoje, um marco, um monumento cultural desta cidade. É um templo da sabedoria desse povo, pois contribuiu para ajudar a libertá-lo da pior das escravidões do homem que é a ignorância. Somente a cultura e a moralidade tem poder de libertação plena de um povo. Nisto o Colégio Marista está cumprindo sua missão, pois, há trinta anos está realizando um Projeto Educacional na linha dos valores evangélicos nesta cidade de Cascavel. [...] (REVISTA MARISTA, 1992, p. 10).

A Educação Marista, à época, já era tradicionalmente conhecida em muitos países. Sua filosofia educacional preconizava que o papel de suas instituições escolares era o de “formar bons cristãos e virtuosos cidadãos”. Os eixos centrais da Educação Marista sempre foram pautados pela Educação da Consciência, pela Educação da Inteligência e pela Educação da Vontade. Esse programa pedagógico era ideal para uma cidade em vias de expansão e urbanização. Segundo Alceu Sperança, em matéria publicada no jornal “O Paraná”, em janeiro de 2006, sobre a história do Colégio Rio Branco, o primeiro contato entre José Neves Formighéri, à época prefeito de Cascavel (14/12/52 a 14/12/56), e o Superior Provincial (1953 a 1958), Irmão João de Deus, ocorreu em 28 de setembro de 1956 (O Paraná, 2006). O incentivo por parte da cidade de Cascavel para a vinda dos Irmãos Maristas aconteceu por meio da doação de uma área de 71.000 m², posteriormente Centro Esportivo Ciro Nardi, para a instalação da Instituição Marista e esforço particular do Bispo de Toledo, à época, Dom Armando Círio. Como consta do documento Associação Brasileira de Educação e Cultura (ABEC).

Figura 14 – Ata de doação de terreno. (ABEC), 1961⁶.

Ata da 31ª Sessão. — Aos 16 de setembro de 1961, membros da diretoria da Associação Brasileira de Educação e Cultura, após terem assistido, na véspera, à solene inauguração do Ginásio Marista Pio XII, na cidade de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, reuniram-se no Colégio Marcelino Champagnat de Curitiba. Elabora a sessão, o Sr. Presidente propôs que fosse nomeado o fim do corrente ano, o Sr. Bernardino Pedrotti como diretor do Ginásio abito em Ponta Grossa. O Sr. Pedrotti, reitor do Colégio Marcelino Champagnat, se tinha oferecido a organizar a secretaria do novo estabelecimento, e nesta tarefa motiva tanta féria que para o homem que a Divina Providência nos enviou para dirigir o Ginásio de organização. A proposta foi aceita unanimemente. Em seguida foram discutidos e aceitos os seguintes assuntos:

- a) Aquisição de uma terra para o Colégio Santista, de São João do Rio de São Paulo, cento e cinquenta mil cruzeiros;
- b) Compra da terra a um do Colégio Marista de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, pelo preço de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros);
- c) Ereção canônica do Noviciado São João, em Brédique;
- d) Aceitação da doação de terrenos em Presidente Prudente, S.P.
- e) Aceitação da fundação de um ginásio em Cascavel, Pr.

Foram doados dois terrenos: um de 71.000 m² e outro de 12.000 m². Reunião de um congresso de alunos dos colégios da A.B.E.C. para estudo da questão social; o congresso será realizado em Ribeirão Preto, em data a ser marcada. — Em seguida o Sr. Setti disse que conforme fora devido na sessão de 15 de setembro para o dia 22 do corrente, voltando em 23 de setembro para a próxima reunião da diretoria será realizada a reunião de 24 de setembro, em data a ser fixada. Nada mais havendo para tratar, a sessão foi encerrada e, para constar, eu lavrei a presente ata que lida e aprovada, foi assinada pelo Sr. Presidente e por mim secretário.

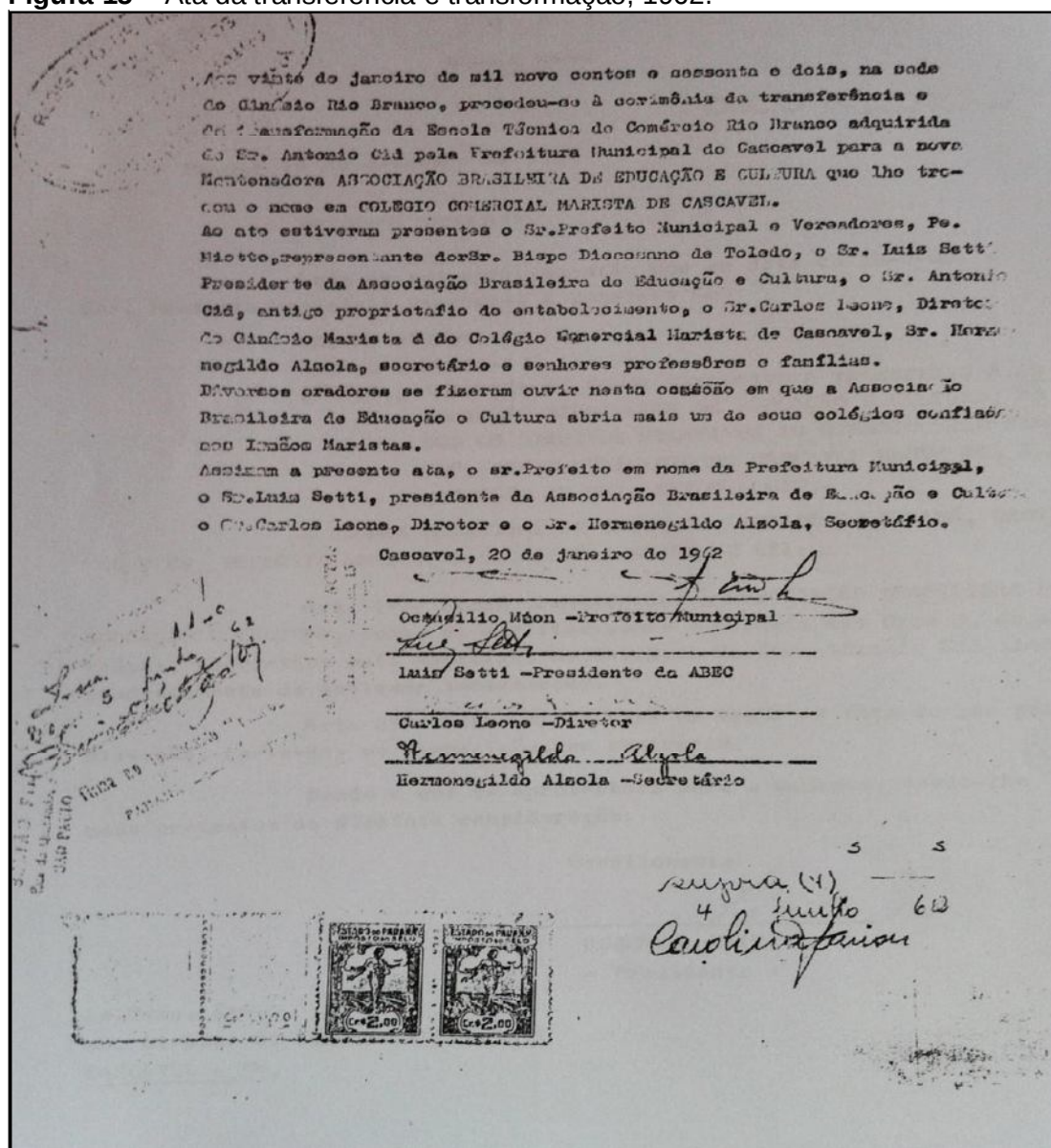
Curitiba, 16 de setembro de 1961.
 Luiz Setti, Presidente — Firmino Benato, secretário.

Fonte - Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

⁶ O documento possui grafia desgastada no original.

No entanto, foi proposta uma permuta da área doada por uma escola já instalada, o Ginásio Rio Branco. Estando as partes em acordo, no dia 22 de janeiro de 1962, o Ginásio Rio Branco passou a denominar-se Ginásio Marista de Cascavel e a Escola Técnica de Comércio, Colégio Comercial Marista de Cascavel, e naquele mesmo mês, no dia 27 de janeiro, iniciaram-se as reformas das instalações do prédio (COLÉGIO MARISTA DE CASCAVEL, 1962). A seguir apresentamos a Ata da transferência e transformação da Escola Técnica de Comércio Rio Branco para a mantenedora Associação Brasileira de Educação e Cultura (ABEC), sob o nome de Colégio Comercial Marista de Cascavel.

Figura 15 – Ata da transferência e transformação, 1962.



Fonte - Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

Conforme consta da Ata, no dia 20 de janeiro de 1962, procedeu-se a cerimônia de transferência da Escola Técnica de Comércio Rio Branco, adquirida pela prefeitura de Cascavel do Sr. Antonio Cid, e concedida para a ABEC. Na cerimônia estiveram presentes o Prefeito da cidade e vereadores; o Pároco do município e o Bispo Diocesano de Toledo; o Presidente da ABEC; o antigo proprietário do estabelecimento, Antonio Cid; o Diretor do Ginásio Marista e do Colégio Comercial Marista de Cascavel, Irmão Carlos Leone; o secretário, Irmão Hermenegildo Alzola; professores e familiares (COLÉGIO...1962).

Na imagem seguinte, observa-se o momento da cerimônia de entrega das chaves do Ginásio Rio Branco ao Irmão Carlos Leone, Diretor do Colégio Marista (1962 a 1966).

Figura 16 – Cerimônia de entrega das chaves em 20 de janeiro de 1962.



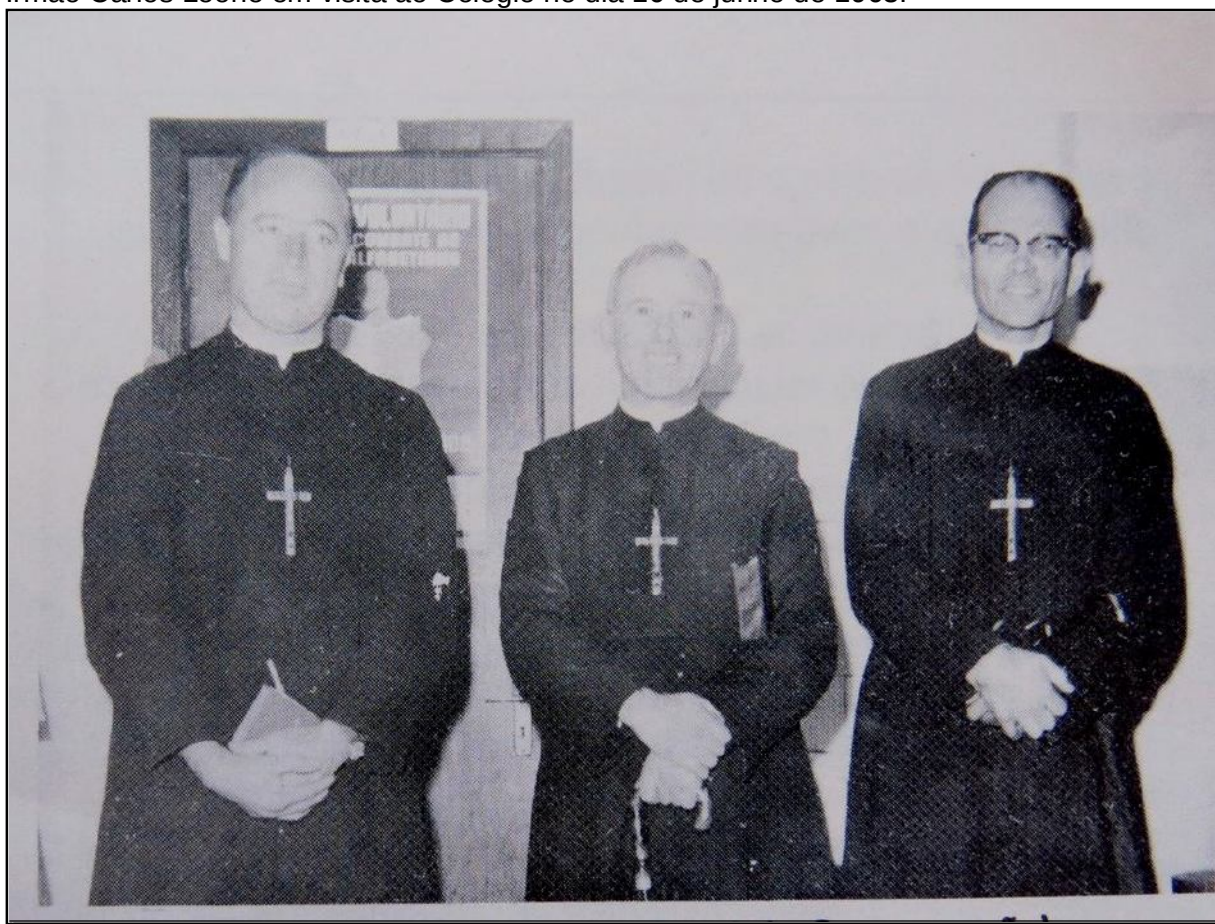
Fonte - Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

Conforme consta dos Anais do Colégio Marista, um relatório detalhado feito pelos Irmãos que descreve as atividades cotidianas dos religiosos e do decurso das

atividades educacionais no período da implantação da escola e anos posteriores⁷, até que a reforma do prédio que abrigaria os Irmãos ficasse pronta, eles dormiam na casa canônica e se alimentavam no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora da Ordem das Irmãs de São Carlos.

A seguir, o momento da visita do Irmão Conselheiro Geral, Roque Maria e do Irmão Provincial, Egidio Luiz Setti no dia 16 de junho de 1963. Os Irmãos deram palestras para os pais, professores e alunos.

Figura 17 – Visita canônica do Irmão Conselheiro Geral e do Irmão Provincial. (Da esquerda para a direita) Irmão Egidio Luiz Setti (Provincial), Irmão Roque Maria (Conselheiro Geral) e Irmão Carlos Leone em visita ao Colégio no dia 16 de junho de 1963.



Fonte - Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

A despeito das dificuldades, os Irmãos Maristas puderam ser alocados nas dependências do recém-cedido Colégio, no dia 27 de janeiro daquele ano, antes mesmo de encerradas as reformas do Ginásio pela prefeitura. Segundo os relatos

⁷ No início das atividades do Colégio, de 1962 a 1968, os relatos dos Irmãos são diários, a datar de 1969, os relatos passam a ser mensais.

dos Irmãos, até que tudo fosse concluído, muitos reveses tiveram que ser enfrentados e superados.

Nas nossas dependências, só tínhamos as camas e as roupas próprias. Nenhuma cadeira, armário ou qualquer outra coisa. Pulgas, baratas e ratos eram sem conta. O barulho da serraria bem ao lado e nossos cantos ora alegres, ora tristes, formavam um coro que terminava altas horas da noite e recomeçava às 4 horas da madrugada (COLÉGIO MARISTA DE CASCAVEL, 1962, p. 2).

As aulas tiveram início no dia 8 de março de 1962 com 191 alunos matriculados, como consta do documento elaborado pelos Irmãos (ANEXO C). Cruzando as fontes, notamos que há uma discrepância em relação ao número inicial de alunos. Embora, no site oficial do Colégio de Cascavel conste que a instituição iniciou suas atividades com o número de 350 alunos, nos Anais elaborados pelos Irmãos⁸, consta o número inicial de 191 alunos matriculados e, no ano de 1963, é que consta o início as aulas com 350 alunos matriculados (COLÉGIO..., 1962; 1963).

Quando do início de suas atividades a instituição ofertava os cursos Ginásial, Técnico-Profissional e o Curso Primário. Os alunos matriculados nas primeiras turmas da modalidade de ensino primário não pagavam altas mensalidades, seus apenas contribuíam para o pagamento dos honorários dos professores. Esse princípio, contudo, foi modificado na medida em que a escola foi crescendo. A seguir, foto da turma de 4º ano do ensino Ginásial, 1963:

⁸ Os Anais estão registrados em dois volumes, o 1º volume consta do ano de 1962 até o ano de 1986; o 2º volume não foi encontrado nas dependências do Colégio, portanto não sabemos precisar o ano do término dos registros.

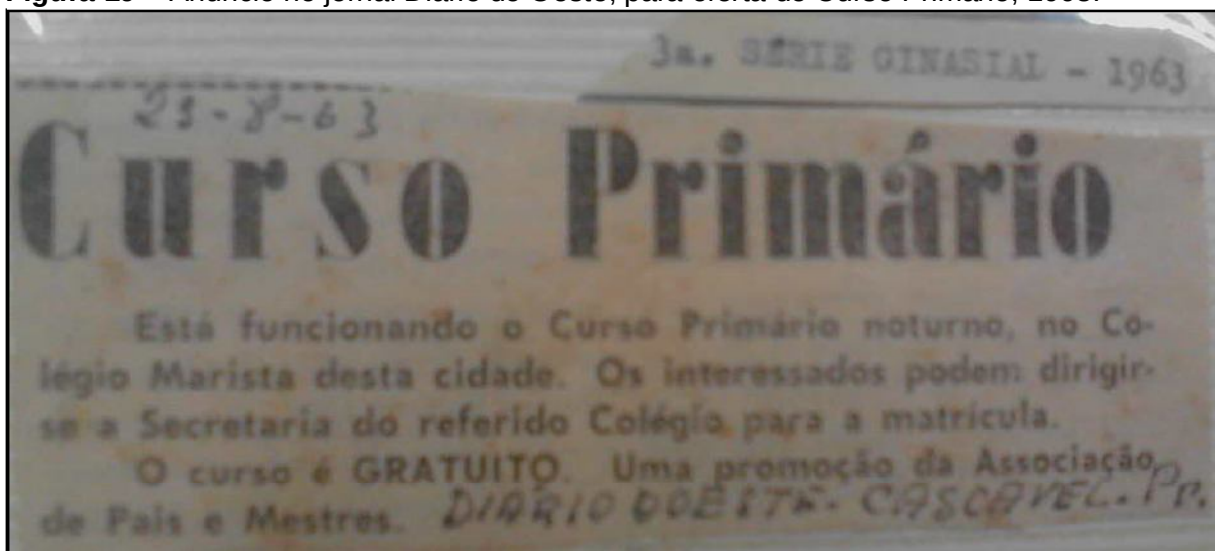
Figura 18 – Primeira turma de 4º ano Ginásial, 1963.



Fonte - Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

No final do ano de 1964, ano do golpe militar, o Governo passou a custear cinco professoras para o curso primário no Colégio Marista, o que acabou propiciando a oficialização dessa modalidade de ensino, que passou a receber o nome de Escola Primária Champagnat, a datar de 1º de março de 1965 (COLÉGIO MARISTA DE CASCAVEL, 1965). A seguir apresentamos o anúncio feito pelo Colégio para divulgação da modalidade de Ensino Primário, ainda em meados de 1963, e a imagem de uma turma de 3º ano do Ensino Primário da Instituição (1965), juntamente com a professora civil, com o Ir. Antonio Esmanhotto e com o Ir. Diretor Carlos Leone. A fotografia a seguir é do ano de 1967, ano em que a modalidade de ensino primário já estava oficializada:

Figura 19 – Anúncio no jornal Diário do Oeste, para oferta de Curso Primário, 1963.



Fonte - Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

Figura 20 – Primeira turma do Curso Primário, 1965.



Fonte - Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

O crescimento do Colégio Marista se deu de modo acelerado, correspondentemente ao crescimento da cidade de Cascavel. No ano seguinte ao de sua implantação, a instituição praticamente dobrou seu número de alunos. No início do ano letivo, a quantia era de 350 alunos matriculados, sendo que somente o

Curso Primário, recém-divulgado, já contava com um número significativo de alunos (COLÉGIO... 1963). A seguir apresentamos um quadro com o desenvolvimento do Colégio Marista nos seus primeiros oito anos de funcionamento⁹.

Quadro 10 – Desenvolvimento do Colégio Marista entre os anos de 1962 a 1970.

QUADRO DO DESENVOLVIMENTO DO COLÉGIO MARISTA (1962 A 1989).	
Número de alunos matriculados nos cursos: Primário, Ginásial e Técnico.	Ano correspondente
191	1962
350	1963
460	1964
606	1965
(≅) 606	1966
620	1967
(≅) 792	1968
840	1969
950	1970

Fonte: Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

O Colégio Marista participou dos rumos políticos, religiosos e sociais da cidade de Cascavel. O espaço social que o Colégio possuía pode ser notado nos documentos históricos encontrados no seu acervo, como a participação da banda “Marcial” nos eventos da cidade. Nos documentos da instituição, elaborado pelos Irmãos, por diversas vezes, faz-se menção às autoridades governamentais que sempre estavam presentes nas festividades político-religiosas de Cascavel e da região e, a presença dos Irmãos Maristas e dos seus discentes é sempre mencionada no sentido de que se faziam presentes para “abrilhantar” os festejos.

⁹ A partir do ano de 1973 a nova LDB 5692/71 é implantada em todas as séries. Após esse ano, novos cursos foram abertos e foi iniciada a construção do novo prédio do Colégio Marista de Cascavel, inaugurado no dia 11 de outubro de 1975. O novo prédio era mais moderno, projetado para acompanhar o crescimento da cidade; entre as novas instalações constavam o laboratório de biologia, física e química, a biblioteca, áreas esportivas e um parquinho.

Dia 27 de junho de 1964 – inauguração da Caixa d'água Municipal. O Colégio esteve presente [...]. 12 de maio de 1965 – Cascavel teve a insigne honra e receber todos os bispos do Paraná conjuntamente. Nosso Colégio com grande satisfação, cedeu suas dependências para a celebração de duas missas por dois deles. A fanfarra, apresentou-se para abrilhantar as festividades organizadas em homenagem aos Príncipes da Igreja. [...] 14 de novembro de 1965 – Dia da cidade de Cascavel. Mais uma vez, o Colégio colaborou no brilhantismo das festas promovidas pela Prefeitura. [...] 30 de agosto de 1966 – Cascavel tem a insigne honra de receber o Embaixador Pontifício, o Núncio Apostólico, Sua Excia. Revma. D. Sebastião Baggio. S. Excia. Conversou demoradamente com os Irmãos, por ter sido capelão dos Maristas em El Salvador, na América Central. A cidade vibrou de alegria e o Colégio colaborou como sempre, nas festividades (COLÉGIO MARISTA DE CASCAVEL, 1964; 1965; 1966).

Entendemos que o Colégio Marista de Cascavel surgiu para atender aos interesses de uma elite que via no método pedagógico Marista um meio solucionar a vida educacional de seus filhos. Como já existiam outras instituições de ensino na cidade, para as famílias com mais poder aquisitivo e influência social, fazia-se necessário à implantação de uma instituição de ensino que ofertasse um modelo de educação diferenciado, em um período de modernização, marcado pelo conservadorismo instituído em nível nacional pelo golpe militar de 1964. Segundo Ivo Oss Emer, “As novas condições de trabalho decorrentes da modernização [...] determinaram a sempre crescente demanda por ensino e a caracterização do ensino como um campo de disputa de espaço econômico-social” (EMER, 1991, p. 192-193).

O fato de ser uma escola destinada para a formação de uma elite local pode ser constatado nos escritos dos Irmãos sobre as anuidades que os alunos deviam pagar. No dia 24 de novembro de 1962 foi convocada uma reunião com as famílias e a Diretoria para tratar do valor das anuidades. A reunião foi realizada após um inquérito para averiguação do desempenho dos Irmãos em Cascavel. A pesquisa feita pelo Diretor Irmão Carlos Leone, em 19 de nov. 1962, foi direcionada às famílias dos alunos do Colégio. A seguir apresentamos a transcrição do documento.

Colégio Marista de Cascavel
 Louvado seja N.S. Jesus Cristo
 19 de novembro de 1962.

Tendo ouvido de uma pessoa que passou uns dias por aqui, (P^aVB) de que a população de Cascavel não está satisfeita com a atuação dos Maristas que ora dirigem o Ginásio Secundário e o Colégio Comercial desta localidade, desejamos a respeito, sondar a verdadeira opinião pública, por intermédio das famílias. As respostas devem ser dadas com a máxima sinceridade. Por isso, se alguém se sentir constrangido em dizer a verdade, permitimos não ser necessário assinar o inquérito, mas responder com toda a lealdade.

Gratos subscrevemos pela valiosa colaboração de V.S.

Irmão Carlos Leone, Diretor.

É verdade que o Sr. não está satisfeito com a atuação dos Maristas em Cascavel?

Resposta: 100% responderam, Não é verdade, pelo contrário, estamos satisfeitíssimos.

Que acha das anuidades escolares?

11 (onze) Caras ou meio caras, 9,5%

20 (vinte) Acham que são muito baratas e que se devia cobrar mais caras – 17,3%

80 (oitenta) Normais, razoáveis, etc. 68,9%

5 (cinco) em branco, sem opinião 4,3% (COLÉGIO... 1962, p. 9).

Muitos dos alunos que estudaram no Colégio estão hoje ligados ao agronegócio, à política e à administração pública não somente na cidade de Cascavel, como em outras cidades. Uma grande parte desses ex-alunos possui formação superior, religiosa e outros são proprietários de estabelecimentos comerciais na cidade. Dentre eles, podemos destacar Dom José Antônio Peruzzo, arcebispo de Curitiba. O Arcebispo cursou o Ensino Fundamental no Colégio Marista de Cascavel até quando entrou para o Seminário São José, de Cascavel, em 1974 (REVISTA MARISTA, 1992).

A imagem a seguir reproduz um dos desfiles cívicos da cidade de Cascavel.

Figura 21 – Desfile cívico do dia Independência – Década de 1960.



Fonte – Museu da Imagem e do Som, Cascavel.

Em relação aos cursos ofertados, o Colégio dispunha do curso Primário, Ginásial e Comercial, embasados na Lei 4.024/61. Entretanto, os cursos passaram por reformulações após a LDB de 1971. Apresentamos a seguir um quadro dos cursos que foram ofertados pelo Colégio nos anos subsequentes à sua implantação até a promulgação da Lei 5.692/71, quando houve ampliação da infraestrutura do Colégio e mudanças no seu currículo, por decorrência das novas características que a sociedade cascavelense foi adquirindo com as mudanças econômicas e demográficas.

Quadro 11 – Cursos ministrados pelo Colégio Marista desde sua fundação até a promulgação da LDB 5692/71.

CURSOS MINISTRADOS PELO COLÉGIO MARISTA DESDE SUA FUNDAÇÃO ATÉ A PROMULGAÇÃO DA LDB 5692/71 ¹⁰ .		
Escola Champagnat (Curso Primário)	Ginásio Marista de Cascavel (Curso Ginásial)	Colégio Comercial Marista de Cascavel (Técnico profissionalizante)
1965 a 1972 – 4ª Séries (decreto nº 20.362 de 30 de dezembro de 1965).	1962 a 1972 – 4ª Séries (Ato de alteração do nome - nº 5 de 27 de fevereiro de 1962).	1962 – 1ª e 2ª Séries.
1973 – 3ª e 4ª Séries. Após essa data todas as Séries funcionaram regularmente.	1973 – 2ª, 3ª e 4ª Séries.	1963 a 1974 – 3ª Séries.

Fonte: Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

A partir do ano de 1973, o Colégio foi ampliando cada vez mais suas instalações. No mês de junho de 1990 foi inaugurado um ginásio poliesportivo com espaços destinados para atividades extraclasse concomitantes, esportivas ou culturais. E, mais uma vez para acompanhar o crescimento da cidade, o Colégio inaugurou, em 24 de fevereiro de 2003, um novo prédio com instalações mais modernas. No evento de inauguração estiveram presentes autoridades Maristas e autoridades político-administrativas da cidade de Cascavel, como o Prefeito Edgar Bueno (01/01/09 a 31/12/12; 01/01/13 a 31/12/16), ex-aluno da instituição e o Arcebispo Dom Lúcio Ignácio Baumgaertner.

No novo projeto arquitetônico do Colégio foram acrescentados pátios com praça de convivência, lazer e cantinas, bem como, Ensino Infantil com estrutura adaptada aos conceitos atuais de infância, com salas e banheiros adequados, cozinha experimental, laboratório de informática e parque infantil. Estrutura para as atividades complementares com dois ginásios esportivos, salas de academia, danças, lutas marciais, além de três auditórios equipados com multimídia para atividades culturais e palestras. Laboratórios tecnológicos e científicos com recursos para pesquisa e aulas práticas de Física, Química, Biologia e Matemática.

¹⁰ A partir de 1973 novos cursos foram abertos. Pela Resolução nº 1583/03 - D.O.E de 16 de jul. 2003, o estabelecimento passou oficialmente a denominar-se: Colégio Marista de Cascavel – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

A biblioteca possui um acervo atualizado com instalações mais amplas e modernas, adequadas à pesquisa individual e em grupo, atividades culturais e recreativas, com o auxílio de informática. Salas climatizadas do Ensino Médio, equipadas com multimídia. Recanto para atividades religiosas, recreativas e culturais. Atualmente o Colégio conta com mais de 1500 alunos nos cursos que vão do Jardim de Infância ao terceiro ano do Ensino Médio e mais de 140 professores e funcionários (COLÉGIO MARISTA DE CASCAVEL, 2015).

Apresentamos a seguir um histórico das nomenclaturas do Colégio desde o ano de sua implantação, 1962, até a nomenclatura atual, a datar de 2003.

Quadro 12 – Histórico de nomenclaturas.

HISTÓRICO DAS NOMENCLATURAS	
ANO	NOMENCLATURA
1962	No Curso Ginásial, a denominação inicial era de Ginásio Rio Branco, conforme Ato nº 04, de 24/04/1959, do MEC, passando para Ginásio Marista de Cascavel, conforme Ato nº 05, de 27/02/1962, do MEC. No Ensino de 2º Ciclo e para o Curso Comercial Básico a denominação inicial era de Escola Técnica de Comércio Rio Branco, conforme Portaria 133, de 12/03/1957, do MEC, passando para Colégio Comercial Marista de Cascavel, conforme Ata da Transferência e da Transformação, datada de 20/01/1962.
1968	Nos Relatórios Finais, passou a ser utilizada a nomenclatura Colégio Marista de Cascavel, exceto para o Ensino de 2º Grau.
1975	Nos Relatórios Finais, para o Ensino de 2º Grau (Lei 5692/71), passou a ser utilizada a nomenclatura Colégio Marista de Cascavel.
1977	Com o advento da Lei nº 5692/71, através do Decreto nº 3526, de 21 de junho de 1977 – DOE de 23 de junho de 1977, o Governador do estado do Paraná, autorizou o funcionamento do Estabelecimento, devidamente reorganizado, com a denominação de Colégio Marista – Ensino de 1º e 2º Graus. No Reconhecimento do Ensino de 1º Grau – Resolução 1359/85 – DOE de 12 de abril de 1982 - e do Ensino de 2º Grau – Resolução 1359/85 – DOE de 12 de abril de 1985 – manteve-se a nomenclatura.
1984	Após a publicação da Resolução nº 5201, de

	03 de julho de 1984 – DOE de 18 de julho de 1984 e, em decorrência da implantação do Ensino Pré-Escolar, o Colégio passou a denominar-se Colégio Marista – Ensino Pré-Escolar e de 1º e 2º Graus.
1998	Considerando a nova LDB nº 9394/96, a Deliberação nº 003/98 e a Resolução nº 3120/98, da SEED de 31 de agosto de 1998, os Colégios foram adequados de: Ensino Pré-Escolar e de 1º e 2º Graus para: Educação Infantil e Ensino Fundamental e Médio. Manteve-se a nomenclatura de Colégio Marista – Educação Infantil e Ensino Fundamental e Médio.
2003	A partir da Resolução nº 1585/03 – DOE de 16 de julho de 2003 a denominação do Estabelecimento passou a ser Colégio Marista de Cascavel – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

Fonte: Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

Ao se dispor a educar para o trabalho e para a cidadania, a educação Marista, em se tratando do caso brasileiro, propõe uma pedagogia fundada na ética cristã, porém, por estar inserida num contexto político/econômico cuja matriz é capitalista, a pedagogia marista acaba por receber certa influência desse sistema. Segundo Carlos Roberto Jamil Cury, ao defender a escola confessional, a Igreja Católica, defende também um modelo de educação privado, diretamente relacionado a uma perspectiva capitalista. Este posicionamento pode ser notado nos debates ideológicos que resultaram na promulgação da Lei nº 4.024/61, que, beneficiou diretamente as instituições educacionais da rede privada de ensino, por meio subvenções (CURY, 1988).

Nesse período, a Igreja Católica buscou estratégias não apenas religiosas, mas também políticas para dialogar com os interesses do Estado na tentativa de alinhar as escolas confessionais católicas ao projeto de governo de “recatolização” do país e de restauração do sentimento católico nacional. Para tal, o investimento em educação foi uma das formas de a Igreja ser mais atuante na sociedade.

4.3 ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA MARISTA

Os Maristas possuem várias frentes de atuação, porém, o carisma¹¹ dessa Congregação é a educação. Suas instituições desenvolvem suas atividades calcadas nos pressupostos desse carisma. Destacam-se as seguintes atuações: Pastoral da Juventude, formação, escolas, coordenação, direção de escola, aulas de ensino religioso, trabalho numa obra social.

A organização da pedagogia Marista, quando da origem do Instituto, deu-se no ano de 1853, após a publicação do *Guide des Écoles* (Guia das Escolas). Na obra estão contidos os fundamentos pedagógicos, estruturais, organizacionais e funcionais das escolas Maristas de todo o mundo, conforme as propostas de Marcelino Champagnat, seu fundador.

A formação de um Irmão acontece por etapas que contempla desde o Juvenato, período de três anos; Pré-Postulado, dois anos; Postulado, onde pode atuar em atividades pastorais na paróquia; Noviciado, período em passa a ser chamado de Irmão; e, Escolasticado, que tem normalmente duração de seis anos. Após os anos destinados à formação e preparação, os Irmãos ficam prontos para atuar em quatro grandes áreas: a Formação, a Educação, a Assistência Social e as Missões. Ao escolher a área de atuação, o Irmão Marista entra em contato com o Provincial, que considera as necessidades da Província e as habilidades pessoais do Irmão para a atuação na comunidade.

A proposta educativa Marista sempre teve como eixo central a pedagogia da presença, cujo resultado é, para os Maristas, uma educação integral. Fazem parte do método de ensino de Marcelino Champagnat, a pedagogia da simplicidade, da disciplina, de vida em família, de trabalho e de constância, a pedagogia da prática, da adaptação e da competitividade. A Pedagogia Marista tem como objetivos:

¹¹ Na tradição Católica Romana, o termo carisma está associado a missão desenvolvida pelas Congregações Religiosas, deste modo, cada Congregação tem um ou mais carismas, isto implica a área de atuação daquela determinada Congregação. No caso dos Maristas, o carisma é, desde a fundação do Instituto, a educação.

– Dar prioridade à formação religiosa; – Infundir profundo sentido de Deus. Deus é amor; – Formar nos alunos valores cristãos; – Respeitar as opções pessoais dos alunos; – Formar integralmente a pessoa do aluno, transmitindo-lhe responsabilidade e dando-lhe condições para que defenda a fé cristã; – Preparar o homem integral para a vida, o homem como um todo-razão e coração; – Educar o aluno para amar, compreender e compartilhar, para a verdade, para a justiça. “A educação é como uma obra-prima da sociedade e é capaz de produzi-la. Exige o concurso integral de todos os fatores e de todas as potencialidades humanas, a colaboração, a eficácia e todos os meios.” – Desenvolver todos os valores humanos, a partir de um senso crítico sério. Valores sociais, culturais, os de afirmação da pessoa e os transcendentais; – Formar homens para uma vida cristã e que transmita às famílias que formarão; – Transmitir o sentido de Deus e o sentido do homem, respeitando a liberdade a partir do testemunho de sua própria vida; – Preparar o aluno para enfrentar um mundo tecnicista e científico onde se tem dificuldade para manifestar a palavra de Deus, sendo sempre exemplo vivo (PUJOL; BARRIO; LLANSANA, 1985, p. 82-83).

Segundo os ditames da educação integral Marista, a mais plena realização do homem está em Cristo, e formar o homem integralmente é formá-lo por meio da fé cristã. “Educar uma criança é instruí-la nas verdades da religião, formá-la na virtude, isto é nos bons costumes e ensinar-lhe o amor a Deus. E esta função é mais sublime, mais elevada do que governar o mundo” (FURET, 1856, p. 328). O papel de educar, desde a origem do Instituto estava amparado nas diretrizes de Marcelino Champagnat.

Pela sua especial consagração, pela peculiar experiência dos dons do Espírito, pela escuta assídua da Palavra e o exercício do discernimento, pelo rico patrimônio de tradições educativas acumuladas ao longo da história pelo próprio Instituto, pelo conhecimento profundo da verdade espiritual, as pessoas consagradas são capazes de desenvolver uma ação educativa particularmente eficaz, oferecendo uma contribuição específica para as iniciativas dos outros educadores e educadoras. Dotadas deste carisma, elas podem dar vida a ambientes educativos permeados pelo espírito evangélico de liberdade e de caridade, onde os jovens sejam ajudados a crescer em humanidade, sob a guia do Espírito. Deste modo, a comunidade educativa torna-se experiência de comunhão e lugar de graça, onde o projeto pedagógico contribui para unir, numa síntese harmoniosa, o divino e o humano, o Evangelho e a cultura, a fé e a vida (VITA CONSECRATA, 1996, p.60).

O objetivo do educador é orientar seu educando por meio da disciplina, da dedicação e da observação constante (FURET, 2000). É nisto que consiste o Carisma Marista: Educar evangelizando e evangelizar educando. Ao considerar o

fato de que, tanto a Igreja quanto a educação carregam em si interesses próprios do sistema capitalista, educar e evangelizar pode significar um ato de doutrinação de indivíduos que venham corroborar para com a manutenção da burguesia e do antagonismo social.

O Carisma Marista representa, no conjunto de suas características, seu estilo educacional confessional e Marial, pois para os Irmãos, Maria é o centro da Família Marista, segundo Champagnat: “Ela é a primeira Superiora do Instituto”. O quadro a seguir sintetiza as características do Carisma Marista.

Quadro 13 - Carisma Marista.

CARISMA MARISTA	
ESPIRITUALIDADE SER	MISSÃO AGIR
Simplicidade, humildade e modéstia.	Tornar Jesus Cristo conhecido e amado.
Espírito de família.	Formar bons cristãos e virtuosos cidadãos.
Amor ao trabalho; do jeito de Maria.	Propagar a devoção a Maria.

Fonte: Instituto dos Irmãos Maristas.

Os pilares organizacionais da proposta Marista de Educação tiveram como ponto de partida as intuições, reflexões e práticas de Marcelino Champagnat e dos primeiros Irmãos, cujo pensamento basilar é ancorado na humildade, modéstia, espírito de família, amor ao trabalho, do jeito de Maria, como apresentado no quadro 13.

4.3.1 Corpo docente/administrativo do Colégio Marista de Cascavel (1962 a 1973).

Ao analisar a história de qualquer instituição educativa, não é possível fazê-la sem atentar para os professores que nela atuaram, não sendo pertinente abdicar da composição do seu corpo docente. A atuação dos professores na instituição, sua formação acadêmica e suas trajetórias são importantes no processo de reconstituição histórica de uma determinada escola. Considerar aqueles que atuaram na escola é um eficiente mecanismo no processo para definir o sentido social da escola (NOSELLA; BUFFA, 2009), uma vez que reconstituir a história de

uma instituição educativa por meio da memória e do papel desenvolvido pelos seus atores, auxilia na compreensão do movimento da história de assimilação e transformação, em contextos histórico-sociais específicos. Nesse sentido “[...] é essencial tanto indagar a origem social e o destino profissional dos atores de uma instituição escolar para definir seu sentido social, quanto analisar os currículos utilizados para compreender seus objetivos sociais” (NOSELA; BUFFA, 2005, p. 365).

Com efeito, torna-se indispensável na análise do Colégio Marista de Cascavel, apresentar os professores e Irmãos que iniciaram as atividades na Instituição com um Projeto Político Pedagógico Pastoral. Os primeiros Irmãos e professores civis tiveram um papel essencial para a história do Colégio Marista de Cascavel.

Na documentação pesquisada, o Colégio Marista de Cascavel começou suas atividades tendo como corpo docente os Irmãos e professores civis: Irmão Antonio Esmanhotto; Irmão Hermenegildo Alzola; Irmão Norberto José; professor Arlindo Bruscatto e professor Antonio Reis¹², como retrata a imagem a seguir.

¹² Na análise da documentação não foram encontrados dados suficientes sobre a biografia e a trajetória acadêmica desses Irmãos e professores civis.

Figura 22 – Primeiros Irmãos e professores civis do Colégio Marista de Cascavel (da esquerda para a direita) Irmão Antonio Esmanhotto; Irmão Hermenegildo Alzola; professor Arlindo Bruscatto; professor Antonio Reis e Irmão Norberto José.



Fonte - Acervo do Colégio Marista de Cascavel, 1962.

Desde a implantação do Colégio na cidade, muitos diretores assumiram a responsabilidade de dirigir a Instituição, com a missão de educar os jovens pela formação moral e espiritual. Destacamos os Irmãos diretores que atuaram da implantação até meados do ano de 1973: Irmão Carlos Leone (1962 a 1966); Irmão Amadeos Boscardim (1967 a 1969); Irmão Dionisio Caresia (1970 a 1975).

Um extenso trabalho educativo-catequético pode ser notado por parte dos Irmãos e dos professores do Colégio Marista; diversas atividades extrapolavam o âmbito do Colégio atingindo a vida social e familiar das crianças. As ações sempre eram organizadas com o objetivo de produzir sujeitos comprometidos com os valores católicos e com forte sentido religioso; buscavam despertar um sentimento patriótico nos alunos, a fim de garantir a construção de cidadãos fiéis, não só a Deus, mas à Pátria. Conforme consta do Projeto Educativo da União Marista do Brasil:

Se fosse apenas para ensinar as ciências humanas aos jovens, não haveria necessidade de irmãos: bastariam os demais professores. Se pretendêssemos ministrar apenas a instrução religiosa, limitar-nos-íamos a ser simples catequistas. O nosso objetivo, contudo, é mais abrangente. **Queremos educar as crianças, isto é, instruí-las sobre os seus deveres, ensinar-lhes o espírito e os sentimentos do cristianismo, os hábitos religiosos, as virtudes do cristão e do bom cidadão.** Para tanto, é preciso que sejamos educadores, vivamos no meio das crianças e que elas permaneçam muito tempo conosco 'Marcelino Champagnat' (PROJETO EDUCATIVO DA UNIÃO MARISTA DO BRASIL, 2010, p. 3, **grifo nosso**).

Outro modo de mostrar os trabalhos feitos pelo Colégio à comunidade e, envolver os familiares dos alunos, era a celebração da missa. Ao final da programação de determinadas datas comemorativas, geralmente as de cunho religioso, e no final de cada ano letivo era celebrada uma missa, pelo vigário local.

De tal modo, essas atividades demonstravam o interesse do Colégio em mostrar socialmente sua pedagogia "diferenciada". Tratava-se de mais um dos momentos de promoção da escola que destacava suas características peculiares e que ela fazia questão de marcar.

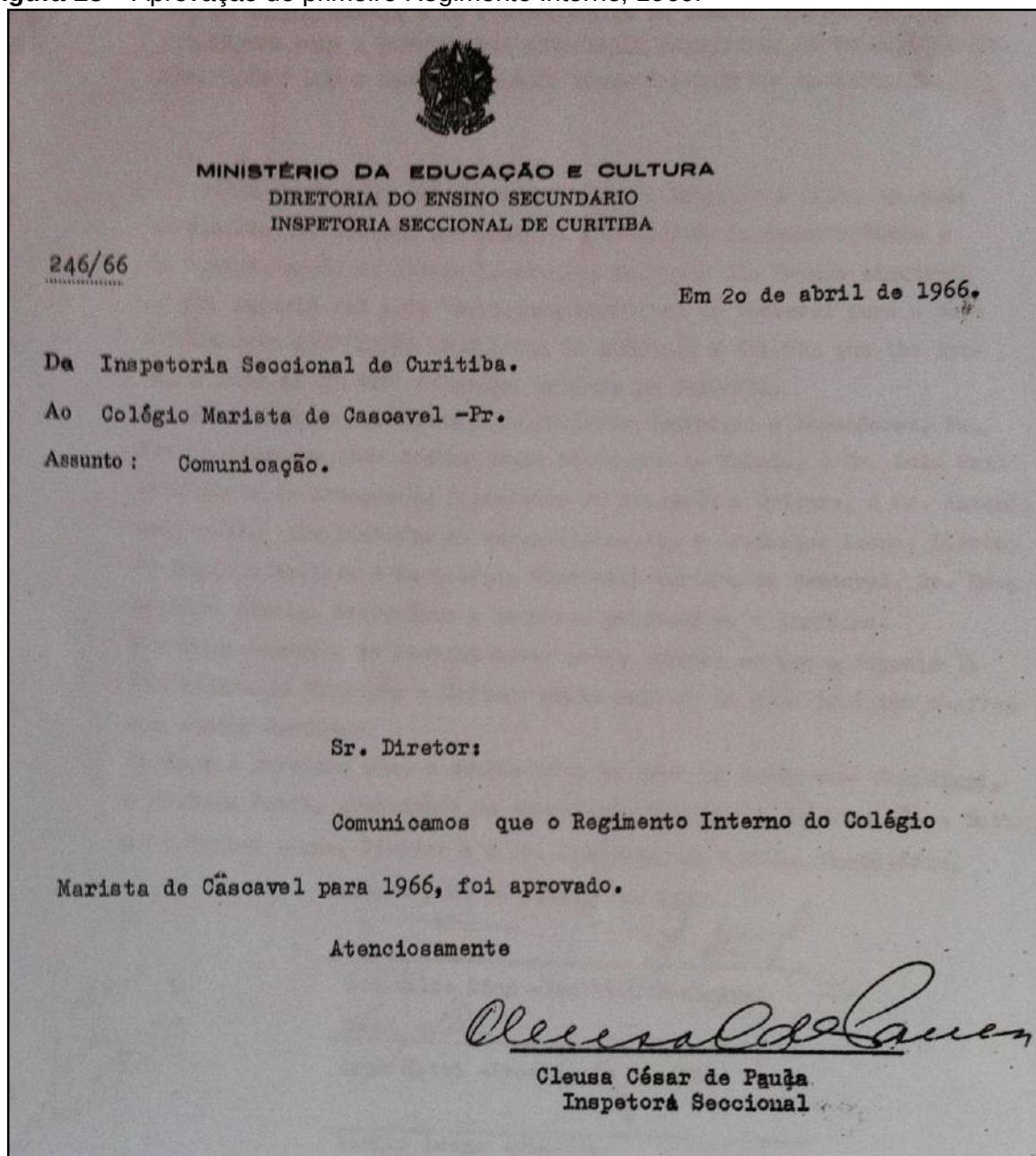
4.3.2 Regimento Interno (1962)

O Regimento se constitui num conjunto de regras que são estabelecidas para regulamentar o funcionamento de uma Instituição Educativa. Nele está caracterizada a organização pedagógico-administrativa da escola, como as funções e atribuições de cada um dos seus segmentos e setores.

Neste tópico apresentamos uma análise do primeiro Regimento Interno do Colégio Marista de Cascavel, uma vez que a forma de atuação da instituição estava ancorada nesse documento, embora tenha entrado em vigência dois anos após a implantação do Colégio, seus pressupostos ideológicos permaneceram condizentes aos de sua gênese.

O primeiro Regimento Interno entrou em vigência em 14 de agosto de 1964, embora sua aprovação no Ministério da Educação e Cultura tenha ocorrido em 20 de abril de 1966, como consta do documento que segue.

Figura 23 – Aprovação do primeiro Regimento Interno, 1966.

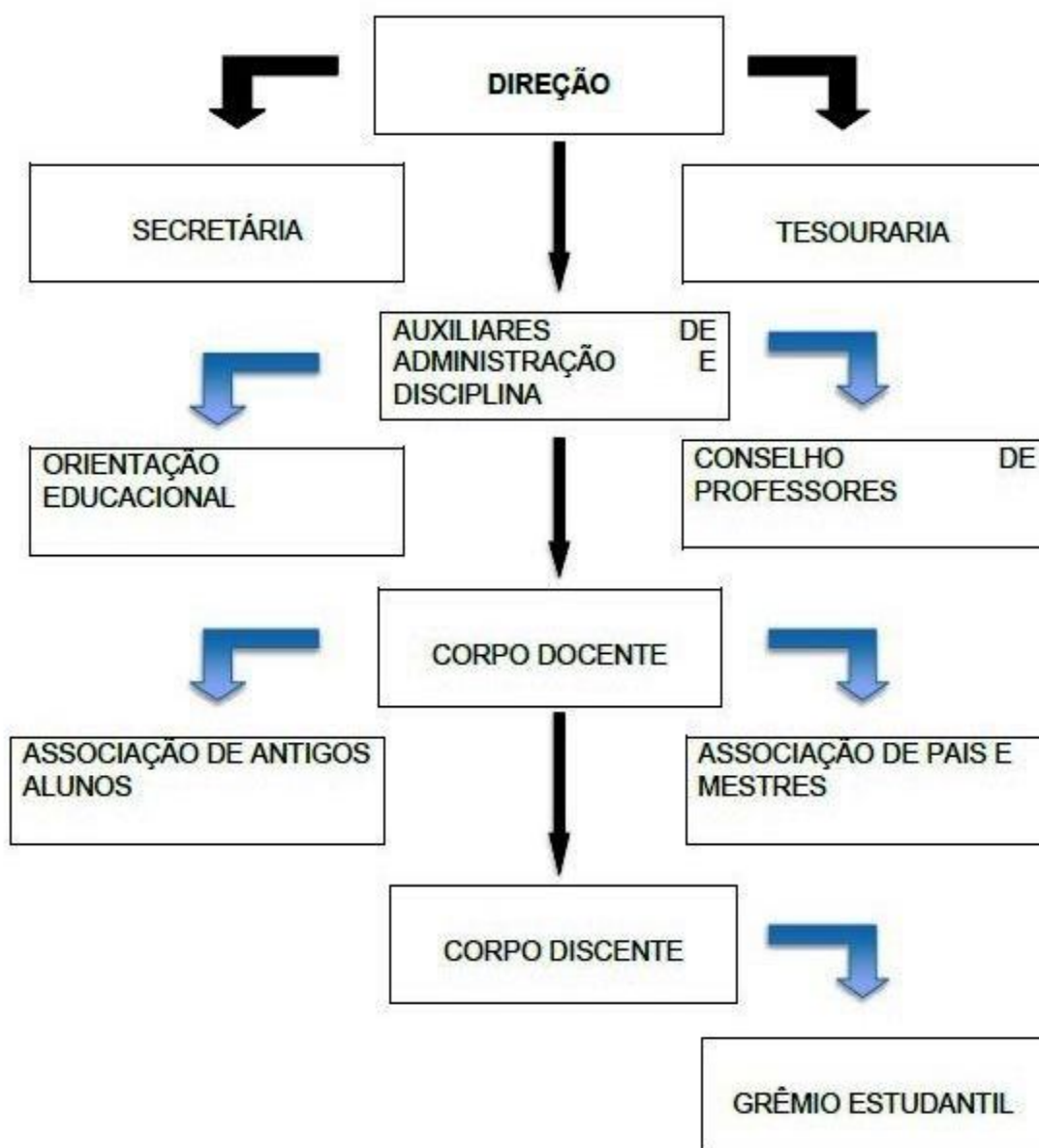


Fonte - Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

O Regimento estabeleceu normas relativas à organização do estabelecimento de ensino para a oferta do Ensino Primário, Secundário e Técnico, em conformidade com a LDB nº 4024/61, com o ensino de disciplinas obrigatórias, complementares, optativas e práticas. O documento apresenta, em sua estrutura, tópicos relacionados à finalidade, organização administrativa, organização didática, ao registro da população estudantil, ao regime escolar, ao regime disciplinar e disposições gerais e transitórias da instituição.

A seguir apresentamos um organograma elaborado a partir das informações contidas no Regimento de 1964.

Organograma do Colégio Marista de Cascavel, conforme Regimento de 1964.



Conforme consta do Regimento, o Diretor era indicado pela Associação Brasileira de Educação e Cultura (ABEC), e cabia a ele a administração geral do Colégio, devendo presidir as atividades escolares, o trabalho dos professores e alunos, a orientação educativa e as relações da comunidade escolar com a

sociedade (REGIMENTO INTERNO DO COLÉGIO MARISTA DE CASCAVEL, 1964). A imagem a seguir destaca os primeiros Irmãos Diretores do Colégio Marista de Cascavel.

Figura 24 – Primeiros Irmãos Diretores do Colégio Marista de Cascavel.



Fonte - Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

À secretaria cabia a função de cuidar e organizar os documentos, arquivo, fichário e correspondências, zelando pela sua ordem e conservação de modo a poder atender prontamente a qualquer pedido de esclarecimento do Diretor ou interessado (REGIMENTO..., 1964). Tanto o secretário quanto o tesoureiro da instituição possuíam cargos de nomeação designados pelo diretor do Colégio e deviam possuir formação na área.

O Regimento previa a contratação de auxiliares de disciplina e administração, cuja função estava relacionada ao cumprimento das determinações do diretor, do secretário e do tesoureiro do Colégio quando subordinados a estes. A essa função competia todas as questões relacionadas ao cuidado dos alunos e à disciplina destes, levando ao conhecimento do diretor os casos de infração. Também competia a eles, auxiliar na realização das solenidades e festas escolares e, “[...] atender aos professores em aula, nas solicitações de material escolar e sobre os fatos disciplinares ou de assistência ao aluno” (REGIMENTO..., 1964).

Entre outras especificidades do Regimento Interno, encontra-se a seção destinada à Associação de Antigos Alunos¹³. O Instituto Marista sempre procurou difundir sua filosofia por meio dos sujeitos que já passaram por ele. O artigo concernente a Associação esclarece que a Instituição considera como Antigo Aluno aquele que frequentou a Instituição Marista de Ensino, manteve-se fiel aos princípios recebidos, divulga tais princípios com espírito de fraternidade cristã, professa afeto e gratidão aos Irmãos Maristas e se sente solidário com a obra educativa marista e com quantos se tenham nela formado (REGIMENTO..., 1964).

4.3.3 Currículo escolar

O currículo pode ser entendido como a vivência de experiências sistematicamente organizadas e planejadas com o objetivo de atingir o ensino e a aprendizagem de elementos culturais, selecionados e institucionalmente considerados relevantes para que os alunos atinjam o nível de formação previsto. O currículo constitui-se numa prática social complexa, construída historicamente, a partir de relações sociais, políticas e econômicas; por isso, não se restringe apenas às questões internas das instituições educativas, mas sua configuração recebe influência do contexto geral da sociedade.

Na análise de um currículo escolar pode-se identificar influências de ordem política, social, econômica e cultural; um sistema social integral que funciona e se desenvolve segundo leis específicas, na base de um respectivo modo de produção que compreende um processo histórico de um determinado tipo de sociedade historicamente construída (BITTAR; FERREIRA Jr, 2009). Nesse sentido, o currículo não se restringe apenas às questões internas das instituições educativas, mas sua configuração recebe influência do contexto geral.

¹³ Atualmente a Colégio Marista de Cascavel continua a perpetuar a prática de envolver os antigos alunos, além dos pais que já passaram pela Instituição e permanecerem envolvidos ao matricularem seus filhos, outros se envolvem participando de projetos e divulgando o Colégio. A Instituição procura sempre resgatar sua história buscando envolver aqueles que fizeram parte dela. O Colégio possui um link ([ex-alunos](http://www.colegiosmaristas.com.br/)) que serve para que os todos os alunos que já estudaram no Colégio possam reencontrar seus amigos. Ver: <<http://www.colegiosmaristas.com.br/>>.

O currículo escolar é composto por todas as experiências e atividades que o educando executa, supervisionado pela orientação da escola, com objetivo de alcançar o ensino-aprendizagem. Constitui um processo escolar em que são considerados todos os fatores relacionados à aprendizagem como: objetivos, conteúdos, experiências, atividades, estratégias, técnicas, cultura ambiental, sociedade, valores etc. (LIMA, 2011, p. 134).

O currículo é um instrumento de ação política; é uma ação coletiva que se fundamenta numa concepção de mundo, de homem e de educação; deve ser concebido como um artefato cultural e histórico, pensado e repensado ao longo da história, a partir de conflituosas relações de poder. Logo, ele é muito mais que um rol de disciplinas e conteúdos, é uma questão político-cultural pelo fato de carregar intenções e ideologias que conduzem atitudes frente às relações sociais.

Todo currículo reflete os valores que uma determinada sociedade deseja inculcar no homem que ela pretende formar. Assim, ele atende aos interesses dos grupos sociais que detêm o poder de definir aquilo que a escola pretende e o que vai ensinar e fazer (ANDRADE, 2011). Ele é o canal pelo qual a macroestrutura social penetra na microestrutura escolar; é a corporificação dos interesses sociais e da luta cultural que se processa na sociedade (CASTANHO, 1995).

O currículo pensado e proposto pela educação Marista reforça o aprender a ser, a tornar-se um humano cristão e um cidadão que contribua para com o “progresso urbano” (PROJETO EDUCATIVO DO BRASIL MARISTA, 2010).

Com base nesses princípios, o Colégio Marista de Cascavel iniciou suas atividades escolares com as seguintes disciplinas:

Quadro 14 - Disciplinas do Colégio Marista de Cascavel- Escola Champagnat (1962).

A) CURRÍCULO DO CURSO PRIMÁRIO (Escola Champagnat).					
DISCIPLINAS:	Séries:				
	1ª.	2ª.	3ª.	4ª.	5ª.
Linguagem ou Português	5h	5h	5h	5h	5h
Caligrafia	3	3	3	-	-
Aritmética	5	5	5	5	5
Geometria e Desenho	2	2	2	2	2
Conhecimentos Naturais e Higiene	3	3	2	2	2
História e Geografia	2	2	3	-	-
História da Pátria	-	-	-	3	3
Geografia	-	-	-	3	3

Conhecimentos Sociais e Religiosos	2	2	2	2	2
Educação Física	2	2	2	2	2

Fonte: Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

Conforme consta do currículo, o curso ginásial do Colégio Marista de Cascavel tinha o ensino de disciplinas obrigatórias, optativas, facultativas e práticas educativas. Eram consideradas disciplinas obrigatórias: Português, História, Geografia, Matemática e Ciências Físicas e Biológicas. As disciplinas optativas: francês e inglês. As disciplinas facultativas: desenho, canto e trabalhos manuais. As práticas educativas: Formação Social e Religiosa, Educação Física, Formação Artística e Doméstica, Técnica Agrícola e Industrial. Como disciplinas complementares: Organização Social e Política, Desenho. Uma especificidade importante é que o curso ginásial diurno dividia-se em salas para meninos e salas para meninas com práticas educativas distintas conforme o gênero. Logo, o curso noturno possuía apenas uma prática educativa comum que era a Formação Social e Religiosa e, não havia divisão de gêneros (REGIMENTO..., 1962).

Quadro 15 - Disciplinas do Colégio Marista de Cascavel (1962).

B^a) CURRÍCULO DO CURSO GINÁSIAL (DIURNO).								
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS:	1^a. Série		2^a. Série		3^a. Série		4^a. Série	
	<i>Mas</i> C.	<i>Fem</i> .	<i>Mas</i> C.	<i>Fem</i> .	<i>Mas</i> C.	<i>Fem</i> .	<i>Mas</i> C.	<i>Fem</i> .
Português	5h	5h	5h	5h	5h	5h	5h	5h
História	2	2	2	2	2	2	2	2
Geografia	2	2	2	2	3	3	-	-
Matemática	5	5	5	5	5	5	5	5
Ciências Físicas e Biológicas	3	3	3	3	-	-	3	3
DISCIPLINAS COMPLEMENTARES:								
Organização Social e Política	-	-	-	-	1	1	1	1
Desenho	-	-	-	-	2	2	2	2
DISCIPLINAS OPTATIVAS:								
Francês	3	3	3	3	-	-	-	-
Inglês	-	-	-	-	3	3	3	3

PRÁTICAS EDUCATIVAS:								
Formação Social e Religiosa	2	2	2	2	2	2	2	2
Educação Física	1	1	1	1	1	1	1	1
Formação Artística e Doméstica	-	1	-	1	-	-	-	-
Técnica Agrícola e Industrial	1	-	1	-	-	-	-	-

Fonte: Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

Quadro 16 - Disciplinas do Colégio Marista de Cascavel (1962).

B^b) CURRÍCULO DO CURSO GINASIAL (NOTURNO).				
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS:	1ª. Série	2ª. Série	3ª. Série	4ª. Série
Português	4h	4h	4h	4h
História	2	2	2	2
Geografia	2	2	3	-
Matemática	4	4	4	4
Ciências Físicas e Biológicas	3	3	-	3
DISCIPLINAS COMPLEMENTARES:				
Organização Social e Política	-	-	1	1
Desenho	-	-	2	2
DISCIPLINAS OPTATIVAS:				
Francês	3	3	-	-
Inglês	-	-	3	3
PRÁTICAS EDUCATIVAS:				
Formação Social e Religiosa	2	2	2	2

Fonte: Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

O primeiro currículo do Ensino Ginásial do Colégio foi aplicado conforme a Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024 de 1961. A Lei possuía dois capítulos destinados a esta etapa posterior ao ensino primário e denominada de educação de grau médio.

Art. 33. A educação de grau médio, em prosseguimento à ministrada na escola primária, destina-se à formação do adolescente.

Art. 34. O ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginasial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário.

Art. 35. Em cada ciclo haverá disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas.

§ 1º Ao Conselho Federal de Educação compete indicar, para todos os sistemas de ensino médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino.

§ 2º O Conselho Federal e os conselhos estaduais, ao relacionarem as disciplinas obrigatórias, na forma do parágrafo anterior, definirão a amplitude e o desenvolvimento dos seus programas em cada ciclo.

§ 3º O currículo das duas primeiras séries do 1º ciclo será comum a todos os cursos de ensino médio no que se refere às matérias obrigatórias.

Art. 36. O ingresso na primeira série do 1º ciclo dos cursos de ensino médio depende de aprovação em exame de admissão, em que fique demonstrada satisfatória educação primária, desde que o educando tenha onze anos completos ou venha a alcançar essa idade no decorrer do ano letivo.

Art. 37. Para matrícula na 1ª série do ciclo colegial será exigida conclusão do ciclo ginasial ou equivalente (BRASIL, LEI 4024/61).

A Lei 4.024/61 estruturou o ensino em etapas: ensino primário de pelo menos quatro anos; ensino ginasial de quatro anos, com as subdivisões de secundário, comercial, industrial, agrícola e normal; e o ensino superior. O ensino secundário era dividido em duas etapas: ciclo ginasial, com duração de quatro anos; ciclo colegial, com duração de três anos. Como consta do fragmento a seguir:

Art. 44. O ensino secundário admite variedade de currículos, segundo as matérias optativas que forem preferidas pelos estabelecimentos.

§ 1º O ciclo ginasial terá a duração de quatro séries anuais e o colegial, de três no mínimo.

§ 2º Entre as disciplinas e práticas educativas de caráter optativo no 1º e 2º ciclos, será incluída uma vocacional, dentro das necessidades e possibilidades locais.

Art. 45. No ciclo ginasial serão ministradas nove disciplinas.

Parágrafo único. Além das práticas educativas, não poderão ser ministradas menos de 5 nem mais de 7 disciplinas em cada série, das quais uma ou duas devem ser optativas e de livre escolha do estabelecimento para cada curso.

Art. 46. Nas duas primeiras séries do ciclo colegial, além das práticas educativas, serão ensinadas oito disciplinas, das quais uma ou duas optativas, de livre escolha pelo estabelecimento, sendo no mínimo cinco e no máximo sete em cada série.

§ 1º A terceira série do ciclo colegial será organizada com currículo aspectos linguísticos, históricos e literários.

§ 2º A terceira série do ciclo colegial será organizada com currículo diversificado, que vise ao preparo dos alunos para os cursos superiores e compreenderá, no mínimo quatro e, no máximo seis disciplinas, podendo ser ministrada em colégios universitários (BRASIL, LEI 4024/61).

A estrutura curricular do Curso Colegial de Contabilidade Comercial do Colégio Marista de Cascavel tinha a finalidade de formar para o mercado de trabalho local, em vias de expansão e, para isso, as disciplinas prioritárias eram as de cunho específico na área, não deixando de dar importância às disciplinas do “núcleo duro” e a formação social e religiosa.

Quadro 17 - Disciplinas do Colégio Marista de Cascavel (1962).

C) ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO COLEGIAL DE CONTABILIDADE COMERCIAL (NOTURNO).			
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS:	1ª. Série	2ª. Série	3ª. Série
Português	3h	3h	3h
Matemática	2	2	-
História	2	-	-
Ciências Físicas e Biológicas	2	-	-
Geografia	-	-	2
Inglês	2	2	-
DISCIPLINAS ESPECÍFICAS DO ENSINO TÉCNICO:			

Elementos da Economia	3	-	-
Contabilidade Geral e Aplicada	4	-	-
Organização e Técnica Comercial	-	3	-
Estatística	-	3	-
Técnica Mecanográfica e Processos Mecânicos de Contabilidade	-	-	2
Contabilidade Bancária	-	3	-
Técnica Orçamentária e Contabilidade Pública	-	-	3
Contabilidade Industrial e Agrícola	-	-	3
Legislação Aplicada	-	-	2
PRÁTICAS EDUCATIVAS:			
Formação Social e Religiosa	2	2	2

Fonte: Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

Além do que foi exposto nos quadros referentes ao currículo, desde a implantação do Colégio em Cascavel, a instituição buscou, mediante as práticas educativas, desenvolver uma educação que especializava para o trabalho com a intenção de tornar a economia local mais sólida. Também, procurou, por meio do currículo, formar o bom cristão e o virtuoso cidadão; indivíduos que seriam atuantes naquela sociedade.

4.3.4 Prédio e espaço escolar

A análise de uma instituição educativa deve contemplar o estudo dos monumentos, prédios, considerados documentos, pois existem neles relações de poder e relações de caráter educativo. Devem ser considerados documentos no processo de reconstituição histórica de uma escola. Segundo Ester Buffa, “[...] pode-se compreender a instituição escolar pela ótica da construção de seu espaço” (BUFFA, 2007, p. 156).

O prédio escolar é a primeira imagem que vem à mente quando se fala em escola; como transmissão silenciosa, a arquitetura veicula os símbolos de cada

momento histórico (ALMEIDA; ROCHA, p. 2009). A instituição educativa ocupa um espaço e, nele, podem estar guardadas muitas informações relevantes sobre a instituição que se pesquisa. Justino Pereira de Magalhães destaca que para a construção do prédio escolar, tanto de instituições educativas que resultaram de projetos arquitetônicos de origem quanto àquelas instaladas em prédios adaptados, não podem deixar de ser considerados aspectos como localização, projeção e plano arquitetônico, processo de licenciamento, enquadramento paisagístico e urbanístico e tipo de construção, organização dos espaços, estado de conservação, adaptações arquitetônicas e espaciais, pois, a implantação do edifício na paisagem física e humana, os acessos e formas de isolamento e de relação refletem, condicionam ou estimulam a relação com a comunidade envolvente (MAGALHÃES, 2004).

O Colégio Marista de Cascavel, já em seu primeiro prédio, adaptado, possuía uma estrutura arquitetônica condizente com os padrões estimados pela sociedade da época. Embora feito em madeira, possuía um amplo espaço de lazer e salas com várias janelas e boa iluminação. As imagens a seguir retratam momentos de integração e lazer entre os alunos e o espaço que podiam desfrutar.

Figura 25 – Momentos lazer e integração dos alunos jogando vôlei e na cantina do Colégio Marista de Cascavel, 1962.



Fonte - Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

Seu novo prédio, já em alvenaria, inaugurado em 1974, era considerado uma das maiores construções da cidade, com laboratórios de Biologia, Química e Física, biblioteca, parque infantil e área esportiva. Em 1990, foi construído um amplo ginásio poliesportivo, para abrigar também salas para atividades culturais e aulas de educação artística (COLÉGIO MARISTA DE CASCAVEL, 2013).

As modificações pelas quais o prédio escolar passou, estiveram relacionadas ao avanço da cidade de Cascavel e suas ampliações eram necessárias para acolher as novas demandas e manter seu padrão de instituição elitizada e atraente.

Outro aspecto relevante a considerar é a localização geográfica do prédio do Colégio Marista de Cascavel. O Colégio localiza-se no centro da cidade e acompanhou o seu crescimento. Desde a caracterização e a utilização do espaço físico, sua implantação no terreno, seu entorno, os elementos arquitetônicos modificadores do prédio nos diversos períodos, o acabamento da arquitetura, o espaço do poder (diretoria, secretaria, sala dos professores), a organização do uso do tempo, a seleção de conteúdos escolares, a origem social da clientela escolar e seu destino provável na sociedade, os professores, a legislação, as normas e a administração da escola, tudo foi projetado para alcançar o objetivo proposto pelo Colégio à sociedade local e regional. As categorias propostas nos permitiram traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seu papel social e seus significados.

4.3.5 A Banda Marcial e a prática esportiva

A música e a prática esportiva sempre foram uma constante nos Colégios Maristas e um meio de os Irmãos e a comunidade Marista fazerem-se notável perante a sociedade. A fanfarra era uma forma de o Colégio se fazer representar nas festas e eventos públicos da cidade. Os pais dos alunos não mediam esforços para que seus filhos participassem da banda, pois pensavam ser aquele, um momento de “distinção social”.

As instituições educacionais, nesse período, comumente incentivavam a criação de fanfarras como um meio de divulgação da escola e para desenvolver habilidades cognitivas nos alunos e questões relacionadas à disciplina.

A Banda Marcial, do Colégio Marista de Cascavel, teve início no mesmo ano da fundação do Colégio, em 1962 (inicialmente como “fanfarra”), com a chegada do primeiro Irmão Diretor, Ir. Carlos Leone que era um apreciador de fanfarras. A primeira apresentação deu-se no desfile de sete (7) de setembro daquele mesmo ano, marcando, após essa data, sua presença em todos os eventos da cidade (COLÉGIO..., 1962).

Após o ano de 1973, a fanfarra transformou-se em banda com a chegada do Ir. Mário Moser e ganhou maiores proporções. Apresentou-se em diversos eventos

importantes, participou de concursos e recebeu premiações. A Banda Marcial existiu até o ano de 1982 e representou a marca que distinguiu o Colégio Marista.

A seguir foto da Fanfarra Marista em um dos desfiles cívicos de 7 de setembro.

Figura 26 – Desfile da Banda Marcial no dia Independência – Década de 1960.



Fonte - Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

Outro aspecto a ser destacado na proposta educacional marista é a prática de esportes. A ginástica, o vôlei, o basquete, o handebol e muitos outros esportes, sempre fizeram parte da rotina do Colégio Marista de Cascavel.

Coerentes com o nosso ideal de proporcionar uma educação verdadeiramente integral incluímos nas experiências de aprendizagem dos nossos educandos, a educação física, da saúde e do meio ambiente. Estimulamos as atividades esportivas como meio para desenvolver as suas habilidades físicas e a sua coordenação motora, a formação, a formação da personalidade, o espírito de equipe, a disciplina pessoal, o reconhecimento das suas próprias limitações, a capacidade de aceitar o fracasso e o desejo de obter êxito (COMISSÃO INTERPROVINCIAL DE EDUCAÇÃO MARISTA, 2003, p. 58).

A prática esportiva por muito tempo foi de responsabilidade dos próprios Irmãos, mas logo que as estruturas do Colégio se ampliaram, professores leigos, formados na área, foram contratados para desenvolver atividades esportivas.

A seguir imagens das práticas esportivas da Instituição.

Figura 27 – Prática esportiva dos alunos aberta ao público – Década de 1970.



Fonte - Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

Figura 28 – Prática esportiva dos alunos no Ginásio Poliesportivo Champagnat, 2013.



Fonte - Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

Na prática educativa dos Colégios de confessionalidade Católica, nomeadamente, dos Irmãos Maristas, o esporte aparece como uma prática essencial para a formação dos discentes e, servem como estratégia de propaganda da escola. Desde a sua implantação até os dias atuais o Colégio Marista de Cascavel incentiva a prática esportiva e seus alunos participam de diversos campeonatos locais e regionais, em diversas modalidades esportivas.

Os Irmãos Maristas propõem um ensino integral que considera as dimensões física, psicológica e espiritual do educando. Entende-se que o físico, como parte dessa integralidade, deve ser pensado na educação cristã como “morada de Deus” e, nesse sentido, a prática esportiva nos ditames do ensino confessional deve ser um possibilitador de melhoria da saúde e de controle das vontades, uma vez que o esporte exige concentração, motivação, disciplina, liderança, desempenho, comprometimento, concorrência e outros componentes representativos da boa conduta cristã para a “formação de bons cristãos e virtuosos cidadãos”.

Diante dos fatos, entendemos que a prática do esporte aplicada na educação Marista é considerada como um instrumento de regras e de civilidade cristã, isto é, de adequação às regras e à disciplina da conduta. O modelo de educação cristã, institucionalizado pela Igreja Católica e aplicado pela Congregação dos Irmãos Maristas, sempre adotou a prática esportiva como um instrumento de aplicabilidade dos princípios da fé que se caracteriza pelo cuidado e disciplinamento do corpo para se alcançar a espiritualidade e ter destaque social.

4.4 CONJUNTURA HISTÓRICA DO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE NAS DÉCADAS DE 1960 A 1980

No início do século XX o ensino técnico-profissional, especialmente, o ensino comercial era frequente nos estabelecimentos de ensino dos Irmãos Maristas (TREVISAN, 2009). O Colégio Marista de Cascavel ofertava essa modalidade quando não havia legislação específica que regulamentasse esse tipo de ensino. Contudo, ele estava ancorado por decretos-lei, as Leis Orgânicas do Ensino (1942 a 1946), fruto da reforma educacional do ministro Gustavo Capanema (1900-1985).

Além do mais, por se tratar de uma cidade que estava em processo de desenvolvimento urbano, expansão industrial e agropecuária, era importante formar pessoas habilitadas para atuar na administração e no desenvolvimento local.

A Lei nº 4.024/61, mesmo que de modo não explícito, abordava a questão do ensino profissionalizante. Embora representasse uma modalidade destinada à classe popular, era a elite que desfrutava desse tipo de ensino, uma vez que se referia ao último nível de acesso à educação, equiparado ao ensino superior. A escola, nesse contexto, continuava ser um privilégio de classe.

A Lei nº 5.692/71, aprovada em 11 de agosto de 1971, no contexto da Ditadura Civil Militar e em consonância aos interesses da sociedade capitalista, não revogou totalmente a Lei nº 4.024/61, mas, definiu a educação como preparação para o trabalho, tanto no 1º como no 2º grau (SAVIANI, 1983). Por determinação dessa lei, o Ensino Secundário, Normal, Técnico Industrial, Técnico Comercial e o Agro-técnico, deviam ser todos equiparados. Todos os estabelecimentos educacionais deveriam ofertar cursos profissionalizantes.

O objetivo da reforma do ensino instituído pela Lei 5.692/71, no período da Ditadura Militar, tinha, dentre objetivos, o de conter o avanço das ideias progressistas consideradas de esquerda e, reprimir o movimento operário. Visava ainda, ofertar qualificação mínima aos trabalhadores em geral, institucionalizar e restringir a formação técnico-profissional, para favorecimento da produção do capital esperado pela burguesia nacional e conservar o *status quo*.

A formação para o mercado de trabalho é apresentada de modo explícito na Lei 5.692/71, dado seu caráter tecnicista. Nela foi destacado, dentre outros critérios, o desenvolvimento individual, a formação profissional, o exercício da cidadania e a importância de uma educação integral. Apesar de, na teoria, a lei parecesse direcionada à população proletária, suas características, na prática, não incluíam os jovens da classe trabalhadora. A LDB de 1971 possuía caráter duplo, ela era ao mesmo tempo utilitarista e discriminadora (XAVIER; *et al.*, 1994).

Com o fim da Ditadura Civil Militar, em meados da década de 1980, o país passou por reformulações no campo político e econômico. Recessões na economia e altas taxas de inflação faziam com que mudanças ocorressem no campo educacional. O controle de verbas e o critério na distribuição dos recursos foram algumas das medidas tomadas pelo governo federal em relação à educação. Esse fator contribuiu para que muitas escolas técnicas-profissionalizantes privadas

deixassem de ofertar essa modalidade de ensino a partir da segunda metade da década de 1980.

4.4.1 O Colégio Marista de Cascavel no contexto do golpe militar de 1964

A década de 1960 foi caracterizada por profundas mudanças no cenário político-econômico nos países da América Latina e desencadeou crises e conflitos ideológicos. O cenário internacional da Guerra Fria fez com que as crises e as tensões sociais aumentassem rapidamente. Esses e outros fatores, como o desenvolvimento e a modernização do capitalismo brasileiro, favoreceram para impedir que a classe operária conquistasse suas reivindicações e se engajasse numa luta contra as elites reacionárias e conservadoras e em prol do socialismo. Foi nesse contexto de incertezas que a ação golpista foi desferida em 1º de abril de 1964 no Brasil e o Regime Militar foi instaurado (ANDRADE, 2011).

O regime político implantado no ano de 1964 fez com que o processo de modernização do capitalismo acelerasse e consolidou a sociedade urbano-industrial brasileira depois do chamado "milagre econômico" entre os anos de 1969-1974 (FERREIRA Jr; BITTAR, 2008).

O Regime Militar, unido à burguesia nacional criou então, uma ditadura civil-militar no país que perdurou até o ano de 1985. As forças políticas de oposição às ditaduras latino-americanas foram denominadas pelos militares e pela burguesia nacional como "ameaça comunista". Esses, por sua vez, se organizaram com a criação da Operação Condor que tinha efetivo apoio dos EUA, que patrocinaram e articularam muitas das ações repressoras empreendidas pelas ditaduras latino-americanas. Instalada nos anos 1970, a Operação Condor buscava uma aliança político-militar entre as ditaduras militares da Argentina, Chile, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Os defensores dessa operação acreditavam que era necessário unir as forças contra o chamado "terrorismo internacional", representado pelos comunistas e pelos grupos opositores aos governos ditatoriais.

O Colégio Marista de Cascavel se situa nesta conjuntura histórica. Embora sua implantação tenha sido oficializada dois anos antes do Regime Militar, ele não somente teve de se adequar aos ditames do regime ditatorial, como cresceu

amplamente após o Golpe Militar, que teve a aprovação dos Irmãos residentes em Cascavel, como consta dos Anais: “30 de março – Tudo corria normalmente, quando estourou a revolução democrática contra o nefasto governo de João Goulart. Foi uma verdadeira bênção de Deus para o Brasil” (COLÉGIO MARISTA DE CASCAVEL, 1964). O discurso apresentado pelos Irmãos evidencia um posicionamento favorável à instauração do Regime Militar, chamado por eles de “Revolução Democrática”.

No contexto da ditadura civil militar, o sistema educacional, como todas as demais instâncias da sociedade esteve sob o comando das forças armadas. Esse sistema político se utilizou de um discurso que apontava para a valorização da educação como um meio para atingir o sucesso da nação. Com isso, a educação passou a ser um instrumento utilizado pelos militares para obter hegemonia e, com característica tecnicista, auxiliar no crescimento econômico do país. (ANDRADE, 2011). Segundo Amarilio Ferreira Junior e Marisa Bittar:

[...] a política educacional do período entre 1964 e 1985 estava, em última instância, vinculada organicamente ao modelo econômico que acelerou, de forma autoritária, o processo de modernização do capitalismo brasileiro. Ainda mais: reformas educacionais que estavam inseridas num contexto histórico de transição de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial, cujas transformações societárias se desenrolavam desde 1930 (FERREIRA Jr; BITTAR, 2008, p. 336).

De acordo com a proposta do Governo Militar, educação e economia relacionavam-se diretamente. A educação foi condicionada pela lógica que determinava o crescimento econômico da sociedade capitalista e da industrialização (FERREIRA Jr; BITTAR, 2008). Esse foi um decisivo fator que contribuiu com o contexto de expansão e de acelerada urbanização de Cascavel e que justifica a implantação e rápido desenvolvimento do Colégio Marista nesse município.

4.4.2 O Colégio Comercial Marista de Cascavel

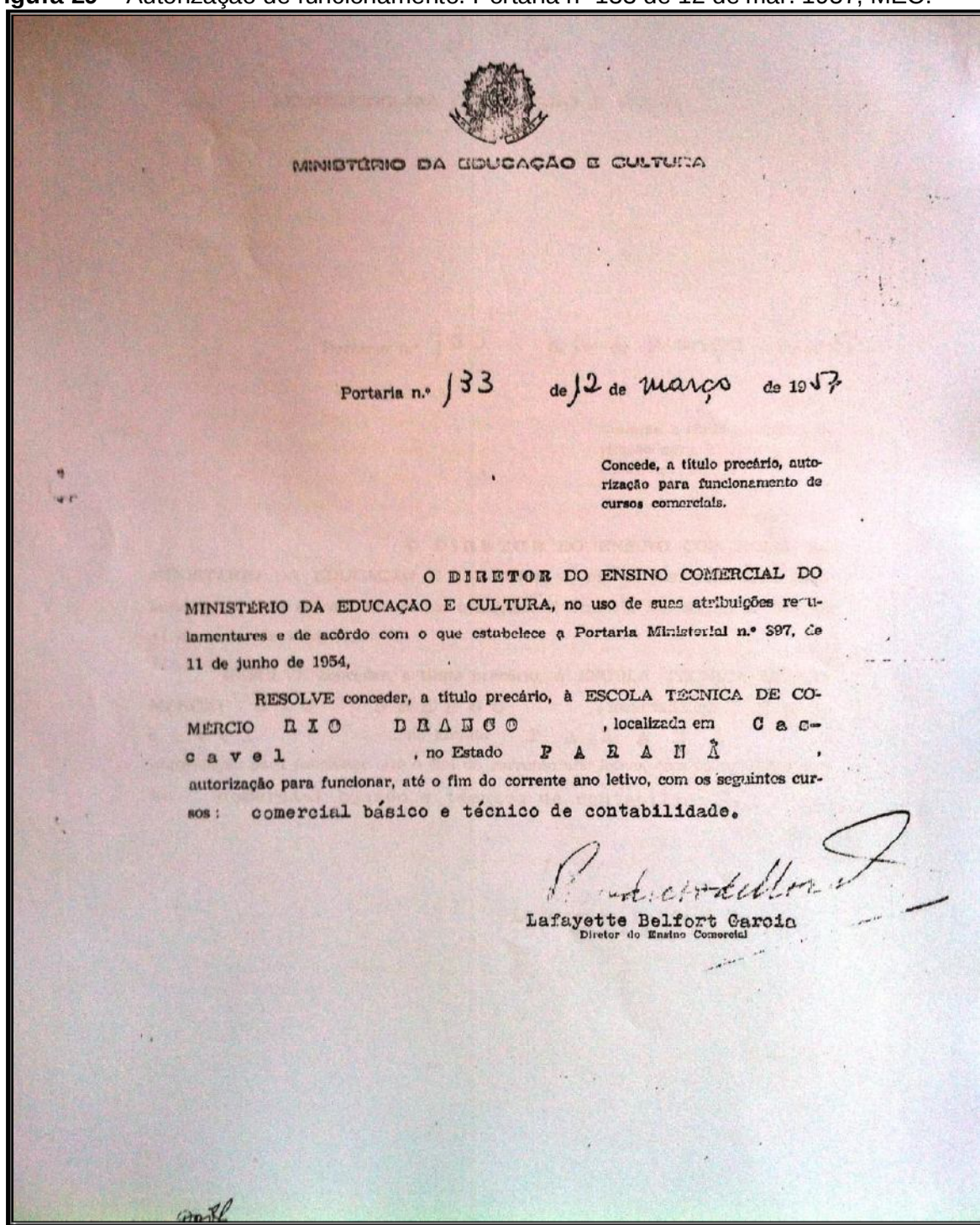
O Colégio Comercial Marista de Cascavel foi fundado no mesmo ano em que o Ginásio Marista foi criado na cidade, 1962. À época não havia outra instituição

educativa na cidade que ofertasse essa modalidade de ensino. Os Irmãos Maristas dispunham de condições físicas e materiais para iniciar suas atividades na cidade com o Colégio Comercial, anexo ao Ginásio, mesmo sem legislação específica.

Para estabelecer um Curso Comercial, ou qualquer outro de caráter técnico-profissional, antes mesmo da Lei 5.692/71, era necessária uma autorização para funcionamento.

No ano de 1957, a Escola Técnica de Comércio Rio Branco, anexa ao Ginásio Rio Branco, recebeu do Ministério da Educação e Cultura a autorização para ofertar os cursos: Comercial Básico e Técnico de Contabilidade (ANEXO D). No documento a seguir consta o ato de autorização dado pelo Ministério da Educação e Cultura no ano de 1957, para funcionamento da Escola Técnica de Comércio Rio Branco.

Figura 29 – Autorização de funcionamento. Portaria nº 133 de 12 de mar. 1957, MEC.

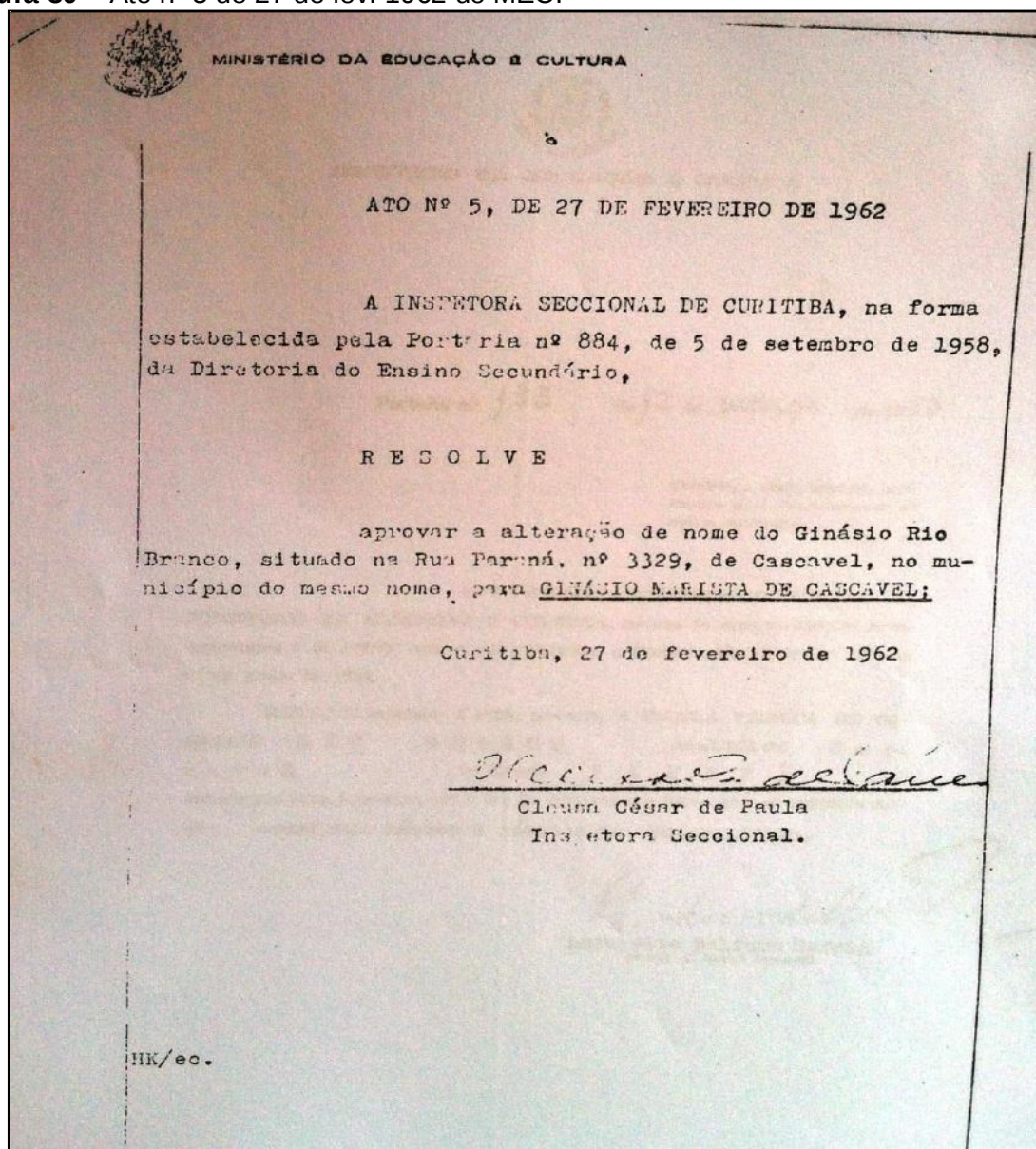


Fonte - Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

Após os trâmites de negociação entre a administração do município e o Sr. Antonio Cid, proprietário da Escola Técnica de Comércio Rio Branco (Colégio Rio Branco), foi passado os direitos desse Colégio à ABEC, mantenedora Marista, com o nome inicial de Colégio Comercial Marista de Cascavel. Ficou, então, assim estabelecido: de Ginásio Rio Branco para Ginásio Marista de Cascavel, como consta

do documento abaixo (ANEXO E), e de Escola Técnica de Comércio Rio Branco para Colégio Comercial Marista de Cascavel.

Figura 30 – Ato nº 5 de 27 de fev. 1962 do MEC.



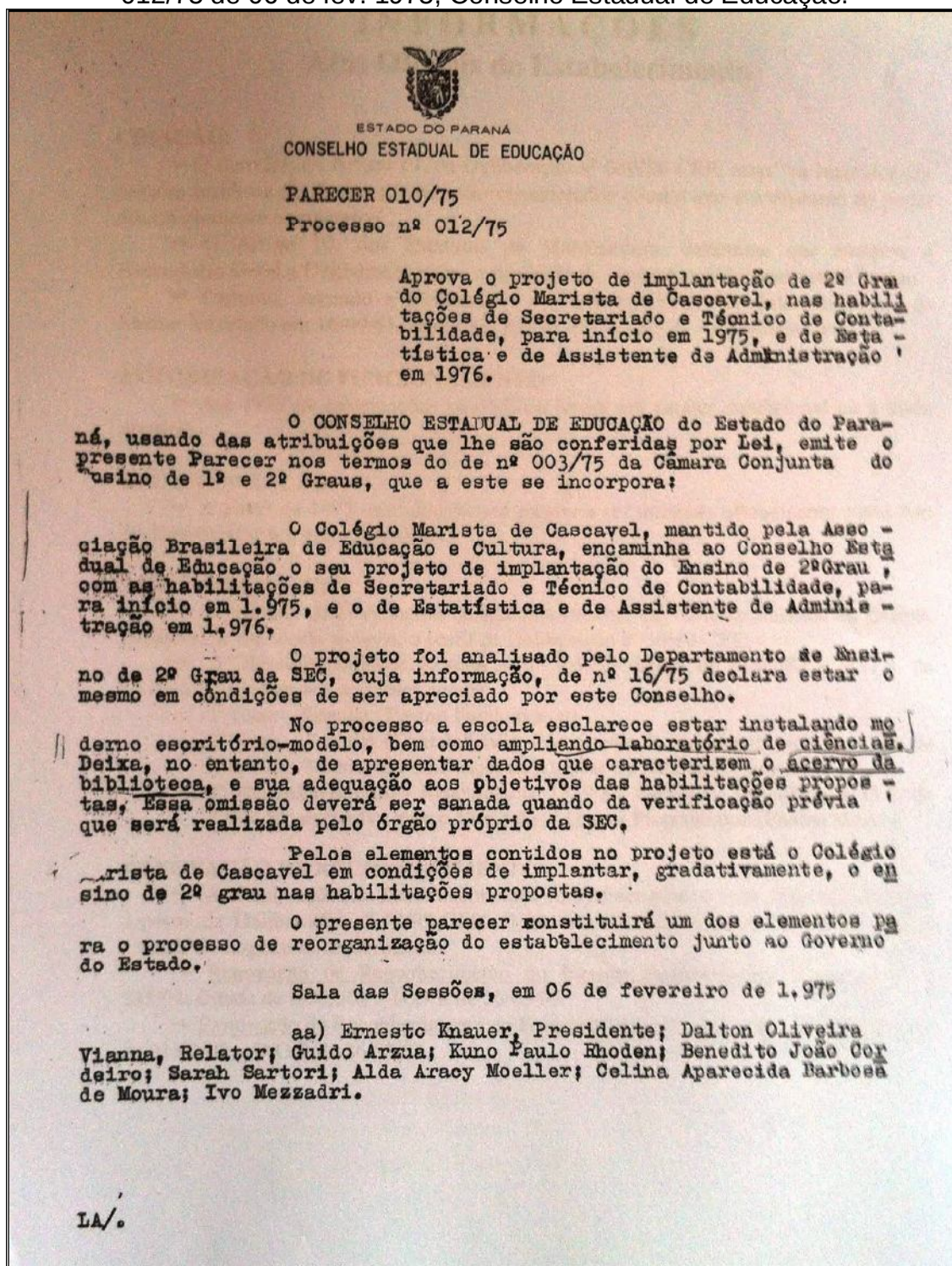
Fonte - Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

O Ginásio Marista de Cascavel continuou suas atividades relativas ao Ensino Técnico-profissional tendo sua primeira turma com o curso Colegial de Contabilidade Comercial, segunda consta do Regimento Interno de 1962, aprovado em 1964 (REGIMENTO INTERNO DO COLÉGIO MARISTA DE CASCAVEL, 1964).

No ano de 1975, mediante Parecer 010/75, Processo nº 012/75 de 6 de fev. 1975 (ANEXO F), já com aprovação da LDB 5.692/71, lei que regulamentou o Ensino Profissionalizante no país, o Colégio Comercial Marista de Cascavel foi

reformulado e, recebeu a aprovação, pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná, do projeto de implantação de 2º Grau, nas habilitações de Secretariado e Técnico de Contabilidade, para início em 1975, e de Estatística e Assistente de Administração, para início em 1976.

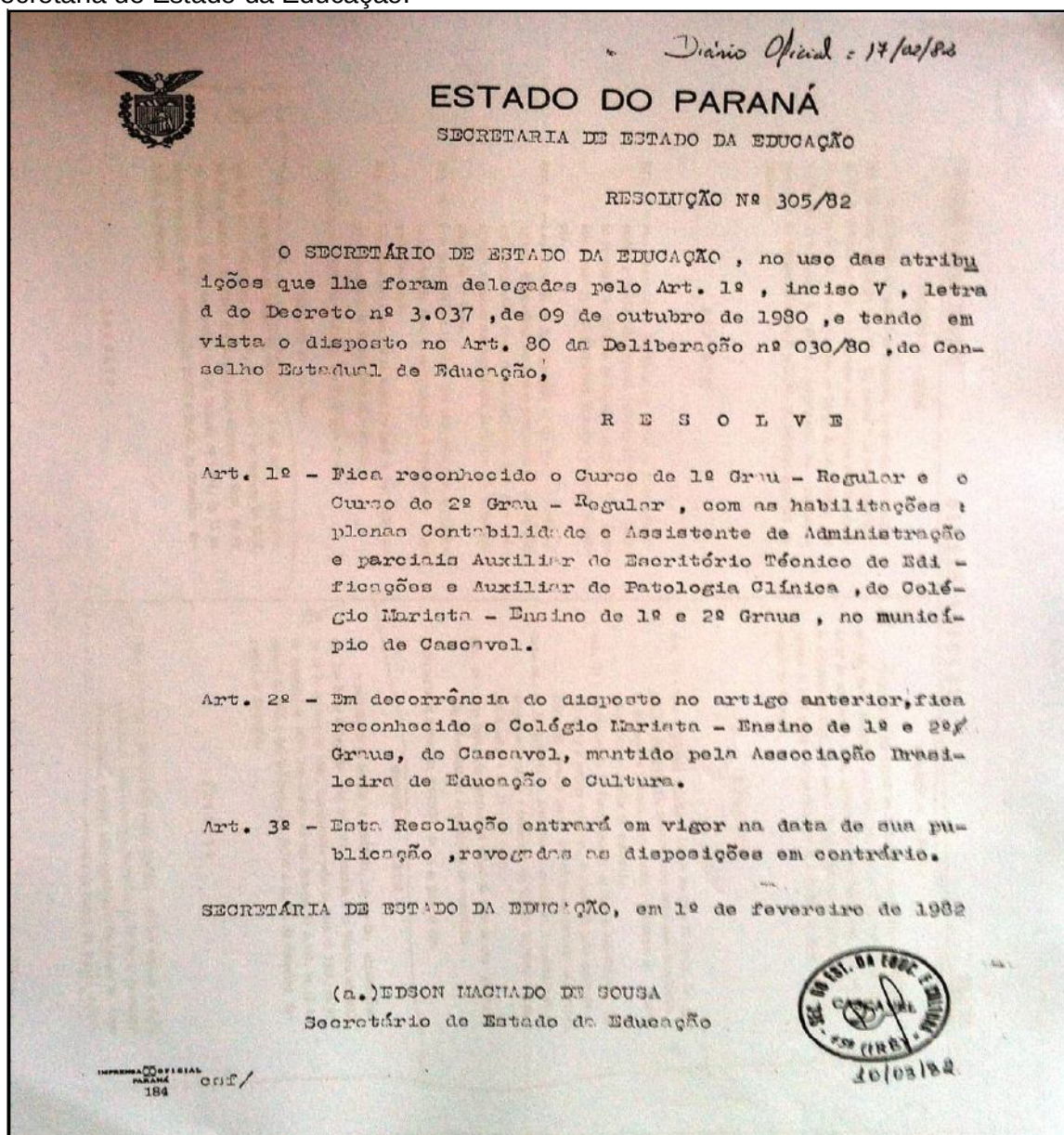
Figura 31 – Aprovação de projeto de implantação. Parecer 010/75; Processo nº 012/75 de 06 de fev. 1975, Conselho Estadual de Educação.



Fonte - Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

Em 1982, mediante Resolução Nº 3.05/82 de 1º de fevereiro de 1982, foi autorizado o funcionamento do Curso Técnico para as habilitações plenas em Contabilidade e Assistente de Administração e parciais Auxiliar de Escritório Técnico de Edificações e Auxiliar de Patologia Clínica (ANEXO G).

Figura 32 – Autorização de funcionamento. Resolução nº 305/82 de 17 de fev. 1982, Secretaria de Estado da Educação.



Fonte - Acervo do Colégio Marista de Cascavel.

O Ensino Técnico Profissionalizante foi, então, ofertado do seguinte modo:

a) Como Escola Técnica de Comércio Rio Branco, ofertou o Comercial Básico de

1957 a 1961 [Portaria 133/57; Portaria 514/59], e Técnico em Contabilidade de 1957 a 1959 [Portaria 133/57].

b) *Como Colégio Comercial Marista de Cascavel*, ofertou o curso Técnico em Contabilidade de 1962 a 1976 [Lei nº 4024/61].

c) *Como Colégio Marista de Cascavel*, ofertou Habilitação Plena de Contabilidade de 1975 a 1976 e Habilitação Plena de Secretariado [Parecer nº 010/75].

d) *Como Colégio Marista – Ensino de 1º e 2º Graus*, ofertou Habilitação Plena de Secretariado de 1977 a 1979, Habilitação Plena de Assistente de Administração de 1978 a 1982, Habilitação Plena de Contabilidade de 1977 a 1983 e Habilitação Parcial de Auxiliar de Patologia Clínica de 1979 a 1983 [Lei nº 5692/71].

e) *Como Colégio Marista – Ensino Pré-Escolar e de 1º e 2º Graus*, ofertou Habilitação Plena de Contabilidade de 1984 a 1989, Habilitação Parcial de Auxiliar de Escritório Técnico de Edificações de 1979 a 1983 e Habilitação Parcial de Auxiliar de Patologia Clínica em 1984 [Lei nº 5692/71].

Após alguns anos de funcionamento, o Colégio Marista cessou as atividades de modalidade Técnico Profissionalizante a partir da segunda metade da década de 1980. O primeiro curso a ser extinto foi o de Secretariado, encerrando suas atividades no ano de 1979, antes mesmo de entrar em vigor a Deliberação nº030/80 do Conselho Estadual de Educação-CEE. O curso de Assistente de Administração deixou de existir, mediante Resolução 2.155/84 da Secretaria de Estado da Educação-SEED, em 27 de abril de 1984 (ANEXO H). Os cursos de Auxiliar de Patologia Clínica e Auxiliar de Escritório Técnico de Edificações foram extintos no ano de 1984 por Resolução 8.96/84 da Secretaria de Estado da Educação-SEED, de 16 de março 1984 (ANEXO I). O curso de Contabilidade cessou suas atividades em 1989 mediante Resolução nº 2.726/89 da Secretaria de Estado da Educação-SEED (ANEXO J).

Diante desses fatos, podemos dizer que a formação para o trabalho sempre foi uma constante na educação brasileira, antes mesmo de se ter uma legislação educacional específica para essa modalidade. No caso de Cascavel, à época uma cidade pouco escolarizada, ter a modalidade de Ensino Técnico Profissionalizante, representou a preocupação dos responsáveis pela administração do município, de que a especialização para o trabalho é que iria tornar a economia local mais sólida. Este fato, acabou por contribuir para a estratificação daquela sociedade.

A partir das análises entendemos que a organização pedagógica, as práticas educativas, o currículo, os programas, os conteúdos, o prédio, os exames, o desporto e a disciplina revelam que o Colégio Marista de Cascavel, quando de sua implantação, teve o objetivo de distinguir, pela cultura letrada, um determinado grupo social, a elite cascavelense.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa sobre a reconstituição histórica da origem e do desenvolvimento do Colégio Marista de Cascavel (1962-1989) permitiu indicar algumas conclusões que serviram de subsídios para o estudo da questão educacional de Cascavel, da região oeste do Paraná e do contexto educacional brasileiro. A pedagogia Marista se constituiu num importante instrumento para a análise e compreensão do processo educativo do período estudado. Ao estudarmos a história dessa instituição escolar, foi possível reconhecer sua identidade institucional católica, criada no contexto da urbanização do município de Cascavel para atender uma nova demanda por escolas, que se deu na região durante a década de 1960.

Para a efetivação da pesquisa sobre o Colégio Marista de Cascavel foi feito um levantamento das pesquisas existentes sobre o processo de escolarização da região oeste do Paraná e do município de Cascavel. Na realização do estudo destacamos a importância da análise das fontes que indicam a possibilidade de reconstruir a história da escola por meio da análise dos registros do que se passou em seu interior e da reconstrução de sua história por meio da crítica e da reinterpretação do passado.

Na análise dos elementos ensejadores da criação desta instituição educativa, bem como de sua história, seu público alvo, suas propostas, sua arquitetura, entre outros, foi possível entender os pressupostos educacionais do contexto histórico em que ela foi implantada. A pesquisa nos possibilitou realizar uma leitura da historiografia educacional brasileira a partir desse veio.

Foi possível constatar por meio desta investigação que o Colégio Marista de Cascavel, quando de sua criação, ofereceu uma modalidade de ensino de caráter técnico-profissional, isso se constituiu numa importante particularidade, pois, o município de Cascavel, naquele período, passava por um processo de urbanização, que exigia mão de obra qualificada para atender a nova demanda de trabalho urbano.

O Colégio Marista de Cascavel possui uma importante trajetória histórica, social e cultural em Cascavel e região e, desde a sua implantação, há mais de cinquenta anos, visou formar indivíduos para o mercado de trabalho, a fim de fomentar a economia local, tornando-a mais sólida.

Após o levantamento, catalogação e análise das fontes, constatamos que a história do Colégio Marista de Cascavel está imbricada com a própria história do surgimento da cidade. A instituição foi criada para atender um público específico, ou seja, era voltado para a formação da elite pioneira cascavelense. A escola apresentou-se como alternativa educacional àquela sociedade, pois se apresentava como uma alternativa de estudo diferenciada, com uma proposta pedagógica que atendia às exigências políticas, econômicas e sociais da época. Os dados documentais apontaram para a história de uma instituição que esteve diretamente ligada com a história do surgimento da cidade de Cascavel.

O Colégio Marista de Cascavel acompanhou o processo de crescimento da cidade. No decorrer dos anos, houve evolução em suas propostas de ensino e em sua infraestrutura. A proposta e a filosofia de ensino Marista foram relevantes para a consolidação da instituição no cenário educacional de Cascavel. A instituição se firmou na cidade como uma instituição de qualidade, que se ocupou em oferecer uma educação voltada para a formação integral (moral, civil e religiosa) do indivíduo.

A partir da investigação da trajetória da instituição e de sua prática educacional, foi possível demonstrar que a implementação da filosofia educacional marista esteve intrinsicamente associada à questão da relação Estado e Igreja Católica na busca pela hegemonia sobre a escola no período. Os Irmãos Maristas, em sua atuação educacional, no Brasil, especialmente no oeste paranaense, desenvolveram suas atividades articulando as instâncias civil e religiosa (Estado e Igreja) no processo de implantação e desenvolvimento das atividades de suas escolas.

O Colégio Marista de Cascavel primou por uma educação integral, isto é, uma educação que compreende o físico, a mente e o espírito; com um ensino de caráter moral, civil e religioso, quer fosse por meio da educação física, da instrução patriótica, da educação religiosa, da educação escolarizada ou da disciplina. Na pedagogia Marista aplicada no Colégio de Cascavel, predominou os preceitos e valores do catolicismo, conforme proposto pela hierarquia da Igreja Católica Romana no período pós Concílio Vaticano II.

A pesquisa mostrou que a instituição exerceu, especialmente em seus primeiros anos de existência, um importante papel no conjunto das relações sociais, sempre ao lado dos grupos que detinham o poder ou exerciam significativa influência sobre a sociedade. Pelo fato de não haver opções de verticalização de

estudos na região, a instituição contribuiu com a estratificação daquela sociedade. Poucos tinham acesso aos estudos e menor ainda era o número de pessoas que poderiam pagar os estudos naquela escola, mesmo assim, os documentos e depoimentos recolhidos pela pesquisa mostram que ela é sempre representada como formadora da elite regional, com formação adequada para a ocupação de postos no comando político regional. A pedagogia marista era então, associada à formação das elites e ligada diretamente aos grupos hegemônicos na política regional.

Defendemos assim que, os Irmãos Maristas que atuaram na cidade souberam adaptar sua proposta educacional às necessidades da elite regional, que se preocupava em ver seus filhos atuantes na sociedade, com um ensino voltado para a formação do caráter de um bom cristão e cidadão, cuja finalidade era utilizar a prática educativa como um meio para cristianizar a sociedade local, sua cultura, hábitos e costumes, para então, contribuir com o processo de crescimento e urbanização do município. Portanto, o Colégio Marista cumpriu sua função educacional e social na cidade de Cascavel.

A instituição, desde sua origem, revela uma identidade específica enquanto escola confessional católica, e se empenhou em fazer da educação um espaço de explicitação de suas crenças a respeito da pessoa humana e da sociedade. Afirmamos, assim, que a análise desta instituição, implicou fazer memória de um importante período histórico da educação brasileira. Acreditamos que nossa investigação pode oferecer subsídios para o entendimento da atuação da Congregação dos Irmãos Maristas no Brasil, e também possibilitar a compreensão da obra Marista no conjunto da educação católica brasileira e da relação Estado/Igreja.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

CASCADEL. Prefeitura Municipal. **Cascavel, Livro Ouro**. Cascavel: Tuicial, 2002.

COLÉGIO MARISTA DE CASCADEL. **Anais do Colégio Marista de Cascavel**. Cascavel, [Arquivo do Colégio Marista de Cascavel], 1962 a 1986.

COLÉGIO MARISTA DE CASCADEL. **Aprovação de projeto de implantação. Parecer 010/75; Processo nº 012/75 de 06 de fev. 1975**, Conselho Estadual de Educação.

COLÉGIO MARISTA DE CASCADEL. **Ato nº 5 de 27 de fev. 1962** do MEC.

COLÉGIO MARISTA DE CASCADEL. **Autorização de funcionamento**. Portaria nº 133 de 12 de mar. 1957, MEC.

COLÉGIO MARISTA DE CASCADEL. **Autorização de funcionamento**. Resolução nº 305/82 de 17 de fev. 1982, Secretaria de Estado da Educação.

COLÉGIO MARISTA DE CASCADEL. **Histórico**. Cascavel, [Arquivo do Colégio Marista de Cascavel], 1962.

COLÉGIO MARISTA DE CASCADEL. **Resolução de cessação de atividades 2155/84 da Secretaria de Estado da Educação-SEED**, em 27 de abril de 1984.

COLÉGIO MARISTA DE CASCADEL. **Resolução de cessação de atividades 896/84 da Secretaria de Estado da Educação-SEED**, de 16 de mar. 1984.

COLÉGIO MARISTA DE CASCADEL. **Resolução de cessação de atividades 896/84 da Secretaria de Estado da Educação-SEED**, de 16 de mar. 1984.

COLÉGIO MARISTA DE CASCADEL. **Revista Marista: lutas e conquistas**. Edição especial comemorativa aos 30 anos de fundação, 1992.

COLÉGIO MARISTA DE CASCADEL. **Regimento interno do Colégio Marista de Cascavel**. Cascavel, 1964.

COMISSÃO INTERPROVINCIAL DE EDUCAÇÃO MARISTA. **Missão educativa marista: um projeto para nosso tempo**. Comissão Interprovincial de Educação Marista (1995-1998); Tradução de Manoel Alves, Ricardo Tescarolo. 2ª ed. São Paulo: SIMAR, 2000.

CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição Gaudium et Spes**. São Paulo, Paulinas, 1965. [Documentos do Concílio Vaticano II].

CONCÍLIO VATICANO II. **Declaração Gravissimum Educationis**. São Paulo, Paulinas, 1965. [Documentos do Concílio Vaticano II].

CURITIBA, Diário Oficial Estado do Paraná. **Divisão administrativa do Estado no quinquênio de 1952 a 1956**. LEI nº 790/51. Curitiba, 1951.

FAUTH, Elio Willy. **Tudo sobre Cascavel**: história, comércio, indústria, poder publico, entidades, informações, estatísticas. 2ª ed. Cascavel, 1973.

FURET, Jean-Baptiste. **Vie de Joseph Benoit Marcellin Champagnat**. Lyon: Pères, 1856. 2v.

FURET, Jean-Baptiste. **Vida de São Marcelino José Bento Champagnat**. São Paulo: SIMAR, 2000.

FURET, Jean-Baptiste. Et. Al. **Guia das Escolas para uso nas casas dos Pequenos Irmãos de Maria**: Documento do 2º Capítulo Geral do Instituto Marista. Brasília: Umbrasil, 2010.

GUIA DAS ESCOLAS (1853). In: SILVEIRA, Ir. Luiz. **O Segundo Capítulo Geral do Instituto dos Pequenos Irmãos de Maria**: 1852-1853-1954. Belo Horizonte, Centro de Estudos Maristas, 1994, p. 153-298.

GUIDE DES ÉCOLES. Guide des Écoles à l'usage des Petits Frères de Marie. Paris, Société de Saint Jean l'Évangéliste, 1932.

INSTITUTO DOS IRMÃOS MARISTAS. **Constituições e Estatutos**: Texto de 1986 com as modificações introduzidas pelos Capítulos Gerais de 1993, 2001 e 2009. Roma: 2011. Disponível em: < <http://www.intratext.com/IXT/POR0012/>>. Acesso em: 23 de jun. 2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Coordenadoria de Terras, Cartografia de Cadastro. Divisão de Cartografia**. Arquivo Gráfico de Estruturas Territoriais, 1999.

UNIÃO MARISTA DO BRASIL (UMBRASIL). **Projeto Educativo do Brasil Marista**: nosso jeito de conceber a Educação Básica. Brasília, CDD 20 Editora, 2010.

VITA CONSECRATA. **Vita Consecrata**. João Paulo II. 1996. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations.index.html>. Acesso em 15 de jun. 2015.

LITERATURA DE APOIO

ALVES, Gilberto Luiz. Em busca da historicidade das práticas escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 255 -266.

ALMEIDA, Cleide; ROCHA, Luis Octavio. Em Busca de uma aproximação entre Arquitetura e Educação. In: **Notandum Libro**. nº 13, 2009. Disponível em: <http://www.hottopos.com/notand_lib_13/cleide.pdf>. Acesso em 29 de jun. 2015.

ANDRADE, Rodrigo Pinto de. **História e historiografia da Escola Luterana Concórdia de Marechal Candido Rondon (1955-1969)**. 2011. 266 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2011.

ARAUJO, José Carlos Souza. As instituições escolares na primeira república: ou os projetos educativos em busca de hegemonia. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 95-122.

ARNAUT DE TOLEDO, César de Alencar; ANDRADE, Rodrigo Pinto de. História e historiografia da Escola Luterana Concórdia de Marechal Cândido Rondon (1955-1969). In: SILVA, João Carlos da, ORSO, José Paulino, CASTANHA, André Paulo, MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha (Org.). **História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas: Alínea, 2013. p. 191-210.

ARNAUT DE TOLEDO, César de Alencar; ANDRADE, Rodrigo Pinto de. História da educação, instituições escolares, fontes e pesquisa em arquivos na região oeste do Paraná. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 175-199, jan./jun. 2014.

ARNAUT DE TOLEDO, César de Alencar; ANDRADE, Rodrigo Pinto de. Caracterização do acervo do museu histórico Willy Barth, de Toledo e a pesquisa sobre história da educação na região oeste do Paraná, Brasil. **Educere at Educare Revista de Educação**. Cascavel, Vol.10 nº 19 jan./jun.2015 p. 73- 83.

ARNAUT DE TOLEDO, César de Alencar; GIMENEZ, José Carlos. Educação e Pesquisa: fontes e documentos. In: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt S.; LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha (Org.). **A pesquisa e a preservação de fontes e arquivos para a educação, cultura e memória**. Campinas: Alínea, 2009. p. 109 -125.

AZZI, Riolando. **História da educação católica no Brasil: Contribuição dos Irmãos Maristas**. São Paulo: SIMAR, 1997, 4 v.

AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida: Editora Santuário, 2008.

BERGO, Antonio Carlos. **O positivismo:** caracteres e influência no Brasil. Reflexão, Campinas, ano VIII, n. 25, p. 47-97, jan./abr. 1983.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JUNIOR, Amarilio. História, epistemologia marxista e pesquisa educacional brasileira. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 30, n. 107, p. 489-511, 2009.

BOSCHILIA, Roseli Terezinha. **Modelando Condutas:** a educação católica em colégios masculinos (Curitiba, 1925-1965). Curitiba: UFPR, 2002.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, José Carlos; GATTI JÚNIOR, Décio. (Org.) **Novos temas em história da educação brasileira:** instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados: Uberlândia: EDUFU, 2002. (Coleção memória da educação). p. 25-38.

BUFFA, Ester. **Ideologias em conflito:** escola pública e escola privada. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 4024/61. Brasília: MEC, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm> Acesso em: 20 de maio 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei 5.692/71. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: MEC, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm> Acesso em: 20 de maio 2015.

BRITO, José Maria de. **Descoberta de Foz do Iguaçu e a fundação da colônia militar.** Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

CASCAVEL, prefeitura de. **Perfil do Município.** Sítio eletrônico: <<http://www.cascavel.pr.gov.br>>. Acessado em: 02 de abril 2015.

CASTANHA, André Paulo. **As fontes e a problemática da pesquisa em história da educação.** Cascavel, 2006. Disponível em: www.histedbr.fe.unicamp.br/. Acesso em: 29 dez. 2014.

CASTANHA, André Paulo. Retornas às fontes: desafios aos estudos histórico-educativos. In: SILVA, João Carlos da; ORSO, José Paulino; CASTANHA, André Paulo e MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. (Org.). **História da educação:** arquivos, instituições escolares e memória histórica. Campinas: Alínea, 2013. p. 79-94.

CARVALHO, Manuel Marques de. Situação atual e tendências do ensino técnico comercial no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília: v. 44, n. 99, p. 72-98, jul./set. 1965.

CASTANHO, Maria Eugênia. Paradigmas de currículo diante da nova ordem mundial. In: **Seminário sobre currículo.** Série Idéias, n. 1. Campinas: PUCCAMP, 1995.

CASTANHO, Sérgio. Institucionalização das Instituições Escolares: final do império e primeira república no Brasil. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 39-57.

COLODEL, José Augusto. Cinco Séculos de História. In: PERIS, Alfredo Fonceca. (Org.). **Estratégias de desenvolvimento regional: Região Oeste do Paraná**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003, 536 p.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez, 1985.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e liberais**. 4 ed. São Paulo: Cortez - Autores Associados, 1988.

BELTRAME, Odette, NATH, Valdecir Antonio. **Conhecendo Cascavel: História e Geografia**. Cascavel: Assoeste, 2004.

BRASIL. **Decreto Lei nº. 37.608** de 14 de julho de 1955, que Institui no Ministério da Educação e Cultura um curso de altos estudos sociais e políticos, denominado Instituto Superior de Estudos Brasileiros, dispõe sobre seu funcionamento e dá outras providências. LEX, 1955; p. 232,233.

EMER, Ivo Oss. **Aspectos históricos da educação regional**. Cascavel: Mímeo 2004.

EMER, Ivo Oss. **Desenvolvimento histórico do oeste do Paraná e a construção da escola**. Dissertação de Mestrado. 1991. 339 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2 ed. Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação. São Paulo, 1995.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez., 2008.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. A pesquisa na produção do conhecimento: questões metodológicas. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 253-274, jul./dez. 2005.

GUTIERREZ, Exequiel Rivas. **De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de doutrina social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1995.

GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial: migrações no oeste paranaense**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2005.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Olympio, 1976.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro Fontes históricas como fonte. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 23-79.

LIMA, Aldivina Américo. **Ginásio Maringá (1952 -1963): História da implantação de uma instituição escolar**. 2011. 342 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2011.

LOMBARDI, José Claudinei. **Educação e ensino na obra de Marx e Engels**. Campinas: Editora Alínea, 2011.

LOMBARDI, José Claudinei. História e Historiografia da Educação: atentando para as fontes. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Izabel Moura. (Org.) **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 141-160.

LOPES, Sérgio. **O Território do Iguaçu no contexto da “Marcha para Oeste”**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: LECH, 1972.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARX, Karl. O Método da Economia Política. 3a Parte. In: **Introdução à Crítica da Economia política**. Tradução de Fausto Castilho. Campinas: IFCH/Unicamp, 1996.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MASSON, Robert. **São Marcelino Champagnat; não seria possível sem Deus**. São Paulo: Loyola; SIMAR, 2000.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Os Arquivos e Fontes como Conhecimento da História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 31-38.

MONARCHA, Carlos. História da educação brasileira (esboço da formação do campo). In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 125-150.

MYSKIW, Antonio Marcos. **A fronteira como destino de viagem: a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)**. 2009. 245f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

NATH, Valdecir Antonio. **História e Memória: A constituição histórica da Rede Municipal de Ensino de Cascavel (1950 A 1980)**. 2010. 118 f. Monografia (Especialista em História da Educação Brasileira). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2010.

NATH, Valdecir Antonio. **A primeira escola secundária pública de Cascavel: O Ginásio Wilson Joffe (1960-1980)**. 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFEES/ABEPSS, 2009.

NICHOLLS, Willian Hord. **A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-65**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n.26, 19-53, 1971.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-368, jul./dez. 2005.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições Escolares: por que e como pesquisar**. Campinas: Editora Alínea, 2009.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. In: ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson (Org.). **Trabalho, educação e políticas educacionais**. São Paulo: Alínea, 2012. p.131- 146.

OLIVEIRA, Maria Teresa Cavalcanti de. **A “Educação Ideológica” no Projeto de Desenvolvimento Nacional do ISEB (1955-1964)**. 2006. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, Alberto Juvenal de. **Dicionário Gaúcho: termos, expressões, adágios, ditados e outras barbaridades**. 3ª Ed. Porto Alegre: AGE, 2005.

PASQUINI, Adriana Salvaterra. **A ação político-educativa da igreja católica n'ó Jornal de Maringá**. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2009.

PIAIA, Vander. **A ocupação do Oeste Paranaense e a formação de Cascavel: as singularidades de uma cidade comum**. 2004. 213 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.

PIAIA, Vander. **Terra, sangue e ambição: a gênese de Cascavel**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2013.

PIERUCCINI, Mariângela Alice; BULHÕES, Ronaldo. Oeste do Paraná: caracterização Enquanto Região In: PERIS, Alfredo Fonceca. (org.). **Estratégias de desenvolvimento regional: Região Oeste do Paraná** Cascavel: EDUNIOESTE, 2003. Sítio eletrônico: <http://www.unioeste.br/editora/pdf/livro_estrategias_desenvolvimento_regional_edunioeste_completo.pdf>. Acesso em: 10 de março 2015.

PINTASSILGO, Joaquim. BEATO, Carlos. **Balanço da produção portuguesa recente: o exemplo das teses de doutoramento (2009-2013)**. Lisboa, 2014.

PUJOL, Josep Maria Escorihuela; BARRIO, Ivan J. Moral; LLANSANA, Luis Serra. **O educador Marista: sua identidade seu estilo educativo**. Tradução de Paulo Moretti. Porto Alegre: Províncias Maristas do Brasil, 1985.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da educação? **Educar em Revista**, Curitiba: Editora da UFPR, n.18, p.13-28, jul./dez., 2001.

Relatório sucinto das atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, durante o período de janeiro de 1956 a novembro de 1960. Biblioteca Nacional; Seção de Manuscritos; Arquivo INL (Instituto Nacional do Livro) (52, 30, 49).

REOLON, Cleverson Alexsander. **A aglomeração urbana da soja: Cascavel e Toledo no contexto da metropolização na Mesorregião oeste paranaense**. 2007. 244 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, campus de Toledo, 2007.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1942.

ROSAR, Maria de Fatima Felix. Arquivos: fontes para produzir silêncios ou histórias de lutas pela educação pública. In: SILVA, João Carlos da. ORSO, Paulino José. CASTANHA, André Paulo. MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. (Orgs.). **História da educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas: Alínea, 2013. p. 95 - 109.

RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins, RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. Fontes para a história das instituições escolares no norte pioneiro do Paraná: reflexões sobre um itinerário de pesquisa. **Revista Educere et Educare**. UNIOESTE Vol.10 nº 19 jan./jun.2015. p. 109 -117.

SANFELICE, José Luís. História, Instituições Escolares e Gestores Educacionais. In: **Revista HISTEDBR on-line**. Número especial, Ago/2006 disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art4_22e.pdf>. Acesso em: 28 de maio 2015.

SANFELICE, José Luís. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 75-93.

SANFELICE, José Luís. **História e historiografia de instituições escolares**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.35, p. 192-200, set. 2009. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/35/art13_35.pdf>. Acesso em: 10 de ago. 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**, São Paulo: Cortez Editora, 1983.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da Educação: Trajetória, Limites e Perspectiva**. Campinas: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, Dermeval. Educação e Colonização: as ideias pedagógicas no Brasil. In: STEPHANOU, M. e BASTOS, M. H. C. (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. I séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas: Autores associados, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Os balanços na historiografia da educação brasileira: sentidos e perspectivas. In: NEPOMUCENO, Maria de Araújo e TIBALLI, Eliandra (orgs.). **A Educação e seus sujeitos na História**. Belo Horizonte: Argumentum, 2007. p. 149-161.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 3-30.

SAVIANI, Dermeval. **História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário**. São Paulo, 2008.

SAVIANI, Dermeval. *et al.* Sociedade Brasileira de História da Educação: constituição, organização e realizações. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 11, n. 3 (27), p. 13-45, set./dez. 2011.

SBARDELOTTO, Denise Kloeckner. **O desenvolvimento dos cursos de formação de professores primários na fronteira oeste paranaense**: a criação da primeira Escola Normal Secundária pública de Foz do Iguaçu e do Oeste do Paraná. 2009. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2009.

SILVA, João Carlos da. A escola publica primária na região oeste do Paraná: levantamento de fontes e produção acadêmica. **EccoS**, São Paulo, n. 26, p. 123-140, jul./dez. 2011.

SILVA, Paulo Julião da. A Igreja Católica e a questão educacional no Brasil durante a Era Vargas. In: XI Encontro Estadual de História ANPUH - RS, 2012. **Anais...** Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande (RS): FURG, 2012. 1300 – 1309.

SPERANÇA, Alceu. **Cascavel a história**. Curitiba: Lagarto, 1992.

SPERANÇA, Alceu; SPERANÇA, Carlos. **Pequena história de Cascavel e do Oeste**. Cascavel, Paraná: J. S. Impressora Ltda. 1980.

SPERANÇA, Alceu A. **Jornal O Paraná**, janeiro de 2006.

STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara. História, Memória e História da Educação. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e Memórias da educação no Brasil**. 3.ed. vol. III. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 416-429.

TEIXEIRA, Anísio. Um presságio de Progresso. **Habitat**. São Paulo, v.4, n.2, 1951.

TOLEDO, Caio Navarro. **Intelectuais e política no Brasil**. A experiência do ISEB. Caio Navarro de Toledo (org.) – Rio de Janeiro: Revan, 2005. 264 p.

THOMÉ, Sérgio Antonio. **A primeira escola primária em Cascavel**. 2005. 71 f. Monografia (Especialista em História da Educação Brasileira). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2005.

TREVISAN, Albino. **Respiga Marista**: educação e ação social marista no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olímpio Editora, s/d.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; RIBEIRO, Maria Luisa Santos e NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

WACHOWICZ, Ruy Chistovam. ***Obrageros, mensus e colonos***: história do oeste paranaense. Curitiba: Vicentina, 1982.

WACHOWICZ, Ruy Chistovam. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim do Departamento de História** - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, n. 7, 1968.

ANEXOS**SUMÁRIO – ANEXOS**

ANEXO A	CURITIBA, Diário Oficial Estado do Paraná. Divisão administrativa do Estado no quinquênio de 1952 a 1956. LEI nº 790/51. Curitiba, 1951.	169
ANEXO B	INSTITUTO DOS IRMÃOS MARISTAS. Constituições e Estatutos. São Paulo, SIMAR, 1997. [Arquivo do Instituto Marista]	172
ANEXO C	COLÉGIO MARISTA DE CASCAVEL. Anais do Colégio Marista de Cascavel (1º volume) de 1962 a 1986	175
ANEXO D	COLÉGIO MARISTA DE CASCAVEL. Autorização de funcionamento. Portaria nº 133 de 12 de mar. 1957, MEC.	373
ANEXO E	COLÉGIO MARISTA DE CASCAVEL. Ato nº 5 de 27 de fev. 1962 do MEC.	375
ANEXO F	COLÉGIO MARISTA DE CASCAVEL. Aprovação de projeto de implantação. Parecer 010/75; Processo nº 012/75 de 06 de fev. 1975, Conselho Estadual de Educação.	377
ANEXO G	COLÉGIO MARISTA DE CASCAVEL. Autorização de funcionamento. Resolução nº 305/82 de 17 de fev. 1982, Secretaria de Estado da Educação.	379
ANEXO H	COLÉGIO MARISTA DE CASCAVEL. Resolução de cessação de atividades 2155/84 da Secretaria de Estado da Educação-SEED, em 27 de abril de 1984.....	381
ANEXO I	COLÉGIO MARISTA DE CASCAVEL. Resolução de cessação de atividades 896/84 da Secretaria de Estado da Educação-SEED, de 16 de mar. 1984.	383
ANEXO J	COLÉGIO MARISTA DE CASCAVEL. Resolução de cessação de atividades 896/84 da Secretaria de Estado da Educação-SEED, de 16 de mar. 1984.	385

